

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL

**POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE EM FOCO: UMA INTERVENÇÃO
FOTOGRAFICA NO ÂMBITO DO PROJÓVEM ADOLESCENTE**

Autora: Sofia de Souza Lima Safi
Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline Tittoni

Porto Alegre

2017

**POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE EM FOCO: UMA INTERVENÇÃO
FOTOGRAFICA NO ÂMBITO DO PROJÓVEM ADOLESCENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline Tittoni

Porto Alegre

2017

SOFIA DE SOUZA LIMA SAFI

POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE EM FOCO: UMA INTERVENÇÃO
FOTOGRAFICA NO ÂMBITO DO PROJOVEM ADOLESCENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline Tittoni

Conceito final: _____

Dissertação aprovada em ____/____/____ para obtenção do título de mestre em Psicologia Social e Institucional.

BANCA EXAMINADORA

Avaliadora: : Prof^ª. Dr^ª. Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Avaliadora: Prof^ª. Dr^ª. Lilian Cruz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Avaliadora: Prof^ª. Dr^ª. Solange Jobim e Souza
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Jaqueline Tittoni
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Um processo de escrita, independente de qual seja, dificilmente se resume apenas àquele que escreve. Produções acadêmicas, ainda mais as que envolvem pesquisa com pessoas, são recheadas de sujeitos (e “objetos” ?) envolvidos na produção-escrita. E nesta dissertação não foi diferente. Gostaria de poder citar abertamente todos adolescentes do coletivo ProJovem Glória-Cruzeiro-Cristal que participaram do meu processo de pesquisa e escrita, como suas falas e atitudes me provocaram, me fizeram refletir, me afetaram em cada linha escrita. Entretanto, algumas normas técnicas de sigilo devem ser seguidas, de forma que aqui trago o meu mais singelo agradecimento possível neste espaço-escrita. A experiência com esse grupo de jovens foi o que deu sentido não apenas para o meu mestrado, mas também para eu continuar trabalhando no campo das políticas públicas.

Agradeço à minha orientadora Jaqueline Tittoni, pela oportunidade de me guiar nessa trajetória, sendo sempre um porto de referência. Ao acolhimento do PPGPSI e da UFRGS, os quais me possibilitaram uma via que, infelizmente, é inacessível a uma grande parcela da juventude brasileira.

Também agradeço à Marina e ao Rodrigo, que foram mais que colegas de grupo de pesquisa, foram cúmplices de toda a trajetória. Assim como à Karine, atenta interlocutora e escuta de angústias. Junto a eles, agradeço imensamente ao Eduardo Georjão, pelas cuidadosas leituras e observações — frutos de uma zelosa amizade. Ao Pedro, por sempre ter disponível para emprestar o livro que eu estava precisando. Aos meus pais e irmã, por terem sempre ajudado a construir meus próprios caminhos, respeitando minhas escolhas. Agradeço, ainda, a todos meus amigos que entenderam a minha necessidade de ausência e distância durante esse processo. E, por fim, agradeço ao Marcel, pelos debates, revisões, amparo, e por ser a parceria dos meus caminhos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O espaço que se ocupa.....	11
Figura 2: A exposição.....	18
Figura 3: O menor do espaço.....	22
Figura 4: O maior do espaço.....	22
Figura 5: Reflexo de fora para dentro.....	23
Figura 6: Jogo de sombras.....	23
Figura 7: As grandes entre os serviços.....	24
Figura 8: À sombra da juventude.....	43
Figura 9: A equipe em ato.....	58
Figura 10: As forças que racham.....	68
Figura 11: O Olhar sobre a pesquisadora.....	76
Figura 12: Série Earthworks.....	79
Figura 13: Reprodução de técnica.....	79
Figura 14: Fotografias exposição – Imagens da câmera descartável.....	83
Figura 15: Fotografias exposição - Registros da visita ao museu.....	83
Figura 16: Fotografias exposição - Natureza em foco.....	84
Figura 17 : Fotografias exposição – Exercício de sombras.....	85
Figura 18: Fotografias exposição – Exercício de reflexo.....	85
Figura 19: Fotografias exposição – Focando quem te foca.....	86
Figura 20: Fotografias exposição – Inventando novos exercícios.....	86
Figura 21: Fotografias Exposição – Detalhes do espaço.....	87
Figura 22: Percursos que seguem.....	93

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Cursos de Trabalho Educativo disponibilizados na cidade de Porto Alegre.. 56

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CONJUVE – Conselho Nacional da Juventude

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

G10/ SAJU – Grupo de Assessoria à Juventude Criminalizada do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da UFRGS

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família

PIPA – Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes em Conflito com a Lei da UFRGS

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNJ – Política Nacional da Juventude

ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SAF – Serviço de Atendimento Familiar

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SNJ – Secretaria Nacional da Juventude

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

Esta dissertação aborda o campo das políticas públicas para a juventude, a partir da realização de uma pesquisa-intervenção no ProJovem Adolescente na cidade de Porto Alegre/RS. O objetivo deste estudo é analisar a visão dos jovens sobre tais políticas, observando-se os discursos que as atravessam no que concerne à “questão da juventude”. Nesse sentido, problematizam-se as práticas de prevenção social da Assistência Social que, ao focar suas ações em estratégias de capacitação dos jovens marginalizados, podem acabar lhes atribuindo o caráter de capital humano. Para se ter um panorama dessas ações, é feito um mapeamento da produção de políticas para a infância e adolescência no Brasil até a atualidade. Discute-se como essas políticas podem ser compreendidas enquanto uma biopolítica que regula a vida da juventude através de estratégias de governamentalidade, a partir de uma discussão teórica embasada nos conceitos de Michel Foucault. A estratégia metodológica é fundamentada na pesquisa-intervenção, destacando-se as ferramentas da análise de implicação e construção de analisadores. A intervenção fotográfica realizada no coletivo ProJovem Adolescente foi um dispositivo em que se pôde oportunizar uma ruptura nas relações de força e jogos de verdade que compõem as estratégias de governamentalidade no trabalho com a juventude naquele contexto. Também se discute o processo de produção de imagens pelos jovens, de forma que suas fotografias são exibidas ao longo de toda a dissertação.

Palavras-chave: Juventude. Políticas Públicas. Trabalho. Intervenção Fotográfica. Pesquisa-Intervenção.

ABSTRACT

This master thesis approaches the field of youth public policies, beginning with an intervention-research practice in the ProJoven Adolescente program in the city of Porto Alegre/ Brazil. The main objective of this study is to analyze the vision of the youth about such policies, by observing the conflicts that cross them regarding the "youth issue", in order to problematize social prevention practices from Social Assistance that focus on professional training actions of the marginalized youth – often seen as human capital. For this, a mapping of the childhood and adolescence policy development in Brazil was undertaken. These policies can be understood as biopolitics that regulate the life of the youth through strategies of governmentality, and are discussed substantiated on the concepts of Michel Foucault. The methodological strategy is based on intervention research, highlighting the tools of analysis of implication and analyzer construction. A photographic intervention was carried out in the ProJovem Adolescente program, in which it was made possible for its participants to rupture with force relations and games of truth that compose the context of governmentality strategies in the youth work. It is also debated the process of producing images made by the adolescents, and their photos are showed throughout the thesis.

Keywords: Youth. Public Policies. Work. Photographic Intervention. Intervention Research.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. COMEÇANDO PELO MEIO: CONSTRUINDO AS ESTAÇÕES	18
1.1 AS OFICINAS NO PROJÓVEM	20
2. O MAPEAMENTO DO CAMPO – PRODUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE NO BRASIL	24
2.1. LENTES EM FOCO: BIOREGULAMENTAÇÃO, GOVERNAMENTALIDADE E DISCURSO	26
2.2. A FORMAÇÃO DO CAMPO DAS POLÍTICAS DA JUVENTUDE NO BRASIL - PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	30
2.3. O CONTEXTO ATUAL DAS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE	37
2.4. PROJÓVEM ADOLESCENTE EM PORTO ALEGRE	41
3. “É SÓ UMA FASE” – DISCURSOS SOBRE A JUVENTUDE E SEUS ATRAVESSAMENTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	43
3.1. “NÃO PODEMOS PERDER ESTE MENINO PARA O TRÁFICO”: O TRÁFICO DE DROGAS E A VULNERABILIDADE SOCIAL EM FOCO	46
3.2. JUVENTUDE E TRABALHO – PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE COMO PRÁTICA DE GOVERNAMENTALIDADE	51
4. SOBRE A ESTRATÉGIA METODOLÓGICA DO PERCURSO – TRAÇANDO A ROTA DE PESQUISA	58
4.1. A INTERVENÇÃO FOTOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	61
5. PRODUÇÃO FOTOGRÁFICA COMO POSSIBILIDADE DE RACHADURA NAS PRÁTICAS DE GOVERNAMENTALIDADE	68
5.1. O PROCESSO DE INTERVENÇÃO: OFICINAS DE PRODUÇÃO FOTOGRÁFICA.....	69
5.2. DO QUE TRANSBORDA DA INTERVENÇÃO – PENSANDO OS ANALISADORES.....	82
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO PROCESSO	93
REFERÊNCIAS	68
ANEXO I	104

INTRODUÇÃO

Figura 1: O espaço que se ocupa



Foto de A.

"E quantas vezes não nos é possível senão imaginar, o que não quer dizer, evidentemente, esgotar a verdade daquilo que imaginamos?" (Didi-Huberman, 2012, p. 87)

Para que as palavras trazidas nesta dissertação surtam afetos em quem vier a lê-las, explico aqui os caminhos que me levaram a elas. Afinal, é muito improvável que uma pesquisa acadêmica brote sem nenhuma implicação e envolvimento de quem a propõe. E é essa implicação que vai constituir a forma como se desenrola a pesquisa.

Desde minha graduação acadêmica, tenho seguido um percurso de atuação junto à juventude e à garantia de seus direitos¹. Em seguida à minha graduação, e ainda me

¹ Através do núcleo PIPA da UFRGS (Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes em Conflito com a Lei constituído por programas das faculdades de Direito, Educação e Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e por seu grupo integrante, o G10 (Grupo de Assessoria à Juventude Criminalizada do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da faculdade de Direito da UFRGS).

guiando pela bússola da garantia de direitos, pousei em um Serviço de Atendimento Familiar (SAF)² da Assistência Social de Porto Alegre e ali tenho permanecido para trabalhar, tendo atuado também como coordenadora da Rede de Proteção à Infância e Adolescência do território em que trabalho. O SAF, desde então, tem sido uma estação que me abre rotas de fuga para pensar outras formas de lidar com as políticas públicas e com a garantia de direitos — ainda que, justamente por se tratar de uma estação, ela seja estanque, burocratizada, padronizada e dificilmente lhe são permitidas modificações. A estação em que me situo fica em uma histórica vila da cidade de Porto Alegre, a Cruzeiro.

O território da Cruzeiro é composto pelos bairros Medianeira e Santa Tereza e situa-se em uma região central da cidade, ao lado de importantes emissoras de televisão, tendo acesso a diversos pontos urbanos centrais. Os habitantes que residem ali representam 4,64% da população do município³, em condição de grande concentração de sub-habitações. Grande parte das construções habitacionais caracterizam-se como ocupações em áreas verdes (nas encostas do morro), o que se classifica como área de risco. Por isso, apresenta diversos pontos de precariedade habitacional, sem pavimentação, saneamento ou rede de esgoto. A Cruzeiro é um local utilizado pelo tráfico de drogas e armas há muitos anos, sendo até recentemente palco de intensos conflitos de disputas territoriais (BARBOSA, 2016). Em relação aos serviços de Assistência Social, o território conta com um CRAS⁴, três SAFs e dezesseis SCFVs⁵ para crianças e adolescentes.

Após um período de muitos questionamentos sobre os processos do meu trabalho no SAF — sendo o campo da Assistência Social fértil para problematizações — resolvi traçar uma nova rota através do mestrado em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Como ressaltado, a região da Cruzeiro,

² Os SAFs são serviços conveniados à prefeitura de Porto Alegre, atuando enquanto atenção básica como articulações do CRAS dentro do território. Esta política existe apenas em Porto Alegre, não sendo reconhecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

³ Segundo censo de 2010, através do ObservaPoa, disponível em http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regiao=11_10_188

⁴ O CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - é um serviço municipal descentralizado, que atua com a proteção social básica nos territórios. Oferta o serviço do PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família -, o qual se consiste como um trabalho continuado de proteção e prevenção social como foco na matricialidade familiar, conforme preconizado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

⁵ Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos são complementares ao PAIF e desenvolvem atividades voltadas à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, com foco na convivência familiar e comunitária.

assim como outros territórios da cidade, vem passando por mudanças na liderança do tráfico local, o que tem ocasionado muitos conflitos e violências diversas. Neste cenário, no qual sei que tenho participação apenas como operadora/passageira da estação, comecei a estranhar a demasiada atração que o tráfico exerce sobre a juventude em um dos territórios que mais possui programas e equipamentos destinados a este público⁶. As políticas não são suficientes? Ou estariam elas sendo insatisfatórias à juventude?

O estranhamento inicial que tive, e que trago neste escrito, é que a maneira como essas políticas são executadas acabam tendo, em grande parte, forte foco no mercado de trabalho, como se os jovens marginalizados pudessem ser apenas mão de obra a ser qualificada. Políticas as quais, segundo Foucault (2008, 2011), podem servir como táticas de governo voltadas à disciplinarização e à docilização da juventude, isto é, com a intenção de torná-la mais obediente e mais útil (FOUCAULT, 2011, p.133) de acordo com o que é demandado pela sociedade. Na região da Cruzeiro, por exemplo, os dezesseis SCFVs em funcionamento executam a modalidade de “Trabalho Educativo” para jovens entre 14 e 17 anos. Os cursos disponibilizados por esses serviços são os de: auxiliar administrativo, informática, padaria e alimentação, corte e costura, artesanato e de oficinas culturais. Cursos focados em atividades que possibilitam uma capacitação para atividades geradoras de renda e de rápida inserção no mercado de trabalho — mas não necessariamente em trabalhos decentes⁷ (OIT, 2009).

O trabalho executado no SAF inclui ser referência técnica para os SCFVs - conforme a distribuição territorial -, desenvolvendo-se em rede com colegas de outras estações. Não raro, os colegas de rede demandam que profissionais da área técnica venham a ocupar o lugar de polícia, isto é, que exerçam um posicionamento normatizador e demagógico com as famílias e os adolescentes — ainda mais em função da recente intensificação de conflitos no território. Não pretendo trazer em discussão aqui o papel dúbio do psicólogo na Assistência Social (CRUZ e GUAERESCHI, 2014) de ser, ao mesmo tempo, escuta e controle. Isto é, que o trabalho com políticas públicas assistenciais pode atuar como uma tecnologia de poder, um instrumento do Estado para regular a população, o que Foucault (2008, 2008b, 2011c) conceitua como biopolítica.

⁶ De acordo com as informações disponibilizadas pela FASC através do site http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=135 .

⁷O conceito de trabalho decente da Organização Mundial do Trabalho será trazido posteriormente.

A discussão que será desenvolvida nesta dissertação é como as políticas públicas para a juventude, a partir de estratégias de governamentalidade, acabam por formatar os jovens a partir de um discurso de proteção.

A articulação entre as estações da rede é feita, em grande parte, através dos encontros da Rede de Proteção à Infância e Adolescência. Paradoxalmente, a mesma Rede de Proteção necessitou cancelar por diversas vezes seus encontros nos anos de 2016 e 2017 pela possibilidade de ocorrer tiroteios no local em que acontecem as reuniões— enquanto isso, a juventude que se quer proteger continua no território no qual se teme permanecer. Não obstante, é uma Rede que mantém a fala de que os serviços constantemente têm que competir com o tráfico para manter os jovens inseridos. Uma fala que logo suscita o questionamento de Carvalho (2013), sobre se as políticas sociais e preventivas elaboradas realmente têm o objetivo de erradicar a pobreza e acabar com o tráfico de drogas e armas. Em nosso país, para quem quiser ver, já está bem escancarada e legitimada a criminalização da pobreza e a docilização dos corpos de uma juventude em um contexto bem delimitado: o da periferia. Políticas e programas sociais são implementados para atuar com ações de prevenção à marginalização e à entrada (e permanência) na criminalidade de um público que é, ao mesmo tempo, alvo de ações de repressão no combate às drogas. Paralelamente, o tráfico de drogas e armas funciona em função do interesse econômico de uma elite a nível global (BATISTA, 2013). Se estratégias punitivas em relação ao tráfico são problemáticas e ineficientes para conter as violências que atravessam a juventude, e se as políticas preventivas podem ser questionáveis, ineficientes ou até desestimulantes, o que pode ser interessante para estes jovens, escapando dessa lógica?

Enquanto técnica-operadora de uma estação que trabalha com garantia de direitos, senti-me impulsionada a percorrer uma nova rota, um percurso-processo de pesquisa. Como trilha, segui as pistas deixadas pelas seguintes perguntas: **como os jovens se relacionam com as políticas públicas de juventude e o que eles podem produzir através delas?**

A partir da análise do conceito de juventude na modernidade — bem como os diferentes estigmas que esta recebe dependendo do lugar social ocupado —, o objetivo de seguir tal rota é mapear as políticas públicas voltadas à juventude para assim problematizar o discurso que elas engendram sobre “a questão da juventude” e seu entendimento do jovem enquanto capital humano (FOUCAULT, 2008b).

Para planejar o percurso, foram utilizados os conceitos foucaultianos de biopolítica e governamentalidade (FOUCAULT, 2008b, 2011b) como binóculos de mapeamento do campo a ser explorado. Mas a exploração não foi solitária, pois se partiu do entendimento de que era necessária a participação dos habitantes desse campo para melhor mapeá-lo. Por isso, uma equipe foi constituída, sendo composta pela pesquisadora-acadêmica, trinta adolescentes e quatro educadores do campo a ser explorado, utilizando-se como estratégia metodológica a intervenção fotográfica (MONCEAU, 2005; TITTONI, 2009; 2016; BARROS, 2016) no ProJovem Glória-Cruzeiro-Cristal. Assim, no escrito que aqui segue será apresentado o percurso de pesquisa realizado junto com este grupo. Ao longo do texto serão trazidas as fotos produzidas no processo, das quais apenas três não são de autoria dos adolescentes. Ressalta-se que não serão explicitadas quais imagens são ou não produções dos jovens, bem como não serão divulgados seus nomes, a fim de resguardar seu sigilo.

O capítulo 1 introduz a ideia da produção fotográfica como dispositivo de uma pesquisa-intervenção realizada junto ao ProJovem Glória-Cruzeiro-Cristal. Apresenta-se como a intervenção foi pensada, estruturada e organizada, embasando-se no conceito de oficina discutido por Afonso (2006). Também é justificada a escolha do lugar da intervenção realizada.

No capítulo 2 é feito o mapeamento do campo das políticas públicas para a juventude, colocando-se em análise os discursos que as moldam, e observando quais práticas são engendradas pelas políticas atuais. Para tal, inicia-se discutindo qual o entendimento de políticas públicas orienta este estudo, dado que estas são um campo em disputa de discursos e de forças (ABAD, 2002; SCHUCH, 2015). A discussão dos conceitos foucaultianos de biopolítica e governamentalidade (FOUCAULT, 2008; 2008b; 2011c) embasam a construção desse mapeamento. As lentes da biopolítica e governamentalidade são trazidas para problematizar como as políticas públicas, mais especificamente aquelas destinadas à juventude, são executadas de maneira a controlar e gerir a vida da população. Explica-se, também, o conceito de discurso (FOUCAULT, 2014), a fim de averiguar como as formações discursivas embatem-se e produzemtensão na implementação das política públicas para a juventude que serão apresentadas. Apresenta-se a constituição do campo das políticas para a infância e adolescência no Brasil, bem como o atual cenário das políticas para a juventude — com destaque para o programa ProJovem Adolescente —, analisando-se o discurso da

capacitação para o trabalho como estratégia de prevenção social presentes nos programas elencados.

Já no capítulo 3, adentra-se na problematização sobre a estratégia de prevenção social que utiliza o conceito de vulnerabilidade social para guiar as ações com a juventude, as quais, por suas vez, acabam muitas vezes trabalhando como inevitável a virtual possibilidade dos jovens entrarem na criminalidade. As políticas e programas destinadas a este público se focam em ações para evitar a criminalização da juventude e sua entrada no tráfico de drogas (ADORNO, BORDINI, LIMA, 1999), ao mesmo tempo em que o narcotráfico se mantém em função de um interesse econômico mundial (BATISTA, 2003; 2013). Políticas que insistem na estratégia de capacitação para inserção no mercado de trabalho, como se a falta de atividade/ ocupação fosse um caminho inevitável ao mundo do crime (FREZZA, MARASCHIN, SANTOS, 2009). Questiona-se, também, a premissa de proteção social através de programas de capacitação, que podem engendrar práticas para tornar a juventude mais produtiva enquanto “capital humano” (FOUCAULT, 2008; 2008b; GADELHA, 2009), levando-se em consideração que tipo de inserção no mercado de trabalho efetivamente tem sido possível para a juventude marginalizada. É trazido como ilustração os tipos de curso de Trabalho Educativo dos SCFV ofertados em Porto Alegre.

No capítulo 4 é apresentada a pesquisa-intervenção como estratégia metodológica (MONCEAU, 2005) utilizada no estudo. A intervenção diz de uma prática desnaturalizadora, que busca interferir nas relações de poder e jogos de verdade em que se insere. Enquanto metodologia, deve ser constantemente re-elaborada conforme vai se dando o processo da pesquisa (ROCHA, AGUIAR, 2003). Utiliza-se como ferramentas a análise de implicação (LOURAU, 1993; 2004) — como procedimento que coloca em cena o lugar social do pesquisador e os regimes de verdade de um dado contexto —, e a construção de analisadores — enquanto procedimento que permite capturar o processo que se está intervindo/pesquisando e assim colocar em questão o que é viabilizado pelo dispositivo de intervenção. Nesta pesquisa, a intervenção realizada se deu através do dispositivo de produção fotográfica (TITTONI, 2009), sendo o dispositivo um mecanismo que manipula e interfere nas relações de forças, nos jogos de verdade e nos regimes de visibilidade e dizibilidade de um dado contexto (FOUCAULT, 2008). O capítulo também aborda o uso da fotografia em pesquisa, bem como sua potência para intervir nos jogos de visibilidade, pensando a produção de fotografias enquanto ato-fotográfico (DUBOIS, 1993).

O capítulo 5 consiste no relato da intervenção fotográfica, contendo a construção narrativa sobre o processo de intervenção realizado junto ao coletivo ProJovem Glória-Cruzeiro Cristal. Também são apresentadas as imagens produzidas pelos jovens que foram selecionadas para exposição. A partir do relato trazido, são levantados e problematizados os analisadores observados durante o processo, os quais dão pistas para identificar como a produção fotográfica realizada na intervenção possibilitou uma provocação nos jogos de verdade e estratégias de governamentalidade ali presentes.

Nas considerações finais, retoma-se os pontos problematizados ao longo da pesquisa que se fizeram ressoar nas oficinas de intervenção fotográfica e que articulam com os analisadores levantados. Por fim, apresenta-se alguns questionamentos que foram se abrindo a partir da análise da pesquisa e das mudanças ocorridas no cenário político brasileiro ao longo do período da pesquisa.

1. COMEÇANDO PELO MEIO: CONSTRUINDO ESTAÇÕES

Figura 2: A exposição

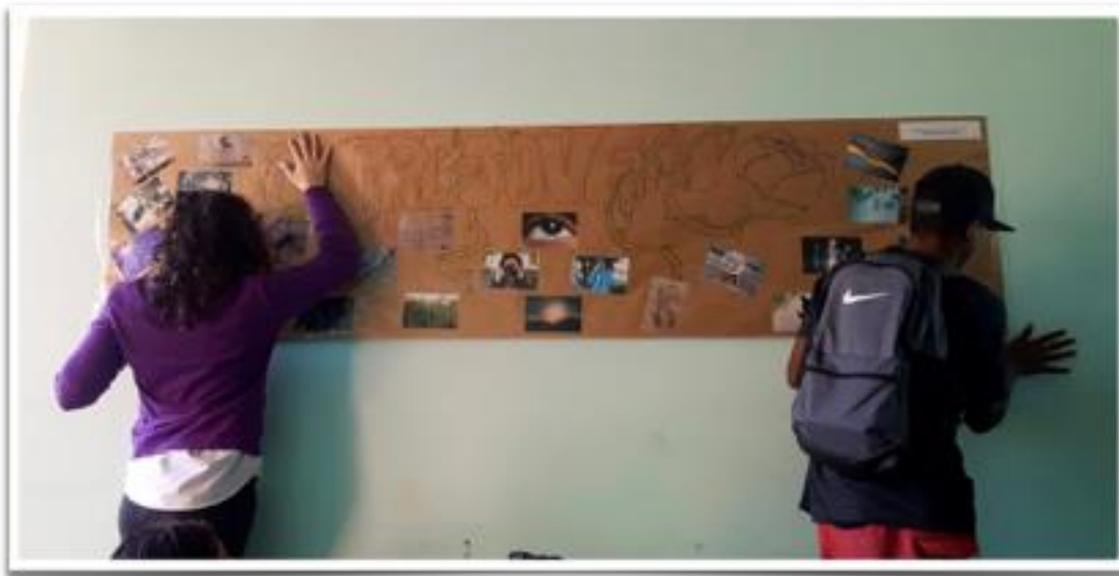


Foto de E.

Ao dar início a rota de pesquisa de mestrado trazida nesta dissertação, faz-se importante ressaltar que a pesquisa-intervenção inicia-se muito antes da efetiva inserção no campo estudado. Como será explanado posteriormente, esta metodologia se refere a um processo, abrangendo a análise de implicação do pesquisador, bem como suas tomadas de escolhas sobre onde, o que e como realizar a ação/intervenção de pesquisa (MONCEAU, 2005). Em uma intervenção, o percurso traçado é frequentemente reestruturado conforme as configurações das forças atuantes e as condições que a possibilitam (ROCHA; AGUIAR, 2003).

Então, por se entender que não existe caminho que não permita desvios e retornos, o ponto de partida para explicar a rota de pesquisa percorrida é a apresentação da intervenção realizada no ProJovem Glória-Cruzeiro-Cristal. Inicia-se por este ponto, pois se entende que foi a partir da experiência de se *estar e fazer com* os jovens que se pôde construir possibilidades de entendimentos sobre o campo que se estava percorrendo.

A escolha pelo Projovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) como campo de intervenção considerou vários aspectos. Afinal, meu trabalho permite acessar diversos equipamentos de políticas públicas que trabalham com a juventude,

principalmente os Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com Trabalho Educativo. Entretanto, a maioria destes SCFVs é conveniada com a prefeitura, e são serviços que anteriormente executavam os Serviços de Apoio Socioeducativo⁸ (SASEs), carregando uma bagagem de diretrizes de funcionamento do trabalho; enquanto o ProJovem é uma iniciativa relativamente recente (datando de 2005), tendo sido criado a partir da mesma lei que implementou o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)⁹. Mesmo que atualmente o ProJovem, na modalidade ProJovem Adolescente, seja entendido como um SCFV, sua criação parte de um entendimento contemporâneo sobre a “questão da juventude” — como será tratado adiante.

Também foilevado em conta o fato do ProJovem Glória-Cruzeiro-Cristal ter como referência técnica os três CRAS que englobam o território de abrangência deste programa (CRAS Glória, Cruzeiro e Cristal), não tendo vinculação direta com o meu local de trabalho. Outro ponto relevante a ser destacado sobre essa escolha foi a necessidade que senti de pesquisar junto à juventude do território em que atuo, justamente porque meu interesse de pesquisar o campo das políticas da juventude partiu da minha prática de trabalho e questionamentos da rede em que estou. Isto teve uma grande importância na decisão de não ter optado por um serviço fora do território em que atuo, para buscar uma maior “neutralidade” na intervenção — ainda que a própria concepção da pesquisa-intervenção entenda que não exista neutralidade entre os sujeitos envolvidos em uma pesquisa (ROCHA, AGUIAR, 2003).

A fotografia surge, então, como possibilidade, sendo uma intercessora no processo de investigação (BARROS, 2016). A produção de fotografia, como aponta TITTONI (2016), sempre implica "processos, condições e experimentações" (TITTONI, 2016, p. 24), de modo que eu, técnica-pesquisadora, também fui constituindo-me fotógrafa junto com os jovens.

Assim, a produção fotográfica foi pensada como uma estratégia de intervenção na forma institucionalizada de executar as políticas de juventude — balizando-se na problematização de que as práticas engendradas pelas políticas públicas podem atuar como estratégias de governamentalidade do Estado, as quais tendem a formatar os

⁸Os SASEs foram sendo substituídos pelos Serviços de Convivência Fortalecimento de Vínculos a partir da implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

⁹ Lei 11.129 de 2005.

jovens segundo demandas econômicas (ABAD, 2002; GADELHAS, 2009). O intuito foi de trazer para cena o que os jovens produzem de resistências à maneira dominante de se pensar a juventude marginalizada, fazendo transparecer o que não está prescrito/descrito sobre ela nas políticas públicas, a partir do que produziam no processo de intervenção.

1.1. AS OFICINAS NO PROJOVEM

Para solicitar a aprovação da execução do projeto e acordar os meios que ele aconteceria, foi feito contato com o coordenador do programa ProJovem da região Glória-Cruzeiro-Cristal e agendou-se uma reunião com ele e com as respectivas coordenações de referência da Proteção Social Básica de cada território em outubro de 2016 – nesse ínterim, também se obteve a aprovação da gestão da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC)¹⁰. Nessa reunião, a proposta da pesquisa-intervenção e ficou acordado que ela iniciaria em abril de 2017. O período de realização foi pensado por ser junto ao primeiro módulo das atividades do programa, o qual era constituído pela temática de Políticas Públicas e Cidadania. Como as atividades do programa aconteciam três vezes por semana, ficou combinado que eu iria nas atividades das quintas-feiras à tarde, ocupando metade do tempo do turno para não atrasar o que estava previsto no módulo.

A intervenção fotográfica aconteceu entre os meses de março e maio de 2017. Foram quatro oficinas ao longo de seis encontros ao todo, sendo que em um dos encontros os acompanhei na visita ao Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS (programada no cronograma do ProJovem), e, no último, foi feito o fechamento da pesquisa. A participação dos adolescentes se deu conforme suas respectivas presenças no programa, sendo que havia uma norma estabelecida de que eles só poderiam participar das atividades do ProJovem se chegassem até às 14h. A intervenção contou, ao todo, com a presença de quatro educadores e trinta adolescentes, sendo que a totalidade desse número só aconteceu na primeira oficina e na visita ao museu. Nos outros encontros, houve uma média de dez adolescentes participantes — os educadores

¹⁰ Fundação gestora da Assistência Social em Porto Alegre, onde se entregou o projeto de pesquisa que foi aprovado pelo diretora técnica da fundação.

também variaram entre dois e três presentes. Os adolescentes tinham entre quinze e dezessete anos de idade, com excessão de duas meninas que ainda tinham quatorze anos na época. O espaço em que as oficinas se realizaram foi na sede do ProJovem, situada aos fundos do pátio do CRAS Ampliado¹¹ Glória. Importante ressaltar que este CRAS, até o início do ano de 2017, também executava um SCFV; entretanto, o serviço foi suspenso por falta de pagamentos da prefeitura. Mesmo que para ingressar no ProJovem, a idade mínima exigida fosse quinze anos, o programa resolveu acolher as duas meninas que estavam inseridas no SCFV do CRAS Glória, que havia sido suspenso, por falta de lugar para encaminhá-las.

Para se estruturar as oficinas de produção fotográfica, partiu-se do entendimento de Afonso (2006), para quem a oficina funciona enquanto um projeto que não se limita ao trabalho pedagógico. Para a autora, uma oficina trabalha com a afetividade e as vivências dos participantes relacionadas com o tema em discussão, e é caracterizada como uma prática de intervenção psicossocial (AFONSO, 2006, p. 10). Segundo a autora, a oficina trata-se de:

(...) um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, em um contexto social. A elaboração que se busca na Oficina não se restringe a uma reflexão racional mas envolver os sujeitos de maneira integral, formas de pensar, sentir e agir. (AFONSO, 2006, p. 9)

Francisco (2011) comenta que a noção de oficina tende a se referir a uma atividade laboral em que uma produção material é confeccionada. No entanto, segundo o entendimento da pesquisadora, o objeto-foco de uma oficina não se restringe a uma obra material acabada, mas contempla o trabalho, o processo que se desenvolve, a produção de uma obra, constituindo-se como um espaço de enunciação, vivência e experimentação. Sob esta perspectiva, pensa-se as oficinas realizadas com os adolescentes do ProJovem enquanto uma máquina de enunciar, de fazer ver e falar (DELEUZE, 2013).

Antes de iniciar com as oficinas, foi feita uma apresentação aos adolescentes do programa, para questioná-los se teriam interesse em participar da intervenção. Na

¹¹ Centro de Referência de Assistência Social Ampliado; serviço que executa a proteção social básica e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

semana posterior, realizou-se a primeira oficina, de sensibilização. Entendeu-se que esta primeira oficina era necessária, pois, por mais que os jovens pudessem estar habituados em fazer fotografias, uma sensibilização permitiria discutir-se a ideia naturalizada de fotografia como cópia de uma realidade (SONTAG, 2004; BUTLER, 2015). A partir da exibição do documentário “Lixo Extraordinário (2013) de Vik Muniz, a proposta foi problematizar a imagem como produção, e não uma mera reprodução da realidade, muito comum até os dias de hoje. Também foram apresentadas obras de diferentes fotógrafos e artistas de diferentes contextos, a fim de fomentar a discussão de que o olhar de uma produção é constituído pelas condições (históricas, sociais, políticas, culturais) e regimes de visibilidade de uma época e lugar (PRUDENTE, TITTONI, 2014).

As duas oficinas posteriores foram de prática fotográfica, a partir de dois exercícios, para que eles pudessem se familiarizar mais com a proposta das oficinas de fotografia. A proposta do primeiro exercício era fotografar a maior e a menor coisa que encontrassem no amplo espaço do ProJovem (Figuras 3 e 4), para exercitar e experimentar os efeitos da proporção e da intenção que algo pode ter, dependendo do modo como as cenas e objetos são focados e enquadrados (BUTLER, 2015). O segundo exercício foi produzir imagens fotográficas baseadas nos reflexos e nas sombras (Figuras 5 e 6), com a intenção de se questionar o foco central das imagens — e o "estar em foco", tão em voga com as *selfies*.

Figura 3: O menor do espaço



Foto de R.

Figura 4: O maior do espaço



Foto de A.

Figura 5: Reflexo de fora para dentro



Foto de R.

Figura 6: Jogo de sombras



Foto de H.

Na semana seguinte, para dar continuidade às imagens produzidas, organizou-se uma pequena exposição das fotografias produzidas nas oficinas. Este encontro teve a participação de adolescentes que não estavam presentes nos encontros anteriores, de modo que, em um primeiro momento, revisitou-se todas as fotos tiradas, as quais haviam sido previamente impressas. Todos os adolescentes presentes, mesmo aqueles que não participaram da produção das fotos, elegeram as fotos que deveriam compor a exposição. As imagens produzidas que não haviam sido selecionadas para a exibição foram entregues, no último encontro, para os seus respectivos fotógrafos, como parte da restituição da pesquisa.

A introdução ao processo de intervenção intentou delinear o ponto de partida que direcionou as problematizações da pesquisa. O relato da intervenção, bem como a análise do seu desenvolvimento, serão abordados ao longo deste escrito. O mapeamento desse campo, necessário para percorrer a rota de pesquisa, será abordado a seguir.

2. O MAPEAMENTO DO CAMPO — PRODUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE NO BRASIL

Figura 7: As grades entre os serviços



Foto de A.

*"O opressor é omissos e o sistema é cupim
E se eu não existo, por que cobra de mim?"
(Criolo e Tulipa Ruiz, "Cartão de Visita", 2014)*

As políticas públicas para a infância e a adolescência no Brasil possuem marcações históricas que produzem discussões importantes neste estudo. Assim, este mapeamento tem o objetivo de colocar em análise os discursos sobre a juventude que foram moldando as políticas brasileiras, observando como estão constituídas as atuais políticas para a juventude e quais práticas elas engendram, nestas quase três décadas de Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069 de 1990) e três anos de Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852 de 2013), analisando o quanto elas se aproximam dos discursos e paradigmas destinados à juventude em diferentes épocas.

Para dar início à densa parte de dados históricos, é necessário conceituar o entendimento aqui utilizado do que é política pública, para se fazer compreender o ponto de referência para a análise e discussão a ser feita adiante. Sinteticamente, políticas públicas são respostas do Estado frente a uma demanda da sociedade (CRUZ, GUARESCHI, 2014), isto é, o que um governo opta por fazer frente a uma situação que concretize a ação do Estado (ABAD, 2002). Entretanto, entender essa demanda — de onde ela parte —, e como ela se transforma em política não é tão simples.

Segundo Abad (2002), o Estado, por reproduzir relações de dominação presentes na sociedade, também reproduz tensões próprias oriundas das contradições e dos conflitos das desigualdades na distribuição de poder entre os atores sociais — distribuição associada às diferenças de classe social, de religião, de gênero, etc. Isso explica como a relação de poder do Estado não é a única atuante sobre a sociedade, pois outras formas de saber normalizadores dominantes são executadas sobre e através dos sujeitos, modulando, inclusive, as próprias ações do Estado. A racionalidade política sofre influências de diversas forças das relações de poder, como o projeto político dominante, as demandas e necessidades da população, os recursos técnicos-materiais-econômicos-humanos disponíveis e o contexto internacional (ABAD, 2002).

A pesquisadora Schuch (2015) também argumenta que a legitimação das técnicas de governo não pode ser pensada como um esforço exclusivo do Estado. Tais técnicas/práticas são motivadas e produzidas a partir de um campo de tensão e luta entre o Estado, as organizações jurídicas e não-governamentais, movimentos sociais e discursos de direitos humanos internacionais.

Essa dinâmica parece apontar que, através dos ativos e complexos modos de habitar normas e categorias, novas formas de inscrição política são possíveis, realizadas simultaneamente *a partir e contra* o Estado. Ao mesmo tempo, em sua colonização por lutas sociais articuladas com organismos jurídicos colocados em uma arena pública sensível às narrativas dos direitos humanos, parece ser possível afirmar que o Estado também é transformado e produzido dinamicamente neste processo. (SCHUCH, 2015, p.139)

Uma política pública é, então, uma decisão que supõe uma ideologia de trocas sociais, que resulta do compromisso de uma racionalidade técnica com uma racionalidade política (ABAD, 2002). O processo de criar e implementar uma política pública perpassa diferentes fases, abrangendo agendas de discussão dos diferentes discursos em disputa, formulação, implementação e avaliação da política, e que envolve

o confronto de forças e saberes/discursos de diversos atores e instituições (SCHUCH, 2009; 2015). Por estar envolvida em uma arena de forças, as políticas públicas podem acabar atuando como um instrumento privilegiado de dominação do Estado (ABAD 2002), a partir de estratégias e práticas bioregulamentadoras (FOUCAULT, 2008; 2008b; 2010), como será discutido a seguir.

2.1. LENTES EM FOCO: BIOREGULAMENTAÇÃO, GOVERNAMENTALIDADE E DISCURSO

Para realizar a análise do campo das políticas destinadas à juventude, as conceituações foucaultianas de biopoder, biopolítica e governamentalidade servem como lentes. Como traz Schuch (2009), a própria noção de “campo” possibilita problematizar as relações de poder e as forças em disputa por enfatizar “o espaço social como um espaço de diferenciação entre posições sociais e de lutas por significados” (SCHUCH, 2009, p. 157).

A construção do conceito de biopoder é feita por Foucault (2010b; 2011c) a partir da contextualização do poder pastoral do soberano na Idade Média, onde se exercia o poder como um pastor de rebanho sobre uma multiplicidade em movimento da população do seu território como um todo, e se atuava na individualidade através da prática de deixar viver e fazer morrer. As ações do soberano não incidiam diretamente sobre a vida de seus súditos, mas estavam presentes na decisão de por fim a essa vida (fazer morrer). É na Modernidade, com a consolidação do Estado-Nação, que surgiram as condições de possibilidade para o advento do biopoder (FOUCAULT, 2008b, 2011b, 2011c), o qual se configura a partir de mecanismos de poder do Estado agenciadores da vida e do corpo/ biológico. Isto é, o processo de industrialização da economia global do século XVII criou condições para desenhar-se uma forma de poder centrada na vida da população, forma denominada de biopoder. Foucault (2011c) aponta que na passagem ao biopoder ocorre uma inversão: enquanto o poder soberano se ocupava em deixar viver e fazer morrer, o biopoder se ocupa em fazer viver e deixar morrer. Essa passagem abrange uma mudança na arte de governar, saindo-se de uma lógica de poder pastoral do soberano para uma forma de estatização das relações de poder. Foucault (2010b) ressalva que o Estado, enquanto conjunto de instituições de soberania, e as técnicas de

governar os homens datam milhares de anos, mas é a partir de uma nova tecnologia geral de governo dos homens que o Estado adquire a forma que conhecemos atualmente. Dessa maneira, constitui-se uma racionalidade política onde não mais se governava um território, e sim uma população. A arte de governar do poder soberano desenvolve-se para uma ciência política do Estado que intervém nos campos da economia e da população (FOUCAULT, 2008). Instaura-se, assim, um controle dos corpos a fim de que estes fossem mais produtivos e obedientes; corpos que passaram a ser atravessados por saberes e formações discursivas biológicas/médicas/higienistas. Nessa perspectiva, articula-se a figura do *homo oeconomicus* (FOUCAULT, 2011b; 2011c), catalisado pelo biopoder do desenvolvimento capitalista, alvo de práticas que tornam os sujeitos governáveis.

A lógica de controle dos corpos da população demandou intervenções que visavam regular e gerir a vida, delineando uma política da vida, isto é, uma biopolítica do Estado (FOUCAULT, 2011b). De modo que a biopolítica, com seus mecanismos de estudos e estatísticas dos fenômenos próprios de uma população, se caracteriza por práticas que prevêm comportamentos e regulam os modos de vida das pessoas de um território. Por conseguinte, constitui-se uma mentalidade de governo para criar sujeitos governáveis, a qual Foucault (2008) se refere comogovernamentalidade. Tal mentalidade de governo procura administrar as condutas dos indivíduos para muito além do que eles devem saber ou fazer, a fim de programar e controlar as populações através de mecanismos como os de previsões, estatísticas e mediações em nível global. A governamentalidade está ligada à biopolítica na medida em que sua racionalidade de governo atua e age sobre a população, de modo que a regula e controla.

A governamentalidade constitui-se a partir do modelo da pastoral cristã, apoiando-se, também, em uma técnica diplomático-militar e na polícia (Foucault, 2008; 2008b; 2010b) — o que Foucault define como pontos de apoio a partir dos quais se pôde ocasionar o fenômeno de governamentalização do Estado. Esta forma de governar a população é instrumentalizada pelo saber econômico e disciplinada e controlada por dispositivos de segurança. Como resume Gadelha (2009):

(...) governamentalidade que busca programar estrategicamente as atividades e os comportamentos dos indivíduos; trata-se, em última instância, de um tipo de governamentalidade que busca programá-los e controlá-los em suas formas de agir, de sentir, de pensar e de situar-se diante de si mesmos, da

vida que levam e do mundo em que vivem, através de determinados processos e políticas de subjetivação: novas tecnologias gerenciais no campo da administração (management), práticas e saberes psicológicos voltados à dinâmica e à gestão de grupos e das organizações, propaganda, publicidade, marketing, branding, literatura de autoajuda etc. (2009, p. 178)

Ressalta-se que quem é governado são sempre pessoas, indivíduos e coletividades — não se governa o Estado em si, uma estrutura política ou um território — a partir da articulação de processos de subjetivação que formam sujeitos/cidadãos governáveis. De acordo com Foucault (2010b), ao se falar de subjetivação, deve-se considerar que o sujeito é constituído através e a partir de relações de poder, as quais produzem massificações identitárias. O sujeito é um ser em constante movimento de mudanças, estando conectado às relações de poder que, por suas vez, também são instáveis e mutáveis conforme as condições de possibilidades de um contexto (FOUCAULT, 2010b, 2011b). Importante explicar que, ao discorrer sobre o poder, Foucault (2010) afirma que este não existe sozinho, não emana de algo ou alguém, só existindo nas relações. As relações de poder ocorrem somente entre sujeitos livres, podendo ser exercidas apenas onde há resistências, pois a resistência abre um campo de possibilidades para novos modos de subjetivação que não sejam de submissão ou sujeição. Resistência como o que escapa àquilo que é gerado pelas relações de força, pelo macropolítico que produz massificações identitárias.

As relações de força forjadas pela governamentalização do Estado se ocupam, como já foi discutido, da “gerência própria da vida” (FOUCAULT, 2008b, 2011b). O cuidado e o investimento da/na vida são base dessa tecnologia de poder, a partir da constituição de discursos de especialismos, de saberes sobre o indivíduo e sobre o corpo, os quais intervêm sobre a população de maneira normatizadora. Formas de controle que vão além das técnicas e instituições disciplinares; trata-se de uma bioregulação para a qual o Estado contribui no seu gerenciamento através de técnicas/práticas de governamentalidade, com suas políticas e programas.

De acordo com Foucault (2008; 2011b; 2014), o discurso é um conjunto de enunciados que se traduzem em práticas e saberes como resposta a determinadas exigências de um contexto histórico. Estas exigências surgem a partir de condições de possibilidade do dado momento, e constituem certas normas e regras que engendram formações discursivas. Isto é, diferentes discursos, como o médico/biológico, jurídico e psicológico, coexistem e se articulam em formações discursivas pelo o que é possível e

esperado em cada contexto — ainda que o objeto discursivo seja diferente (MAURENTE, 2010). O objeto discursivo, como, por exemplo, a “questão da juventude” discorrida aqui, é o que resulta da materialização das formações discursivas, como produto de certas normas e práticas que emergem em um dado momento e produzem efeitos de verdade. Por sua vez, os jogos de verdade estão imbricados nos exercícios de poder e estratégias de governamentalidade, e se formam através do campo em disputa entre verdadeiro e falso — onde se dão embates de confronto e resistência (FOUCAULT, 2010, 2010b).

A conceituação de discursos se faz importante aqui para analisar como as formações discursivas embatem-se e forçam as estratégias e as práticas de governamentalidade no âmbito das políticas públicas para a juventude — tanto pela forma como são formuladas, quanto pela forma como são executadas. No Brasil, as políticas de juventude têm sido formuladas de maneira que criam ações e práticas para se evitar a exclusão dos jovens da sociedade e facilitar sua transição e integração ao mundo adulto (ABAD, 2002). Irene Rizzini (2011) alega que é preciso pesquisar e interpretar o desenrolar do processo de criação de ações do Estado na área da infância e adolescência marginalizadas, pois usualmente se acredita que houve um longo percurso e avanço quando, em seu entendimento, pouco se saiu do mesmo lugar de controle desse segmento populacional. Argumenta que:

(...) a história das políticas sociais, da legislação e da assistência (pública e privada), é, em síntese, a história das várias fórmulas empregadas, no sentido de manter as desigualdades sociais e a segregação das classes — pobres/serviçais e privilegiadas/dirigentes. Instrumentos-chave dessas fórmulas, em que pesem as (boas) intenções filantrópicas, sempre foram o recolhimento/isolamento em instituições fechadas, e a educação/ reeducação pelo e para o trabalho, com vistas à exploração da mão-de-obra desqualificada, porém gratuita. (RIZZINI, 2011, p. 16)

A autora expõe como as políticas sociais destinadas à infância e adolescência funcionam como táticas de regulação e normatização da população jovem da periferia, servindo como estratégias de governamentalidade (FOUCAULT, 2008; 2011b; 2011c) para gerenciar e controlar a vida dessa população — frequentemente vista como um problema social. Sob esta perspectiva, levantarei a seguir a historicização da produção de políticas voltadas à juventude no Brasil e os elementos discursivos que envolvem a sua formulação e implementação, a fim de analisar como, até os dias atuais, programas e ações com foco na educação para o trabalho atuam como táticas reguladoras que

atravessam a construção dessas políticas.

2.2 A FORMAÇÃO DO CAMPO DAS POLÍTICAS DA JUVENTUDE NO BRASIL — PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

As ações de assistência à infância e juventude remontam desde a colonização do Brasil, com a criação da primeira casa de acolhimento de crianças indígenas pelos jesuítas, em 1551, e a Roda de Expostos de bebês abandonados no século XVIII (CRUZ, GUARESCHI, 2014). Para situar a constituição das políticas públicas brasileiras, tomo como ponto de partida o momento em que o país torna-se uma república (República Velha), ao final do século XIX, ainda que respeitando os ideais liberais vigentes, baseados na mínima intervenção do Estado. Nesse período as ações de assistência eram responsabilidade da Igreja Católica e organizações filantrópicas, as quais desenvolviam trabalhos na área social e buscavam lidar com os efeitos ocasionados pelo fim do longo período escravagista e pela intensa imigração européia.

No início do século XIX, despertava-se uma mudança de olhar em relação à infância. Neste período, o Brasil estava nascendo enquanto país independente e democrático da Primeira República. Sobre este período da nossa história, a autora Irene Rizzini (2011) comenta sobre as dificuldades dos políticos em guiarem-se pelos ideais republicanos frente ao tradicional poder agrário.

A arena política, dominada por uma elite letrada, de formação predominantemente jurídica, tinha diante de si uma opção paradoxal a fazer: educar o povo, porém garantindo seus privilégios de elite. Instruir e capacitar para o trabalho, mantendo-o sob vigilância e controle. Estas contradições parecem indicar que o espaço aberto à organização e atuação da Justiça-Assistência no país contribuiu para o desenvolvimento de uma política que primava pela exclusão social. (RIZZINI, 2011[b], p.143)

Durante a República Velha foi indiscriminado o uso da mão-de-obra infantil, com omissão e complacência do Estado. Empresários defendiam o trabalho precoce e eram contra a idade mínima de 14 anos — a lei apenas limitava a idade e o máximo de horas para jornada de trabalho. O posicionamento não-intervencionista do Estado passa a ser

contestado pelos movimentos sociais dos trabalhadores¹² das indústrias, os quais, entre outros posicionamentos em relação à luta por direitos trabalhistas, expunham as condições mortificantes em que as crianças trabalhadoras encontravam-se (MARINGONI, 2013). Esses movimentos confluíram em condições de possibilidades as quais proporcionaram o crescimento de correntes higienistas e juristas no início do século XX, as quais alegavam que a saúde e criação/educação das crianças seriam fatores constitutivos para o desenvolvimento de uma sociedade. Vislumbrava-se aí a constituição de uma lógica de controle da infância para garantia de manutenção da ordem social. As estratégias dominantes nesse período passam a ser a integração pelo trabalho e a dominação pela repressão, tendo como reflexo a criação da Escola Correccional 15 de Novembro em 1903, fundamentada na concepção educativa e de integração pelo trabalho. Ainda sob a justificativa de capacitar os filhos dos mais pobres com o adequado preparo técnico e profissional, fundaram-se em 1909 as Escolas de Aprendizes e Artífices do Ministério da Agricultura (FALEIROS, 2011).

As perspectivas discursivas higienistas (de proteção do meio e da criança) e juristas (de repressão e moralização) foram incorporadas pelo Código de Menores de 1927, o qual previa, entre outros assuntos, a proibição do trabalho para menores de 12 anos. Entretanto, mesmo com as mudanças na visão dos cuidados da infância possibilitadas pelo Código, o que se percebe do período é que as crianças pobres continuaram no mundo do trabalho e foram surgindo, com complacência do Estado, novas formas institucionalizadas de repressão.

A intervenção do Estado não se realiza como uma forma de universalização dos direitos, mas de categorização e de exclusão, sem modificar a estratégia de manutenção da criança no trabalho, sem deixar de lado a articulação com o setor privado e sem combater o clientelismo e o autoritarismo. A esfera diretamente policialesca do Estado passa a ser assumida/ substituída por instituições médicas e jurídicas, com novas formas de intervenção que vão superando a detenção em celas comuns, sem, contudo, fugirem do caráter repressivo. (FALEIROS, 2011, p. 49)

A partir da década de 30, na Era Vargas, iniciou-se uma mudança na concepção do papel do Estado na área social com a criação, em 1931, do Conselho Nacional de Educação e, em 1934, do Conselho Nacional de Serviço Social. Não obstante, numa

¹² Muitos destes trabalhadores eram imigrantes europeus, os quais trouxeram consigo os ideais socialistas e anarquistas, iniciando movimentos que mais tarde dariam forma à classe operária brasileira (MARINGONI, 2013).

clara exemplificação da relação público/privada do país, os industriais conseguiram, em 1932, modificar novamente a questão da idade mínima para trabalhar estipulada pelo Código de Menores, liberando o trabalho para menores de 14 anos em estabelecimentos onde estivessem empregadas pessoas de uma mesma família.

A Constituição de 1937 previa o dever do Estado de oferecer educação pública para aqueles que não tivessem recursos para adquiri-la por meio das instituições privadas. Surgiu, assim, um “sistema nacional de menores” (FALEIROS, 2011), com a articulação entre o Estado e as instituições privadas, conduzido pelo Conselho Nacional de Serviço Social (1938), Departamento Nacional da Criança (1940), Serviço Nacional de Assistência aos Menores (SAM, 1941) e Legião Brasileira de Assistência (LBA, 1942). O SAM (Lei 3.799/ 1941) tinha como objetivo:

Art. 2º- a) sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos¹³ e delinquentes¹⁴, internados em estabelecimentos oficiais e particulares; b) proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalidos e delinquentes; c) abrigar os menores, à disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal; d) recolher os menores em estabelecimentos adequados, a fim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento; e) estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos; f) promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas. (BRASIL, 1941).

Em função do cenário democrático internacional possibilitado pelo fim da 2ª Guerra Mundial, a infância passou a ser olhada de outra maneira. Em 1959, com a Declaração Universal dos Direitos da Criança¹⁵, legitimou-se a valorização da infância e o reconhecimento da criança enquanto sujeito de direitos, a qual deve ser protegida contra a exploração no trabalho e o abandono, compreendendo-a como pessoa em desenvolvimento. Essa referência histórica marcou a produção discursiva sustentada sobre os direitos universais das crianças e adolescentes, escancarando o distanciamento entre o posicionamento internacional e a atuação brasileira em relação à infância. O SAM passou a ser duramente criticado por tratar muito mais de uma preocupação com a ordem social — ao tratar o menor como "delinquente", por exemplo — do que com a assistência da infância e juventude passíveis de proteção integral. Ainda como reflexo

¹³ Segundo o Dicionário Aurélio (2009), 'desvalido' se refere a: 1 Desprotegido. 2 Pobre, desgraçado, miserável. 3 Não valer; perder a valia a.

¹⁴ De acordo com o mesmo dicionário, a palavra 'delinquente' diz da pessoa 1 Que delinuiu. 2 Que cometeu um delito, sendo 'delito' caracterizado por 1 Infração à lei, ao dever; crime; culpa.

¹⁵ http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf

do cenário internacional, a Constituição brasileira de 1946 volta a proibir o trabalho de menores de 14 anos. Na década de 60, a estratégia dos cuidados destinados à juventude deixa de limitar-se à repressão e ao assistencialismo para dar espaço à prevenção da saúde do infante e à participação da comunidade¹⁶.

Miguel Abad (2002) distingue a *ampliação da educação e o uso do tempo livre e o controle social de setores juvenis mobilizados* como modelos de políticas públicas na América Latina no período entre 1950 e 1985. Este período, marcado pelos regimes ditatoriais no continente, definiu modelos os quais começaram a se centrar, essencialmente, em formas de controle social (ABAD, 2002). Em 1964, início da ditadura militar brasileira, é criada, pelo Poder Executivo, a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), como um esboço de tentativa de orientações de alcance nacional. Durante a fase autoritária e tecnocrática da ditadura, o Estado expandiu sua atividade como produtor e como agente canalizador de recursos para as empresas. A troca de uma estratégia repressiva para uma integrativa e voltada para a família “tem um novo ordenamento institucional dentro de um governo repressivo que, por sua vez, fará reverter os propósitos educativos e integrativos do novo órgão” (FALEIROS, 2011, p.63). Vale notar que a Constituição promulgada após o golpe reduziu, mais uma vez, para 12 anos a idade de proibição ao trabalho, com o intuito de antecipar a incorporação da mão de obra ao mercado.

Em 1971 houve uma tentativa de reforma educacional, visando introduzir o ensino profissional no segundo grau de escolarização, baseada na mentalidade de que gerar atividades com ocupações de utilidade evitariam a marginalização daqueles jovens sem condições de ingressar no ensino superior (WARDE, 1977) — um exemplo de ação tecnocrática como medida de prevenção à delinquência. No período de ditadura militar também foi implementado o novo Código de Menores (de 1979), o qual adotou a Doutrina da Situação Irregular para aquele jovem:

Art.2º I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III - em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes; IV - privado de

¹⁶ Tendo como proposta Centros de Recreação, os quais deveriam contar com o envolvimento da comunidade nas suas ações.

representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI - autor de infração penal. (BRASIL, 1979).

A forte crise econômica iniciada em 1973 criou condições de possibilidade para o surgimento de diversos movimentos sociais, culminando na progressiva reabertura democrática. Na década de 80, segundo Cruz e Guareschi (2014), desenvolveu-se um processo de reformas em função da ampliação democrática e da organização política e jurídica (promulgação da Constituição de 1988) concomitante a um processo de recessão no campo econômico, o qual introduziu diretrizes macroeconômicas que entendiam as políticas sociais como resultado do funcionamento econômico. A Constituição de 1988, vigente até os dias atuais, pôs um ponto final — quem sabe até quando — na questão da idade mínima para o trabalho, sendo este proibido até os 14 anos de idade. A “Nova República”, como foi chamado o período de reabertura política compreendida entre os anos de 1985 e 1989, reforçou a estratégia de encaminhamento do jovem ao trabalho e do clientelismo como ação paliativa e assistencialista para lidar com a crise que ainda assolava o país. Faleiros (2011) cita como exemplo a política do “Programa Bom Menino”, promulgado pela Lei nº 2.318/86 e regulamentada pelo Decreto 94.338/87. Tendo como justificativa a prevenção da criminalidade, o programa visava a iniciação ao trabalho do “menor assistido”, sendo concedido isenção de obrigações para com a Previdência Social aos empregadores¹⁷.

A mentalidade do trabalho juvenil como estratégia para “dar um rumo” à vida das crianças, e assim prevenir a criminalidade, atravessa a cultura e as relações de produção pelos séculos XIX e XX (RIZZINI, 2011b; FALEIROS, 2011). Os modelos de políticas públicas na América Latina discutidos por Abad (2002) enquadram fielmente as diretrizes e posicionamentos das políticas brasileiras. Para o autor, nos anos de redemocratização (entre 1985 e 2000), os paradigmas adotados foram aqueles de *enfrentamento da pobreza e prevenção do delito* e a *inserção laboral de jovens excluídos*. A celebração do Ano Internacional da Juventude pelas Nações Unidas em 1985 teria impulsionado a criação e implementação de políticas públicas específicas para a juventude, principalmente para aquela que é considerada marginalizada ser incorporada como ferramenta produtiva para a sociedade. O autor critica o pouco

¹⁷http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del2318.htm

investimento na educação pública, a qual, em seu entendimento, seria uma verdadeira possibilidade dos jovens adquirirem crescimento profissional.

En este marco, han adquirido especial relevancia las acciones del Estado para incorporar a los jóvenes más pobres al mundo laboral sin hacer grandes inversiones en mejorar la *calidad* de la educación pública, desarrollando programas de capacitación e inserción laboral mediante acuerdos con la empresa privada vía flexibilización del régimen laboral, en lugar de acometer, por ejemplo, políticas de corte más universal dirigidas al incremento de los ingresos de los jefes y jefas de hogar, que garanticen la permanencia de los y las jóvenes en la educación secundaria y su acceso a la terciaria. (ABAD, 2002, p.126)

Na década de 80 o Banco Mundial/BIRD — agência internacional de empréstimos e financiamentos aos países em desenvolvimento — passou a investir mais fortemente nas políticas públicas de países em desenvolvimento (incluindo muitos países da América Latina) afetados pela crise do petróleo dos anos 70, definindo um financiamento denominado Crédito de Base Política — *Policy Based Loans*. Segundo Marília Fonseca (1998), o modelo do Banco Mundial adotava modelos de redução de atuação do Estado através de controles de investimento no setor público com o reforço do setor privado. O novo modelo também passou a exigir condicionalidades para ceder empréstimos para a implementação de políticas — incluindo sua participação na definição de políticas de longo prazo para os setores financiados. A autora salienta como o Banco vem incutindo discursos no desenvolvimento das políticas dos países financiados.

É perceptível que o BIRD vem ampliando suas funções, há duas décadas, no sentido de atuar cada vez mais como órgão político central, especialmente como coordenador do processo global de desenvolvimento. De acordo com o novo papel, o Banco vem elaborando uma série de documentos políticos, nos quais se destaca uma considerável produção teórico-conceitual na área da política econômica e social a qual, certamente, sinaliza a sua relação com as nações-membros. Assim, alguns temas como "progresso", "desenvolvimento sustentável", "realismo", "autonomia", "equidade", "pobreza", passam a fazer parte do discurso que fundamenta o seu processo de financiamento. A interpretação desses conceitos é condição imprescindível para a compreensão do verdadeiro papel que o Banco desempenha junto aos países membros. (FONSECA, 1998, p.39)

As Nações Unidas adotou, em 1989, a Convenção dos Direitos da Criança, a qual, somada às mobilizações sociais de redemocratização da época, repercutiu fortemente na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. O ECA, entre

outras preconizações, garante o direito da juventude à profissionalização e aprendizagem profissional, bem como a proteção ao trabalho com os direitos trabalhistas assegurados. Segundo Sposito e Carrano (2003), a promulgação do ECA induziu a elaboração de políticas sociais especificamente destinadas à infância e adolescência — principalmente na Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Embasando as ações e programas de governo, a Doutrina Cidadã de Proteção Integral toma o lugar da ideologia da Situação Irregular. Os autores complementam que a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, Lei nº 8.742 de 1993) introduziu o Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, de onde também se produziram ações e programas na área da juventude.

Ao período que segue a redemocratização do país, Sposito e Carrano (2003) fazem a crítica sobre a pouca atividade coordenadora do governo federal, dado que nenhum dos órgãos de administração própria colheu ou publicou informações sobre as iniciativas, desenvolvimento ou resultados/efeitos das políticas de juventude implementadas. Por isso não é possível avaliar os efeitos e resultados das ações dos 33 programas que identificaram na pesquisa realizada¹⁸ — sendo que apenas dezoito dessas ações dirigiam-se explicitamente aos jovens, indicando "a falta de consenso, no âmbito federal, sobre a necessidade da definição de políticas específicas e coordenadas para a juventude" (SPOSITO, CARRANO, 2003, p. 23). Com a necessidade de alinhar as diretrizes e ações federais destinadas à juventude, foi organizado um Grupo Interministerial constituído por representantes de 19 ministérios, com a finalidade de estudar a juventude brasileira e levantar um diagnóstico com vistas à elaboração da proposta da Política Nacional de Juventude. Silva e Andrade (2011), em estudo realizado pelo IPEA¹⁹, apontam que, no mapeamento realizado pelo Grupo Interministerial no ano de 2005, foram identificadas 135 ações federais, vinculadas a 45 programas e implementadas por 18 ministérios/secretarias. Deste número total de ações, somente 19 eram específicas para o público jovem (de faixa etária entre 15 e 24 anos). Este levantamento expôs a fragmentação e superposição das políticas federais de

¹⁸ Os autores enviaram correspondência a todos os ministérios, solicitando informações sobre os programas, tendo recebido como respostas a indicação de que deveria ser consultado o *site* do ministério que coordenava o programa. Assim, as informações sobre os projetos e programas federais focados na juventude foram recolhidas em diversas páginas governamentais da internet, entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>

¹⁹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5641

juventude — as quais funcionam como diretrizes para os estados e municípios —, evidenciando o caráter de urgência para se criar uma instância de coordenação e articulação das ações federais destinadas à população jovem (SILVA, ANDRADE, 2011).

2.3. O CONTEXTO ATUAL DAS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE

Durante o período de redemocratização do país, também se viu transformar os processos de marginalização e criminalização da juventude, influenciados pelo crescimento das redes internacionais de narcotráficos (ADORNO, BORDINI, LIMA 1999), dando início à propagação das mortes de jovens da periferia (principalmente do jovem negro) e instaurando-se uma guerra até hoje sem fim. O tema da criminalidade tem permanecido, por isso, transversal a todas as políticas públicas destinadas à juventude na contemporaneidade (SPOSITO, CARRANO, 2003; BATISTA, 2013), e a instrumentalização para o trabalho tem mantido-se como estratégia para evitar a marginalização e criminalização desse público.

No ano de 2005, a partir de orientação do Grupo Interministerial e de mobilizações e lutas sociais, foi criada e instituída a Política Nacional de Juventude (PNJ), atuando como uma política específica para a população jovem de faixa etária entre 15 e 29 anos — resguardando-se, também, os direitos dos adolescentes entre 15 e 18 anos, conforme estipulado pelo ECA. Os inúmeros problemas sociais vividos pela juventude brasileira — tais como a pobreza, mortalidade, desemprego e baixa escolarização — justificam a implementação de tal política (SILVA, ANDRADE, 2009), a qual reconhece esse público como sujeitos de direitos, considerando suas singularidades e particularidades. Não obstante, a PNJ é formada por programas que partem de ideais de escolarização e capacitação e colocam o jovem como peça estratégica do desenvolvimento econômico (SILVA, SILVA, 2011).

No cenário de implementação da PNJ, em 2005, também foi instituído, através da Lei 11.129/2005, o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), o qual tem como funções formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude,

desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais²⁰. Busca-se, assim, uma maior coesão e alinhamento das políticas destinadas à juventude em nível nacional. Além de servir como articulador entre o governo federal e as representações do segmento juvenil, o CONJUVE também tem a função de assessorar a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) na construção, implementação e avaliação das políticas para juventude. Criada na mesma lei que instituiu o CONJUVE, a SNJ visa, dentro de suas atribuições, articular todos os programas e projetos de âmbito federal destinados aos jovens entre quinze e vinte e nove anos — programas que partem de diferentes ministérios como o da Educação, Saúde, Trabalho e Assistência Social. No sítio eletrônico do CONJUVE é possível encontrar a listagem desses programas, dentre os quais citarei apenas aqueles destinados a jovens inseridos no nível fundamental e médio de educação que estão sendo executados atualmente.

O Programa Mais Educação (Portaria nº 17/2007) é uma estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral. As escolas das redes municipais e estaduais de ensino desenvolvem atividades nas seguintes áreas: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

A fim de focar a importante questão do extermínio de jovens negros, foi criado o Programa Juventude Viva. Esse programa objetiva a "ampliação dos direitos da juventude, a desconstrução da cultura de violência, a transformação de territórios atingidos por altos índices de homicídios e o enfrentamento ao racismo institucional, com sensibilização de agentes públicos para o problema"²¹. Este Plano surgiu frente à intensificação das mortes de jovens negros, frequentemente em virtude do conflito do tráfico de drogas.

No caso da população negra, a inserção produtiva dos jovens, marcada pela precarização, informalidade e ocupações de baixa qualificação e baixos salários, é frequentemente acrescida de más condições de trabalho, em campos profissionais como a construção civil e as atividades domésticas. Ademais, a exposição a mecanismos de discriminação racial direta ou indireta

²⁰ Disponível em www.juventude.gov.br/conjuve

²¹ Disponível em www.juventude.gov.br/juventudeviva

tenderam a manter a população mais pobre, predominantemente negra, afastada dos serviços públicos. (BRASIL, 2014, p.9)

As diretrizes para atuação do programa dividem-se em quatro eixos; o primeiro eixo é o de “Desconstrução da cultura de violência”, e o segundo de “Inclusão, oportunidade e garantia de direitos” — sendo Projovem, o Prouni e o Pronatec programas que englobam este eixo. O terceiro eixo é o de “Transformação de territórios”, trazendo como principal diretriz para transformação dos territórios a ampliação da presença do poder público nos bairros mais afetados pela violência, com a oferta de serviços públicos ligados a ensino, cultura, esporte e lazer. O último eixo é o de “Aperfeiçoamento institucional”, o qual sugere que os serviços e órgãos da administração pública sejam meios fundamentais para desconstruir o racismo e práticas discriminatórias.

É importante citar, também, o programa Estação Juventude, o qual se constitui como um espaço de/para/com a juventude encontrar informações sobre políticas públicas e atividades que "propiciem participação, sociabilidade, atividades culturais e troca de informações, além de serviços e apoio para a estruturação/reestruturação de trajetórias de inclusão, autonomia e emancipação"²². Possui como objetivo aumentar o acesso de jovens a políticas, programas e ações de garantias de direitos de cidadania que potencializem sua inclusão e participação social. Ressalta-se o interesse do programa em articular as diretrizes nacionais com as particularidades de cada território brasileiro, por considerar que cada localidade possui suas características e culturas específicas, denotando um incipiente interesse em se considerar a heterogeneidade entre os jovens brasileiros. O enfoque no protagonismo juvenil também representa um grande deslocamento nas premissas e discursos utilizados na construção de políticas públicas.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) foi instituído pela mesma lei que instituiu o Conselho Nacional da Juventude — Lei nº 11.129 de 2005 — e organizado pela Lei nº 11.692 de 2008. É destinado a jovens de 15 a 29 anos, “com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano” (BRASIL, 2008). O ProJovem Ampliado é desenvolvido por meio de quatro modalidades, cada uma coordenada por diferentes seguimentos da esfera pública. O ProJovem Adolescente (Serviço Socioeducativo) é

²² Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/estacaojuventude>

gerido pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome²³; o ProJovem Urbano, pela Secretaria-Geral da Presidência da República; o ProJovem Campo, pelo Ministério da Educação; e o ProJovem Trabalhador, pelo Ministério do Trabalho e Emprego. À exceção do ProJovem Adolescente, para as outras três modalidades é previsto repasse de auxílio (no valor de R\$ 100,00 mensais) através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE. O programa visa conectar a formação escolar básica com qualificação profissional, participação e atuação social. Essa proposta, aponta Gonzales (2009), surge como alternativa ao fato de que jovens que abandonam a escola antes de concluir seus estudos enfrentam uma escassez de oportunidades de contratação, e acabam se inserindo em ocupações precárias e sem garantias. Entretanto, as modalidades do programa seguem desalinhas, não tendo sido efetivamente unificadas em seu desenho, visto que continuam sendo geridas de maneira autônoma e desarticulada pelos respectivos ministérios (GONZALES, 2009).

Em relação à Política de Assistência Social, destaca-se a implementação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), regulamentados pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009). Os SCFV fazem parte dos serviços ofertados pela Proteção Social Básica, com foco no fortalecimento da convivência familiar e comunitária, baseando-se nas perspectivas da defesa e garantia de direitos básicos e no desenvolvimento de capacidades dos seus usuários. A Tipificação Nacional prevê que esse serviço seja desenvolvido em diferentes modalidades para todas as faixas etárias²⁴ — de 0 a 6 anos; de 6 a 15 anos; de 15 a 17 anos; de 18 a 29 anos; de 30 a 59 anos; 60 anos ou mais —, onde todos devem ter a mesma pauta de garantia de direitos e desenvolvimento dos sujeitos a partir da convivência familiar e comunitária. Entretanto, é interessante destacar que a modalidade adolescente (de 15 a 18 anos incompletos) é denominada de Trabalho Educativo. Esta categoria do SCFV, segundo a tipificação, tem como objetivo de suas atividades executadas a contribuição "para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho" (BRASIL, 2009).

O público prioritário desta modalidade são os adolescentes de famílias

²³ Ministério que, durante o ano de 2017, tornou-se Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e, em seguida, Ministério do Desenvolvimento Social.

²⁴ Na cidade de Porto Alegre, até a presente data, não foram implementados os SCFV para jovens (de 18 a 29 anos) e nem para adultos (de 30 a 59 anos).

beneficiárias de programas de transferência de renda, egressos ou em cumprimento de medidas socioeducativas e/ou de proteção, e que estão fora da escola. Ressalta-se o interesse, observado através da Tipificação Nacional, em valorizar a pluralidade e singularidade da condição juvenil, buscando "estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público" (BRASIL, 2009).

A partir desse levantamento das políticas e programas em voga, percebe-se a iniciativa brasileira de acompanhar a tendência mundial de ampliar os direitos da juventude, garantindo bases legais e ações específicas que vão além do que é preconizado para a adolescência (SCHERER, 2016). Não obstante, ao se estudar os programas executados a partir das atuais políticas — que envolvem novos discursos e ideias neste campo em disputa —, é possível observar a manutenção de ações focadas na educação/escolarização e na capacitação para o mercado de trabalho. A concepção de desenvolvimento econômico articulado com uma inclusão social, evidenciada pelos posicionamentos do Banco Mundial, influenciam diretamente a formulação de políticas sociais brasileiras. Tendo em vista os avanços que vêm se firmando em relação aos direitos desse segmento nas últimas décadas, destacando-se o reconhecimento de uma proteção social específica, essa diretriz mercadológica no trabalho com a juventude deve ser problematizada.

2.4 PROJÓVEM ADOLESCENTE EM PORTO ALEGRE

Em função da articulação estabelecida com o ProJovem Adolescente da região Glória-Cruzeiro-Cristal para construir este percurso de pesquisa, faz-se necessário uma maior explanação sobre essa modalidade do programa. Ligado às políticas de Assistência Social, atua como um complemento à proteção social básica, e visa a criação de mecanismos que garantam à convivência familiar e comunitária, bem como a criação de condições de inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional (BRASIL, 2008).

O encaminhamento para ingresso no ProJovem Adolescente deve ser feito pelos programas e serviços especializados de Assistência Social do município. Segundo o artigo 10º da Lei 11.692/2008, este programa destina-se aos jovens: "I- de família

beneficiária do Programa Bolsa Família — PBF; II- egressos de medida socioeducativa (de meio aberto e de internação); III- em cumprimento ou egressos de medida de proteção; IV- egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); e V- egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual”.

No município de Porto Alegre, o programa — coordenado pela FASC — propõe atividades que desenvolvam habilidades gerais dos jovens a fim de orientar a escolha profissional, como capacidade comunicativa e inclusão digital, e ações de arte, cultura, esporte e lazer que focam na convivência social. As atividades procuram abordar temas que sejam relevantes a este público, que reflitam no seu desenvolvimento (PORTO ALEGRE, 2013). Percebe-se, com isso, uma iniciativa de problematização das culturas e identidades juvenis que se fazem presentes no cotidiano de atividades.

As intervenções valorizam a pluralidade e a singularidade da condição juvenil e suas formas particulares de sociabilidade; sensibilizam para os desafios das realidades sociais, culturais, ambientais e políticas de seu meio social criando oportunidades de acesso a direitos; estimular práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses, posicionamentos e visões de mundo de jovens no espaço público. (Porto Alegre, 2013)²⁵.

De acordo com as informações coletadas no *site* da prefeitura de Porto Alegre²⁶, o ProJovem é executado em oito regiões da cidade, sendo organizado em grupos (coletivos) de vinte e cinco jovens que acontecem nos turnos inversos da escola, pela manhã e à tarde. O trabalho é desenvolvido por educadores — um orientador social, um facilitador cultural e um facilitador esportivo — em três dias da semana, totalizando 12,5 horas de atendimento semanais ao longo de um ano, e as atividades são divididas em dois ciclos, cada um com seis meses de duração.

É importante ressaltar o interesse do programa em considerar as diferenças das culturas juvenis, tomando os participantes como sujeitos heterogêneos com diferentes vivências e opiniões, para formar um jovem atuante na sociedade. Através de práticas em que o jovem coloque em questão seu papel na sociedade, o programa mantém o foco na escolarização e qualificação profissional do seus participantes.

²⁵ Citação retirada o site http://www.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?reg=40&p_secao=120

²⁶ *Ibidem* à referência anterior.

3. "É SÓ UMA FASE" — DISCURSOS SOBRE A JUVENTUDE E SEUS ATRAVESSAMENTOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Figura 8: À sombra da juventude



Foto de H.

As reflexões produzidas até aqui conduzem à problematização da visão do Estado²⁷ sobre a “questão da juventude”, bem como dos efeitos que este olhar pode causar enquanto discurso normalizador e regulamentador. Previamente, trouxe que as políticas públicas são respostas do Estado frente a uma situação-problema demandada pela sociedade. Discutiu-se, também, como essas demandas acabam tornando-se vias de reprodução de tensões e desigualdades da sociedade, tanto no que tange a agenda de discussão do problema, quanto na implementação de uma política. E o que demanda a sociedade — ou aquela parte da sociedade que tem acesso a fóruns de discussão e deliberação de políticas governamentais — em relação à juventude? É o mesmo que os jovens demandam para si?

Para Sposito e Carrano (2003) as políticas públicas podem provocar uma

²⁷ Como abordado no capítulo anterior, o “Estado” não é um ente abstrato e sem contradições, e sim um campo de disputas (SCHUCH, 2009), atravessado pelas relações de poder mutáveis que integram grupos sociais diferentes (e de diferentes estratos sociais) em torno de certos grupos centrais dominantes (NORBERT, 2006), constituindo suas ações a partir de do embate com as organizações jurídicas e não-governamentais e movimentos sociais. Para fins de escrita, a terminologia “Estado” trazida aqui designa essa arena de forças.

modulação nas imagens que a sociedade faz da juventude; elas não são apenas o mero reflexo de como formas dominantes da sociedade a concebem, mas também podem influenciar e formar novas representações da condição juvenil. A Assistência Social Básica tem como uma de suas diretrizes de ação trabalhar com a prevenção das vulnerabilidades sociais. Em meu trabalho de operadora-passageira do SAF, frequentemente escuto a famigerada frase: *não podemos perder esse menino para o tráfico*. Trabalha-se para evitar a virtual possibilidade de que um adolescente se envolva com o crime. Mas será que não estamos pré-determinando o destino desses adolescentes quando agimos por essa perspectiva de “prevenção”?

Como abordado anteriormente, as autoras Frezza, Maraschin e Santos (2009) discutem a controvérsia do conceito de vulnerabilidade social, pois, ao invés de se destacar as demandas e potencialidades da juventude, o conceito lhe confere o *status* de possíveis jovens em/de risco. No entendimento das autoras, opera-se com um futuro virtual de marginalização, isto é, os jovens enquanto possíveis causadores de problemas sociais. Este fato, no entanto, pode fazer com que o futuro temido passe a ser o presente deles. Adorno, Bordini e Lima (1999) apontam a maneira dramática que a mídia veicula as imagens da juventude marginalizada, de “jovens, alguns até no limiar entre a infância e a adolescência, audaciosos, violentos, dispostos a tudo e prontos para qualquer tipo de ação, inclusive matar gratuitamente” (ADORNO, BORDINI, LIMA, 1999, p.62).

Abad (2002) discute como as formas que são desenvolvidas as políticas públicas supõem que os problemas de inserção e socialização estão nos jovens, e não na sociedade que limita sua abertura/entrada, e colocam o “*status* adulto” como única possibilidade de plena incorporação social. As políticas têm pretensão de universalidade, massificando as ações de seus programas, ignorando a heterogeneidade (e singularidade) dos jovens — principalmente quando se trata dos marginalizados. O autor também critica as estratégias de socialização mais tradicionais, pois estas práticas, no fim, acabam beneficiando apenas aqueles que já possuem alguma integração na sociedade. Abad (2002) argumenta que as representações sociais dominantes na opinião pública sobre o papel da juventude, ou valorizam o seu potencial para o futuro, ou a menosprezam ao lhe perceber como um problema social vinculada à marginalização, consumo de drogas e liberdade sexual — indicando a existência de um antagonismo nos discursos dirigidos aos jovens.

Como discutido anteriormente, o discurso funda-se em elementos de

racionalidade, compondo um conjunto de enunciados que se visualizam materialmente e entram em um regime de verdade, e funcionando como um recurso ou um instrumento estratégico das relações de poder — ainda que, ao mesmo tempo, o discurso seja também um dos efeitos das relações de poder (FOUCAULT, 2014). Segundo Gonzáles e Guareschi (2014), cada período histórico profere discursos em relação à sua juventude, os quais se refeririam a modelos e expectativas responsáveis por criar modos de ser e agir de acordo com os interesses do momento em que se vive. Os discursos próprios de uma época moldam o modo de ser jovem de acordo com os interesses do período, e os jovens podem ou não se aproximar dessas expectativas. É no final do século XVIII, na consolidação da sociedade moderna, que a adolescência começa a ser representada como uma etapa intermediária entre a infância e a vida adulta — uma etapa de preparação e maturação (ADORNO, BORDINI, LIMA, 1999).

Emancipado e concebido como etapa preparatória da vida adulta, o corpo adolescente é então esquadrihado por uma série de discursos – médicos, psicológicos, sociológicos, religiosos, pedagógicos, jurídicos e policiais –, que percorrem suas dimensões físicas, psíquicas, sexuais e morais, buscando definir uma identidade própria.” (ADORNO, BORDINI, LIMA, 1999, p.64)

Em dados aspectos, a juventude contemporânea é venerada como um modelo a ser seguido e mantido em função de seus atributos estéticos e sexuais, por sua potência e pela agilidade para aprender novidades. Entretanto, essa potência também é associada à violência e rebeldia em discursos de descontentamento em relação à juventude. Gonzáles e Guareschi (2014) destacam o papel da psicologia do desenvolvimento ao articular seu discurso cientificista com as imagens de “juventude transviada” e “rebeldes sem causa” em voga no ocidente no início do século XX, alinhando-se à ideia da juventude como causadora de problemas sociais. Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) reforçam a problemática de se conceber fatores intrínsecos à adolescência que formariam uma “identidade adolescente” por ser uma etapa obrigatória do desenvolvimento pelo qual todos passariam de formas similares. O pensamento psicológico dominante no início daquele século foi uma das forças que instituiu características físicas e mentais inerentes à adolescência, medindo uma normalidade e anormalidade nos sujeitos conforme se aproximavam das normas estabelecidas naquela época (COIMBRA, BOCCO, NASCIMENTO, 2005). As autoras ainda argumentam que a concepção desenvolvimentista deste período estaria ligada à meta de se tornar adulto, e afirmaria uma maneira certa de se estar e agir no mundo.

É a partir destas formações discursivas que a adolescência começa a ser constituída como um problema social. Segundo Adorno, Bordini e Lima (1999), por se tomar o adolescente como objeto de atenção e cuidado especial, regulamentou-se o sistema educacional e as jornadas de trabalho, e se oportunizou programas ocupacionais e de lazer. Cuidados que buscar oportunizar ao adolescente espaços em que ele possa começar a adquirir autonomia e vontade própria. Entretanto, é em função dessa autonomia, segundo os autores, que ele também é tomado como uma fonte de risco, por suas escolhas próprias poderem comprometer a ordem pública. As autoras Coimbra, Bocco e Nascimento (2005) apontam a contradição de se sustentar uma lógica desenvolvimentista, a qual homogeneiza a adolescência como uma etapa universal, ao mesmo tempo em que vige a lógica individualista e culpabilizante, a qual defende que é de responsabilidade do próprio indivíduo, sua capacidade ou a falta dela, enfrentar e resolver as questões do seu desenvolvimento. As autoras argumentam que essa lógica individualista e culpabilizante delinea discursos divergentes sobre como a sociedade lida com a juventude.

Entende-se que, dependendo da posição social que um jovem ocupa, lhe serão depositadas diferentes qualificações e expectativas culturais em uma sociedade. Isso acaba por gerar diferentes leituras de um ato ou de um comportamento de um sujeito adolescente dependendo da situação financeira em que vive: à juventude de classes sociais menos abastadas recai o estigma da vulnerabilidade, do risco, da violência e da marginalização. E, em geral, é para essa juventude que se destinam as políticas públicas ofertadas a este público geracional. Sposito, Silva e Souza (2006) sustentam que as lógicas dominantes acabam separando adolescentes tidos como vulneráveis/em/de risco dos outros jovens que não são massivamente vigiados pelo Estado; e, ainda, que “o tema do desemprego aparece associado ao combate ao crime e ao tráfico que “arrebanha” jovens desocupados” (SPOSITO, SILVA, SOUZA, 2006, p.243).

3.1. “NÃO PODEMOS PERDER ESTE MENINO PARA O TRÁFICO”: O TRÁFICO DE DROGAS E A VULNERABILIDADE SOCIAL EM FOCO

Para concretizar a garantia de direitos da população jovem, os programas e políticas estatais — principalmente na área da Política Pública de Assistência Social —

passam a atuar na prevenção básica de situações de risco e vulnerabilidade social. Ainda que o ECA não aborde especificamente o termo “vulnerabilidade social”, tratando mais de condições de riscos, é a partir da concepção de vulnerabilidade que se baseiam as diretrizes de políticas para o trabalho de prevenção com a juventude. A noção de vulnerabilidade social dentro dos documentos estatais aparece mais explicitamente nas orientações técnicas dos serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), sendo um guia normativo do atendimento social básico na Assistência Social (BRASIL, 2012). O documento reconhece a complexidade do conceito, definindo a vulnerabilidade como uma situação relacionada à fragilidade de relações sociais, inserção no mercado de trabalho, e ao acesso a serviços públicos e proteção social (CRUZ, HILLESHEIM, 2016).

[A Proteção Social Básica] Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (BRASIL, 2012, p. 33)

A vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias. Portanto, as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família. No entanto, percebe-se que na sociedade brasileira, dada as desigualdades características de sua estrutura social, o grau de vulnerabilidade vem aumentando e com isso aumenta a exigência das famílias desenvolverem complexas estratégias de relações entre seus membros para sobreviverem." (BRASIL, 2012, p. 42)

A condição/situação de vulnerabilidade, portanto, não se constitui como característica própria da criança ou do adolescente, afastando-se da abordagem da Situação Irregular do Código de Menores (BRASIL, 1979). Ela é pensada como o resultado de contingências sociais, econômicas e políticas que recairá sobre os sujeitos. A partir desta perspectiva, procura-se retirar a visão de responsabilidade do jovem, pois a vulnerabilidade não diria de sua conduta, e sim da situação em que se encontraria exposto (HÜNING, GUARESCHI *et al.*, 2014). Entretanto, Hüning, Guareschi, Reis e Azambuja(2014) apontam que a noção de vulnerabilidade ainda possibilita mecanismos que permitem categorizar "indivíduos, famílias e situações, que servem de apoio para tomar decisões que afetam a vida das organizações e das pessoas" (HÜNING, GUARESCHI *et al.*, 2014, p. 589). Os autores argumentam que a noção de

vulnerabilidade social não se limita a uma categorização ao nível econômico, mas passa também por organizações políticas, de raça, etnia e orientação sexual.

Frezza, Maraschin e Santos (2009) problematizam o significado da palavra "vulnerabilidade" encontrado no dicionário²⁸, onde se apresenta o entendimento do sujeito estar à mercê de algo por apresentar pontos fracos, de modo que o coloca em condição propícia a acontecimentos indesejáveis. As autoras observam que é o ponto de vista do avaliador que vai determinar a situação de vulnerabilidade, e que este não necessariamente condiz com a percepção do sujeito que está nessa situação. A condição de vulnerabilidade referir-se-ia, então, a um determinado futuro tomado antemão como certo — a virtualidade dos sujeitos. Ao tratar como um futuro inevitável, tomam-se as providências pertinentes para garantir a ordem social. Estas providências têm o dúbio caráter de prevenção e punição, pois as condições de vulnerabilidade podem taxar e transformar o jovem em desempregado, agressor e transgressor da lei. Este "vir-a-ser" decorrente da situação de vulnerabilização orienta a visão do Estado sobre como lidar com a "questão da juventude", tanto em ações jurídicas quanto na construção de projetos e programas de políticas públicas. Foucault (2011) discorre sobre como o caráter de virtualidade compõe o poder de normalização disciplinar das táticas de governamentalidade, operando uma diferenciação nos indivíduos que não diz apenas dos seus atos e comportamentos, mas de suas naturezas e virtualidades.

Dessa forma, essa posição subjetivada de *vulnerabilizados socialmente*, ao invés de destacar as demandas dos jovens e a potencialidade de transformação das condições atuais indesejadas por esses jovens — inclusive com a participação deles –, lhes é conferida uma virtualidade de causadores de problemas sociais. (FREZZA, MARASCHIN, SANTOS, 2009, p. 321)

Frezza, Maraschin e Santos (2009) apontam como políticas de oportunidades de trabalho para jovens pobres têm servido de justificativa relacionada ao discurso da marginalização e vulnerabilidade social. Ressaltam, ainda, como a falta de ocupação/atividade ou subemprego é visto como um caminho inevitável à delinquência e à criminalização.

²⁸ Ferreira, A. B. de H. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa (3a ed. rev. e ampl.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Para Adorno, Bordini e Lima (1999), desde a década de 80, diversos países ocidentais vêm buscando inserir em suas legislações os princípios de proteção e cuidado à infância e à adolescência, a partir do que é formulado por organismos normativos internacionais — citam como exemplo, entre outros, as “Regras de Beijing” (1985), aprovadas e adotadas pela ONU em 1985, e os Princípios de Ryadh para prevenção da delinqüência juvenil, de 1990. Normativas internacionais como essas orientam intervenções do tipo preventivo, de proteção social, ao invés de intervenções repressivas, para tentar impedir o envolvimento de adolescentes com a criminalidade. Contudo, são as expectativas em relação ao fenômeno de criminalização da juventude que incentivam a criação de programas de intervenção e políticas públicas (ADORNO, BORDINI, LIMA, 1999).

As políticas e ações destinadas à juventude têm focado no objetivo de erradicar a pobreza e evitar que o jovem entre no tráfico de drogas, evidenciando o caráter inevitável de sua criminalização. Entretanto, como discutido por Batista (2013), o tráfico de drogas e armas sustenta-se e cresce em função de um interesse econômico global, sendo o comércio a varejo nas periferias apenas uma ponta de um grande problema. Ainda assim, o entendimento do Estado em relação à solução do “problema do tráfico” segue sendo criminalizar e realizar ações “preventivas” com jovens marginalizados — seguindo a política global de guerra às drogas (BATISTA, 2013).

O Estado brasileiro tem respondido à “guerra às drogas” de maneira alinhada aos Estados Unidos no combate ao narcotráfico, adotando uma política extremamente repressiva nas periferias para conter a grande vilã: as drogas *ilícitas*. Mas quem são os traficantes a quem se destinam às políticas de controle e repressão? Vianna e Neves (2011) argumentam que esta pergunta não é simples de responder e fazem referência ao imaginário social do traficante "negro, pobre, vestido com camiseta, bermuda e boné, olhar desafiador, ostentando armamentos pesados, residente em áreas periféricas” (VIANNA, NEVES, 2011, p. 34).

O tráfico varejista, como é denominado o comércio de drogas em nível local, costuma ser fragmentado e alvo de constantes disputas das diferentes facções do tráfico pelo controle de um território. Os conflitos ocasionados por essas disputas têm sido verdadeiros campos de extermínio da juventude pobre (e majoritariamente negra). Para Vera Batista (2003), a grande mídia e as ações governamentais corroboram a manutenção do estereótipo criminal do traficante-varejista enquanto grande articulador

do crime organizado do narcotráfico, promovendo um inimigo interno que justifica grandes investimentos de repressão e controle social.

(...) vigiar e punir, articulando o disciplinamento do corpo do homem ao disciplinamento do homem-espécie, população, a ser gerida pela biopolítica, alavanca da decolagem econômica do Ocidente. O capital precisa gerenciar o corpo, a alma, o afeto e o trabalho dos homens através de uma rede de controles sociais. (BATISTA, 2010)

O que se nota nas periferias, e incluo aqui as percepções que tenho da região onde atuo como técnica-operadora, são jovens ganhando muito pouco para trabalhar em uma “firma” de alta periculosidade que facilmente os descarta e os substitui. Vianna e Neves (2011) alegam que o tráfico a varejo funciona apenas como a ponta mais frágil de uma rede internacional de narcotráfico e tráfico de armas, regulada por grandes empresários de drogas que se aproveitam das condições de miserabilidade e de poucas alternativas e chances reais de ingressar no mercado de trabalho da juventude marginalizada para a captarem como mão de obra barata, descartável e sem garantias. No entanto, os grandes beneficiários deste negócio, que rende bilhões de dólares todo ano, estão longe das favelas e do seu cenário de guerra instaurado pelas facções locais e pelas ações repressoras do Estado (BATISTA, 2003; 2010; VIANNA, NEVES, 2011).

No que concerne à juventude, o Estado brasileiro promove políticas e programas que focam a atenção no mercado varejista do tráfico de drogas, sob a lógica da prevenção da criminalização e capacitação para uma adequada inserção no mercado de trabalho. A mídia noticia reportagens sobre grandes traficantes da periferia — que movimentam somas irrisórias perto do montante de dinheiro que realmente rende o narcotráfico —, desviando-se assim o foco da população daqueles que seriam os “verdadeiros” empresários — os que lidam com a importação, exportação e o atacado de drogas, e a posterior lavagem de dinheiro (VIANNA, NEVES, 2011). Batista (2003) denuncia ainda a complacência dos bancos ao aceitarem a renda proveniente desse mercado. A autora também critica o sistema neoliberal que, ao mesmo tempo em que estimula a produção e comercialização das drogas com alta rentabilidade no mercado internacional, articula discursos ideológicos, jurídicos e patológicos de demonização e criminalização às drogas. Estrutura-se um maquinário que foca suas ações em torno das “bocas de fumo” da periferia, e que não olha para a possibilidade de haver uma centralização na compra por atacado de drogas, ou uma grande organização por trás desse comércio (BATISTA, 2003).

3.2. JUVENTUDE E TRABALHO — PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE COMO PRÁTICA DE GOVERNAMENTALIDADE

Neste ponto, retoma-se a discussão de Abad (2002) sobre como as políticas são vistas como efetivas quando são úteis ao modelo de acumulação capitalista vigente. Através da historicização das políticas de juventude trazida anteriormente, faz-se pertinente questionar a lógica de integração dos jovens na sociedade através de políticas de educação e capacitação, as quais, pelo viés da proteção social, engendram práticas para torná-los mais produtivos e valiosos como capital humano. Ainda que seja perceptível um deslocamento e abertura do que as políticas ensejam para os jovens — com a criação do Conselho Nacional de Juventude e a Tipificação Nacional dos SCFV para a infância e adolescência, por exemplo —, é preciso fazer uma discussão sobre a lógica que entende a juventude como mão de obra a ser qualificada para trabalhos com poucas oportunidades de crescimento profissional — seja em sub-empregos, trabalhos no terceiro setor, no tráfico de drogas e ainda em atividades ilegais. Minha intenção em levantar essa discussão não é minimizar a importância de se capacitar os jovens para o mundo do trabalho e tentar oportunizar outras possibilidades, mas sim problematizar de que maneira essa estratégia tem sido utilizada nas políticas públicas no Brasil, dado os tipos de inserção no mercado de trabalho que realmente têm sido possíveis para os jovens de baixa renda. Afinal, como aponta a Organização Internacional do Trabalho (2009):

A inserção de uma porcentagem significativa de jovens brasileiros de ambos os sexos no mercado de trabalho é precária, e se caracteriza, entre outros aspectos, por elevadas taxas de desemprego e informalidade, bem como por baixos níveis de rendimento e de proteção social. Isto significa que a juventude brasileira continua sendo afetada por um elevado déficit de trabalho decente. (OIT, 2009, p. 38)

Dando seguimento ao que foi abordado no capítulo anterior ao se discorrer sobre a biopolítica e a governamentalidade, recoloca-se em discussão a ideia de capital humano (*homo oeconomicus*) discutido por Foucault (2008b). Ao retomar a ascensão dos pensamentos liberal do século XVII e neoliberal da década de 60, Foucault (2008; 2008b) aponta que valores e conceitos econômicos passam a atravessar o campo social, normatizando e regulando condutas dos indivíduos. A economia, não podendo ser, por

si só, uma razão governamental, passa a se engendrar articulada à política. Surge uma conduta econômica enquanto instrumento de governamentalidade, isto é, princípios econômicos de mercado viram princípios normativos de uma sociedade, influenciando a maneira como os sujeitos percebem seus comportamentos e escolhas — o sujeito torna-se governável na medida em que é *homo oeconomicus* (FOUCAULT, 2008b). Ou seja, análises econômicas começam a ser realizadas e utilizadas para explicar fenômenos sociais, e não mais somente para compreender as relações de mercado.

Segundo Foucault (2008b) “a economia já não é, portanto, a análise da lógica histórica de processo, é a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos” (FOUCAULT, 2008b, p. 307). As capacidades humanas passam a ter valor de mercado e apresentam-se como capital, o que Foucault (2008b) conceitua como capital humano para explicar como, no neoliberalismo, o sujeito-trabalhador torna-se um equipamento do capital, transformando-se em uma máquina que produz renda. A partir deste entendimento, as habilidades e competências de uma pessoa apresentam-se como seu capital.

(...) mais do que isso, é esse mesmo indivíduo que se vê induzido, sob essa lógica, a tomar a si mesmo como um capital, a entreter consigo (e com os outros) uma relação na qual ele se reconhece (e aos outros) como uma microempresa; e, portanto, nessa condição, a ver-se como entidade que funciona sob o imperativo permanente de fazer investimentos em si mesmo — ou que retornem, a médio e/ou longo prazo, em seu benefício — e a produzir fluxos de renda, avaliando racionalmente as relações de custo/benefício que suas decisões implicam. (GADELHA, 2009, p.177)

Gadelha (2009) discute como o conceito de capital humano, e o que ele se referirá como empreendedorismo de si, tem atravessado as políticas de educação no Brasil ao seguir a lógica da capacitação de si para o mercado de trabalho. Mesmo que o CONJUVE tenha trazido importantes deslocamentos nos paradigmas destinados à juventude – com destaque ao protagonismo juvenil –, é importante frisar como o Banco Mundial, enquanto significativo financiador das políticas no Brasil, mantém o discurso da juventude enquanto capital humano (GOULART, SANTOS, 2014). No Relatório de Jovens em Situação de Risco no Brasil (2006b), o Banco Mundial descreve a importância de investir-se em políticas para que os jovens não venham a engajar-se em comportamentos ou eventos considerados “de risco”. A organização levanta como comportamento/evento de risco “*a saída precoce da escola, o desemprego ou o ócio, o comportamento sexual arriscado, o comportamento violento e o uso abusivo de*

drogas” (BANCO MUNDIAL, 2006b, p. 51-52).

(...) a atual estratégia de investimento do Governo brasileiro para a juventude não é suficiente, dadas as evidências de que o nível de gastos com este grupo é muito baixo e de que os custos de não investir nos jovens em situação de risco são muito altos. Em particular, ele apresenta o atual investimento social feito nos jovens e tenta quantificar o custo que recai sobre a sociedade brasileira quando os comportamentos de riscos assumidos pelos jovens são ignorados pelos formuladores de políticas. Também estima o custo de comportamentos de risco para os próprios jovens e indaga se as políticas públicas podem afetar os custos, ou se podem ajudar os jovens a entendê-los de modo que passem a ver alternativas quanto a engajar-se ou não em tais comportamentos. Os números chocantes pretendem ser um argumento a favor da importância de se incluir o desenvolvimento da juventude no conjunto das políticas públicas prioritárias, e também a quantificar, para os próprios jovens, quão danosas são essas ações para suas vidas futuras. (BANCO MUNDIAL, 2006, p.34)

O Banco Mundial descreve neste relatório comportamentos considerados de risco como sendo a baixa escolarização, desemprego entre os jovens e a criminalidade — sem levar em consideração, no entanto, as condições que se encontram esses jovens. Goulart e Santos (2014) salientam o posicionamento do Banco em afirmar que as políticas de juventude deveriam aumentar o capital humano, aprimorando a capacidade de produção dos jovens.

A prevenção desses comportamentos aumentaria o bem-estar das pessoas em termos de melhor status de saúde, maiores ganhos potenciais, e um maior potencial para desfrutar a vida. Além disso, também eliminaria custos sociais, liberando recursos públicos para serem gastos em outras iniciativas e aumentando o crescimento na medida em que as pessoas teriam maior capital humano e, assim, maior capacidade produtiva. Isso sugere que recursos públicos gastos no desenvolvimento dos jovens são uma parte necessária da estratégia de investimento de um país para o desenvolvimento econômico e social. (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 104)

Os posicionamentos do Banco Mundial sobre a juventude (e sua importância enquanto capital humano) demonstram as relações de forças envolvidas ao revestir a ausência de garantias de direitos como vulnerabilidade social e comportamentos de risco. O relatório apresentado por este órgão não leva em consideração as precárias condições em que a juventude marginalizada brasileira encontra-se inserida. Por não problematizar as efetivas oportunidades que aguardam a juventude pobre estimulada por essas políticas, denota-se um posicionamento que diz de uma biopolítica dos corpos de sujeitos jovens marginalizados.

Baseando-se na ideia de que a falta de escolarização e capacitação profissional é a essência das questões de empregabilidade e marginalização, viabilizar oportunidades de acesso ao emprego consolida-se como uma estratégia de proteção social. Uma lógica que articula ações voltadas à construção de “capital social” parece ocultar as diversas condições de precariedade em que vivem a juventude brasileira (SCHERER, 2016). No entanto, é bastante improvável, no atual cenário de desemprego no país, que existam oportunidades para todos os jovens “salvos” pelas estratégias de capacitação e profissionalização.

Em pesquisa realizada pelo IPEA (2009)²⁹, o pesquisador Roberto Gonzales comenta que os indicadores levantados apontam que a inserção de jovens no mundo do trabalho acontece de maneira dificultosa e precária — não apenas por serem um grupo desfavorecido pelas restritivas condições de emprego, mas também por reproduzirem as desigualdades de renda e gênero presentes na população. O pesquisador questiona a eficácia das políticas de capacitação e profissionalização, uma vez que a falta de oportunidades de emprego não é exclusividade do segmento juvenil, referindo-se à insuficiente geração de postos de trabalho para toda a população.

Com isso em vista, capacitar e habilitar os jovens não é garantia de espaço no mercado de trabalho, tendo o agravante de que a entrada de jovens em vagas de trabalho se dá em detrimento das vagas dos trabalhadores adultos. Gonzales (2009) argumenta que programas de profissionalização são de caráter compensatório em contextos de alto desemprego, diminuindo apenas a desigualdade interna do mercado. O autor também questiona a maneira que as empresas podem incorporar as habilidades desses jovens, isto é, se é possível garantir uma maior estabilidade e salários dignos, e, ainda, se esse tipo de orientação das políticas não incentivaria a entrada dos jovens em trabalhos de baixa qualidade.

Além disso, é bastante improvável que políticas voltadas à capacitação profissional sejam suficientes para lidar com a problemática estrutura de classes no Brasil, uma vez que os jovens marginalizados recebem expectativas sociais e têm vivências e oportunidades bastante diferentes daqueles que têm acesso a uma educação de qualidade. Segundo Gonzales (2009), precisa-se evitar que essas políticas se enrijeçam essencialmente como mecanismos de prevenção à criminalização, porque se

²⁹ Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5641

reforçaria o estigma já sofrido pelos jovens marginalizados, e se incutiria a ideia de que eles deveriam aceitar qualquer oportunidade sem medir sua precariedade. Reforça que “se faz sentido envidar esforços para incorporar os jovens ao mundo do trabalho, então, também é preciso reconhecer e valorizar seu potencial de ampliar quantitativa e qualitativamente a força de trabalho brasileira” (GONZALES, 2009, p.127).

A OIT (2009), a partir de estudos sobre o trabalho decente para a juventude no Brasil, aponta a necessidade de se criar novas disposições na articulação entre trabalho e educação nas políticas para a juventude brasileira, em função das intensas transformações tecnológicas que rapidamente tornam obsoletos os conhecimentos e capacitações adquiridos. A organização argumenta que o mercado de trabalho, além de demandar uma maior escolaridade, exige uma maior experiência profissional e uma atualização permanente das qualificações. Este apontamento levanta o questionamento se a constante atualização exigida pelo mercado de trabalho reflete-se também nos programas ofertados pelas políticas públicas para a juventude marginalizada. A OIT (2009) afirma, ainda, que

(...) o fortalecimento dos grupos de jovens como espaços privilegiados de construção da identidade juvenil representa papel central ante os vazios decorrentes da inadequação das instituições e políticas tradicionais de atendimento das demandas da juventude. (OIT, 2009, p. 24)

Aos jovens é demandada uma alta qualificação profissionalizante que, em geral, só é acessível para aquela parcela da juventude com melhores condições econômicas, a qual tem a possibilidade de postergar sua entrada no mundo do trabalho para adquirir uma profissionalização adequada. Somado a isso, e conforme foi trazido no capítulo anterior, observa-se nos programas disponibilizados para a juventude pobre uma ainda incipiente iniciativa de empreendedorismo da juventude, em que a construção para uma profissão que exija ensino superior é uma realidade distante para muitos. Em contrapartida, nota-se uma manutenção de estratégias de capacitação para trabalhos com poucas garantias, de baixa evolução profissional e que tendem a vagas no terceiro setor do mercado ou, até mesmo, no setor informal. Toma-se como embasamento para tal reflexão, os noventa e cinco (95) cursos disponibilizados nos SCFV de Porto Alegre, pela modalidade do Trabalho Educativo³⁰. Cabe explicar que os SCFV contabilizados

³⁰ A tabela das instituições conveniadas à FASC e os respectivos cursos ofertados pode ser visualizada no Anexo I desta dissertação.

são executados pela rede conveniada ao município de Porto Alegre — os serviços executados pela rede própria municipal encontram-se suspensos, conforme já explicitado —, totalizando cinquenta e nove (59) instituições em atividade, sendo que uma dessas atua exclusivamente com jovens com deficiência visual. A Tabela 1 contabiliza os cursos de Trabalho Educativo ofertados no município de Porto Alegre, e são nomeados conforme consta no material fornecido pela Coordenação de Gestão de Convênios (CGCONV) da FASC.

Tabela 1: Cursos de Trabalho Educativo disponibilizados na cidade de Porto Alegre

Curso	Quantidade entidades que ofertam	%
Alimentação/ culinária/ padaria	19	20%
Arte terapia	1	1,05%
Artesanato	5	5,26%
Auxiliar administrativo	2	2,10%
Corte costura/ customização	8	8,42%
Embelezamento	3	3,15%
Informática	42	44,21%
Informática robótica	1	1,05%
Oficineiros culturais	7	7,36%
Prevenção à saúde	1	1,05%
Reciclagem	4	4,2%
Serigrafia	1	1,05%
"PCD"	1	1,05%

Fonte: Coordenação de Gestão de Convênios - CGCONV/ FASC em julho/2017

Como visualizado pelas informações contidas na tabela, existem poucas variações de cursos ofertados em Porto Alegre, sendo a maioria de informática básica — apenas uma entidade oferece um curso que abrange uma área de maior complexidade de capacitação (robótica), que pode ser interessante para estimular os jovens a caminhos pouco trilhados, para além da formação básica e média de educação. Também se

vislumbra poucas opções em cursos de áreas menos demandadas pelo mercado de trabalho (como arte terapia e serigrafia), as quais poderiam despertar o interesse para outras alternativas nem sempre possíveis para a juventude marginalizada. As possibilidades ofertadas na modalidade do Trabalho Educativo em Porto Alegre servem como ilustração de como as ações das políticas da juventude podem funcionar como estratégias para transformar os jovens em capital humano.

Diante deste cenário em questão, é importante salientar, conforme também defendido por Silva e Andrade (2009), que quando bem geridos e mantidos com caráter continuado, os programas de escolarização e capacitação podem resultar em uma melhoria para a vida de jovens marginalizados por elevar a alfabetização e gerar autonomia ao aumentar a entrada no mercado de trabalho. Entretanto, a intervenção pública não deve se resumir a essa meta, por não ser uma solução efetivamente definitiva e socialmente justa. Para as pesquisadoras, uma solução para o problema da juventude só será palpável quando de fato se assegurar uma “educação de qualidade conjugada a políticas de transferência de renda, habitação adequada, saneamento e acesso a serviços de saúde, cultura e lazer para todos os jovens” (2009, p. 68). Além disso, a entrada no mercado de trabalho não deve ser a única meta das políticas para este público, pois se deve levar em consideração os tipos de trabalho que os jovens têm acesso a partir dessas oportunidades, que, em geral, resumem-se a sub-empregos ou trabalhos informais (OIT, 2009). Como ressaltado pela OIT (2009), os déficits de trabalho decente — isto é, trabalhos de qualidade, com direitos garantidos e possibilidade de crescimento profissional — relacionam-se diretamente com a exclusão social, com as condições do sistema educacional e de proteção social, e com o comportamento do mercado e da economia.

4. SOBRE A ESTRATÉGIA METODOLÓGICA DO PERCURSO — TRAÇANDO A ROTA DE PESQUISA

Figura 9: A equipe em ato



Foto de O.

O campo das políticas destinadas à juventude, conforme já abordado, é constituído por determinadas premissas massificantes sobre a juventude, principalmente no que se refere à marginalizada. As políticas e programas são executadas de forma institucionalizada, relacionando-se a práticas de governamentalidade do Estado, ao atuar sob o viés da prevenção de um futuro dado praticamente como inevitável a esses jovens. Premissas essas que atravessam meu trabalho na Assistência Social e causam estranhamento por representarem uma descontinuidade em relação ao que vem sendo preconizado sobre o tema do trabalho com a juventude desde a implementação do ECA e, mais recentemente, do CONJUVE. Uma série de inquietações que só poderiam ser analisadas a partir do encontro da técnica-pesquisadora com o campo de práticas das políticas da juventude e os objetos/sujeitos de estudo.

Partindo-se do pressuposto de que existem especificidades e heterogeneidades na juventude (e que seus desejos não são massificados e nem generalizáveis), entendeu-se

que intervir junto aos jovens seria uma possibilidade de analisar como têm sido executadas as políticas para esse público no território onde trabalho, bem como observar o que eles têm produzido de singular, de resistência ao regime de forças que normatizam e homogêizam a experiência de ser jovem. O local eleito para ser o campo de ação foi o Projovem Glória-Cruzeiro-Cristal.

Para realizar tal intento, teve-se como base os fundamentos metodológicos da pesquisa-intervenção, a qual se propõe enquanto um processo de ordem micropolítica na experiência social, entendendo-se que a interferência, a ação, é condição para se chegar ao próprio conhecimento (ROCHA, AGUIAR, 2003). De acordo com Monceau (2005), na pesquisa-intervenção vai-se fazendo a análise das transformações/experiências à medida que o trabalho-ação se desenvolve. Essas transformações acontecem pelas interações entre pesquisador e “pesquisado” durante a prática, e é isso que permite que se chegue à compreensão do que se pesquisa. A intervenção diz de uma metodologia de pesquisa que necessita ser frequentemente reconstruída, de acordo com o que vai surgindo, desviando de rumo e se desenvolvendo em seu processo.

Pesquisar-intervir implica, segundo Amador, Lazzarotto e Santos (2015), interceder fluxos e possibilitar novos rumos; interferir no entre, nos campos de força que produzem modos de existência, sendo o conhecimento produzido como criação e resistência aos saberes dominantes (regime de verdades). As estratégias de intervenção buscam problematizar e desacomodar os jogos de verdade que ditam discursos acerca da juventude, os quais delineiam as políticas, intervindo nas estratégias de governamentalidade. Como prática desnaturalizadora, o que inclui a própria instituição da análise e da pesquisa, as estratégias de intervenção têm como alvo a rede de poder e o jogo de interesses que se fazem presentes no campo da investigação, colocando em análise os efeitos das práticas no cotidiano institucional, desconstruindo territórios e facultando a criação de novas práticas (ROCHA, AGUIAR, 2003).

Para Paulon (2005), esta metodologia de pesquisa assume o sentido da produção de acontecimentos, e resgata a ideia de se interpor, de um “vir entre” (PAULON, 2005, p. 21). O acontecimento é marcado pelo inusitado e pela espontaneidade, não sendo explicado apenas pelas condições que o suscitam/possibilitam, mas também pelo o que produz de diferença, de ruptura nos jogos de força. Através dessa concepção, a realidade, o conhecimento, é o resultado do encontro das múltiplas linhas de força

envolvidas, revelando-se a dimensão micropolítica dessa estratégia metodológica ao se abrir à heterogeneidade das formas de existência e oportunizar novas possibilidades de subjetivação (ROCHA, AGUIAR, 2003).

Enquanto estratégia metodológica, trata-se de acompanhar os processos de subjetivação que atravessam os sujeitos envolvidos, não dizendo apenas de uma forma de apreender o sujeito e o objeto de pesquisa (PAULON, 2005). No caso da intervenção no ProJovem, a questão de pesquisa foi formulada de maneira a acompanhar as diversas manifestações do processo que evidenciam os jogos de força e de verdade presentes no campo investigado. Desse modo, a ferramenta da análise de implicação surge como instrumento de pesquisa, por ser um procedimento que coloca em análise o lugar social que o pesquisador ocupa dentro de um sistema de poder que legitima certos jogos de verdade que atravessam e ressoam no campo intervindo, abrangendo muito mais do que a percepção subjetiva da história individual de quem pesquisa. Isto é, abordar a implicação é colocar em cena as instituições e seus regimes de verdade que atravessam o pesquisador, dado que a maneira que uma instituição age no pesquisador é efeito de um campo de forças que envolve discursos e regimes de visibilidade e dizibilidade.

O conceito de implicação, segundo Lourau (1993), está intimamente relacionado à prática de intervenção ao pressupor que não existe objetividade nem neutralidade em uma pesquisa, pois o técnico (pesquisador) é também praticante da ação, necessitando um constante exercício reflexivo e ético. Para Lourau (2004), o pesquisador já está implicado no campo a ser estudado antes de adentrá-lo, e sua intervenção vai transformando o objeto de estudo ao mesmo tempo que também é objetivado e afetado por esse objeto — seja este objeto fenômenos sociais, grupos, acontecimentos ou ideias. A implicação refere-se a diversos conteúdos a serem analisados, englobando a implicação do pesquisador com o objeto da pesquisa-intervenção, a instituição onde a intervenção é realizada e aquela que pertence o pesquisador, a referência teórica do pesquisador e, inclusive, a escrita em que a pesquisa é exposta (LOURAU, 2004). Lourau (1993) também aponta o procedimento da construção do diário de pesquisa como possibilidade de se revisitar toda a trajetória desenvolvida, reconstituindo a história subjetiva do pesquisador e seus atravessamentos institucionais, abrindo, assim, condições para se realizar a análise de implicação.

Outra ferramenta utilizada na pesquisa-intervenção é a identificação de analisadores (LOURAU, 1993; 2004). Por se tratar de uma modalidade metodológica

que trabalha com a concepção de acontecimentos, de processo em movimento, a identificação de analisadores é o procedimento que permite registrar, como um ato fotográfico, o processo que se está estudando-pesquisando.

Também nesta noção voltamos a encontrar a idéia essencial da decomposição de uma totalidade nos elementos que a compõem. O analisador químico é aquele que decompõe um corpo em seus elementos, produzindo, *em certa medida*, uma análise. Neste caso, encontramos-nos nas ciências físicas. Não se trata de *interpretar* neste primeiro nível, mas *decompor* um corpo. Não se trata de construir um discurso explicativo, mas de trazer à luz os elementos que compõem o conjunto. (LOURAU, 2004, p.70)

Os analisadores, que vão emergindo conforme desenrola-se o processo de intervenção, colocam em questão o que é visibilizado e provocado pelos dispositivos que dão contorno às relações de poder e aos jogos de verdade nos quais se constituem. Um analisador contém em si mesmo os elementos para iniciar seu próprio processo de esclarecimento, não tendo apenas a função específica de “expressar, manifestar, declarar, evidenciar, denunciar” (BAREMBLITT, 2002, p. 64) um acontecimento. Ele também coloca em evidência diferentes práticas e agenciamentos que esclarecem como atua este mesmo analisador, o que ele permite e desloca em um campo (BAREMBLITT, 2002). Os analisadores denunciam os conflitos da realidade estudada/pesquisada, sendo aquilo que emerge como resultado do embate das linhas de força de um campo.

4.1. A INTERVENÇÃO FOTOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Nesta pesquisa, a proposta da oficina fotográfica é pensada pela perspectiva da fotografia enquanto um dispositivo de intervenção nas práticas de governamentalidade e nos jogos de verdade que atuam sobre o trabalho com a juventude. Um dispositivo, conforme discutido por Foucault (2008), articula os elementos que intervêm em uma racionalidade/organização, funcionando como um mecanismo de fazer ver e fazer falar.

(...) de um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não

dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos”. (FOUCAULT, 2008, p. 244)

Um dispositivo sustenta determinados regimes de verdade, formações discursivas, ao mesmo tempo em que é limitado por eles, por estar inscrito em uma relação de poder que o condiciona (FOUCAULT, 2008). De maneira que um dispositivo tem a função de manipular e intervir nas relações de forças de um dado contexto, provocando os jogos de verdadeiro e falso e os regimes de visibilidade e dizibilidade. É um mecanismo de prática, saberes, instituições que administra, modela e controla condutas e pensamentos e opiniões dos indivíduos. Segundo Agamben (2005), todo dispositivo implica processos de subjetivação, pois os sujeitos são constituídos pelo resultado da relação/confronto com os dispositivos (e os jogos de verdade forjados por eles). Sujeitos que "assumem a sua identidade e a sua "liberdade" enquanto sujeitos no processo mesmo do seu assujeitamento” (AGAMBEN, 2005, p. 15).

Deleuze (1990) também trabalha a noção do conceito de dispositivo construído por Foucault, sendo entendido por esse filósofo como um conjunto multilinear cujas linhas que o compõem são de naturezas diferentes e de direções variadas. Essas linhas podem ser pensadas como vetores de saber, de poder e de subjetividade — linhas de ruptura, de fissura, de fratura que se entrecruzam e misturam-se, enquanto umas suscitam, através de variações ou mesmo mutações de disposição. Dispositivo pode ser um artifício produtor de inovações que gera acontecimentos e devires, renova virtualidades e procura criar o novo. Nele, o objetivo a ser alcançado e o processo que o origina são indissociáveis, compondo-se como uma máquina que conecta elementos e forças heterogêneas – multiplicidades, singularidades, intensidades. Os dispositivos possibilitam a produção de realidades alternativas e revolucionárias as quais podem transformar o horizonte considerado do real, do possível e do impossível.

Para Zanella (2011) o uso da fotografia se apresenta como um potente dispositivo que objetiva a epistemologia latente ao ato de pesquisar, transpassando a visibilidade que se dá ao olhar do pesquisador e do sujeito com o qual se pesquisa. Para além das imagens produzidas, é necessário problematizar as condições de possibilidade de sua emergência, o que é e como é produzido no meio dos jogos de verdade e forças que atuam durante sua produção, as inquietações e desconfortos que provocam. As imagens, produtos de pesquisas, ainda intervêm nos jogos de visibilidade a partir da maneira que são expostas aos outros, isto é, como elas podem desvelar e se inscrever

nos jogos de visibilidade (TITTONI, 2009; 2011).

Entende-se, então, que o uso da fotografia em pesquisa não se resume à produção de imagens, é necessário “rachar as imagens” (TITTONI, 2016, p.24), isto é, problematizar a condição de suas existências. Pesquisar com e através de fotografias é trabalhar com os processos que produzem as imagens e pensar como esses processos podem estar impressos nas imagens, nas falas e nas ações dos participantes (TITTONI, 2016). Tittoni (2016) entende que as flechas, as linhas de força que engendram as linhas de dizibilidade e visibilidade podem ser pensadas como linhas de sensibilidade. Linhas de sensibilidade que permitem emergir outros fluxos, que fazem produzir e provocar outras formas de se lidar com o que é dado como verdade. Provoações/experimentações que só podem ser compreendidas através das conexões que agenciam nos próprios processos em que acontecem.

Estas linhas de sensibilidade criam conexões, inventam outros modos de produzir e outras imagens. Elas podem, por exemplo, provocar as temporalidades, tratando artesanalmente de fotografias digitais ou podem tratar digitalmente fotografias artesanais. Podem provocar outros fluxos a depender do ponto de vista do fotógrafo, dos processos que permitem a realização das fotografias, das trajetórias dos sujeitos que podem ampliar os campos de visibilidade e fazer irromper imagens-conceitos que podem desafiar enormemente as relações possíveis com os referentes. (TITTONI, 2016, p. 27-28).

O campo de fotografia carrega uma multiplicidade de discursos que constituem sua emergência. As relações de poder que atuam dando visibilidade à própria questão da fotografia evidenciam um exercício ético, indicando que o trabalho com ela necessita colocá-la, bem como seus processos, em análise. A fotografia é uma ferramenta/instrumento de trabalho e de produção de conhecimento; por ser uma ferramenta, não existe unicidade em seu uso no campo da produção acadêmica, devendo ser pensada a partir de uma multiplicidade de formas. É um recurso para deslocar as linhas de visibilidade, como uma forma de “exercício do olhar sobre o trabalho e sobre o mundo, em que este trabalho se realiza, se atualiza, se ritualiza” (TITTONI, 2009, p.19).

Segundo a fotógrafa Sontag (2004), produzir fotografias é um evento em si mesmo “dotado dos direitos mais categóricos — interferir, invadir ou ignorar, não importa o que estiver acontecendo” (SONTAG, 2004, p.21), revestindo o evento de uma certa imortalidade. Fotografar é um ato de não-intervenção, uma vez que aquele que está registrando uma cena não tem como nela interferir, e aquele que está interferindo

não tem como registrá-la — ainda que o ato fotográfico interfira nos jogos de visibilidade e dizibilidade de uma determinada condição. O ato fotográfico, de acordo com a fotógrafa, permite criar uma forma de experiência onde fotografar e conhecer estão alinhados, mas de maneira que o fotografar se sobreponha à experiência, transformando a própria fotografia em objeto de transmissão/conhecimento desta experiência (SONTAG, 2004).

Maurente (2009), ao realizar uma pesquisa-intervenção fotográfica com trabalhadores de rua, discute a fotografia enquanto uma forma de recriação ao tema proposto na pesquisa, argumentando que existem coisas que não podem ser expressadas e evidenciadas de forma verbal. A fotografia entra como um processo de ampliação das possibilidades de expressão, sendo que a experiência de fotografar pode ser uma experiência recriada da fala — uma experiência particular.

A partir do que se é discutido sobre o uso da fotografia em uma pesquisa-intervenção, pensa-se o produto — a imagem produzida — enquanto o *ato-fotográfico* apresentado por Dubois (1993). Para o autor, não é possível separar a imagem do ato de fotografar, por entender que a imagem é um verdadeiro ato icônico em si. Argumenta que, para apreender o que constitui a originalidade de uma imagem, devemos muito mais analisar o processo do que o produto final. Para o autor, a noção de processualidade entra em cena, para além das modalidades técnicas — como as angulações, tempo de exposição à luz, qualidade de megapixels de uma câmera, etc. Entra em análise também o gesto do olhar do sujeito-operador sobre o objeto-referente (o momento de “tomada” de uma foto) e o gesto do sujeito-espectador de olhar sobre o que foi produzido (o que Dubois denomina de “retomada”). Desse modo, a uma dada imagem relaciona-se todo o campo de referência em cena. O ato fotográfico envolve, então, não apenas a ação de corte de uma continuidade de cena-real, mas também a ideia de uma passagem para um outro lado irreduzível, “de um tempo evolutivo a um tempo petrificado, do instante à perpetuação, do movimento à imobilidade, do mundo dos vivos ao reino dos mortos, da luz às trevas, da carne à pedra” (DUBOIS, 1993, p. 168).

Entende-se, como discutido por Dubois (1993), que uma fotografia deve ser pensada a partir de suas circunstâncias e contexto, de suas condições de possibilidade. Ao se pensar a fotografia enquanto ato, abarcando toda a mobilidade do processo que foge do mero entendimento de representação de uma realidade, dialoga-se também com

o ensaio de Barthes (1984) sobre a fotografia. Pensando a fotografia como objeto de um “fazer, suportar e olhar” (BARTHES, 1984, p.20), e introduzindo a noção de *studium* e *punctum*, o autor coloca em cena o sentimento, a sensibilidade do fotógrafo e do espectador. O *studium* tem a ver com “um afeto *médio*” (BARTHES, 1984, p.45), de “interesse vago” (BARTHES, 1984, p.48) que se tem em função de uma educação/saber. Refere-se aos elementos culturais (contextos históricos) que geram interesse em função do entendimento das intenções de um fotógrafo em capturar uma certa imagem. Por sua vez, o *punctum* provoca e quebra o *studium* ao transpassar o espectador “como uma flecha” (BARTHES, 1984, p.46), produz uma marca que faz ver uma singularidade, é o que punge em quem olha a fotografia. O *studium*, ao evocar os referentes que cercam uma imagem, e o *punctum*, em sua qualidade de acaso, reafirmam a importância do processo do ato fotográfico (MAURENTE, 2010).

Quando se propõe a intervenção fotográfica em uma pesquisa, tende-se a esperar que as imagens produzidas expressem o tema específico proposto. Independentemente do que elas possam abordar, as fotografias constituem-se e apresentam-se a partir de um determinado lugar social, de um ponto de vista marcado por condições de possibilidade historicamente produzidas (ZANELLA, 2011). Ainda que o olhar do pesquisador possa ser priorizado nas produções de resultados acadêmicos, os diferentes olhares (e seus respectivos lugares sociais) entrecruzam-se e misturam-se de forma a modificar o processo de pesquisar. O pesquisado, aquele que é olhado, também olha e indaga o pesquisador e sua prática, sendo parte ativa do processo de pesquisar, co-produtor dos resultados.

Cada fotografia constitui um pedaço de autobiografia”, afirma Bauret (1992, p.105), e assim sendo muito mais que um suposto real é objetivado via lente de uma câmera fotográfica: plasma-se na textura bidimensional de uma foto a condição sócio-histórica e política de seu autor e do momento em que vive, suas escolhas, preferências, suas (im)possibilidades e modos de ver, constituídas em um determinado tempo e suas condições de possibilidade. Suas objetivações imagéticas e várias outras, por sua vez, não somente expressam essas condições, mas as reinventam incessantemente, em um denso e não linear movimento de objetivação/ subjetivação/ objetivação. (ZANELLA, 2011, p. 20).

Ao se trazer para discussão a ideia da fotografia como uma produção de modos e de uma ética de ver, refuta-se a noção positivista de que ela funcionaria como uma reprodução da realidade. Esta ideia é argumentada também por Butler (2015) quando traz para a discussão o conceito de enquadramento, considerando-o como uma forma de

regulação de perspectiva, podendo orientar certos tipos de interpretação. Quando uma fotografia enquadra uma dada realidade/cena, ela pré-determina o que será considerado dentro dessa delimitação. Para a autora, um enquadramento é um “ato de delimitação” (BUTLER, 2015, p.105), sendo tão interpretativo quanto os efeitos de luz, foco e ângulo, representando uma visão de mundo do sujeito que o delimita. O entendimento de uma ética de ver se alinha à perspectiva foucaultiana, ao considerar que as imagens são produzidas nas relações de poder de contextos atravessados pelos jogos de verdade, os quais configuram linhas de visibilidade e invisibilidade (TITTONI, 2009; 2011).

As visibilidades, de acordo com Deleuze (2013) acerca da obra foucaultiana, são “formas de luminosidade, criadas pela própria luz e que deixam as coisas e os objetos subsistirem apenas como relâmpagos, reverberações, cintilações” (DELEUZE, 2013, p.62), e não são instantaneamente vistas nem visíveis. Argumenta o autor que as visibilidades podem ser, até mesmo, invisíveis, imperceptíveis ao olhar enquanto se focar nos objetos e na qualidade material sem levar em consideração as condições que as possibilitam. Isto é, se tomada apenas por aquilo que é perceptível pela visão, cega-se para o entendimento de que a visibilidade se produz a partir das condições de possibilidade de um dado momento histórico. De modo que o sujeito que vê, atravessado por discursos e regime de verdades, também é produzido como um lugar de visibilidade (DELEUZE, 2013). A visibilidade é determinada, mas não reduzida, pelo enunciado (o dizível), e é entre o enunciado e sua condição de dizibilidade que os visíveis transparecem.

Certamente, enquanto ficarmos nas palavras e nas frases, podemos crer numa intencionalidade através da qual a consciência visa a alguma coisa e se significa (como significante); enquanto ficarmos nas coisas e nos estados de coisas, podemos crer numa experiência selvagem que deixa-ser a coisa através da consciência. (...) Ora, os enunciados não visam a nada, porque não se relacionam com nada, tal como não exprimem um sujeito, mas apenas remetem à uma linguagem, a um ser-linguagem, que lhes dá objetos e sujeitos próprios e suficientes como variáveis imanentes. E as visibilidades não se desdobram num mundo selvagem que se abriria a uma consciência primitiva (antipredicativa), mas apenas remetem a uma luz, a um ser-luz, que lhes dá formas, proporções, perspectivas propriamente imanentes, livres de todo olhar intencional. (DELEUZE, 2013, p.116)

As visibilidades e dizibilidades não são imediatamente perceptíveis — ainda que explicitadas — e não estão limitadas ao olhar e à fala. O que Deleuze (2013) aponta como importante para ser considerado são as condições de possibilidade que fazem emergir as dizibilidades e visibilidades, as quais se constituem nos discursos e jogos de

verdade das relações de poder de um contexto. Sob esta perspectiva, a produção fotográfica, enquanto intervenção na institucionalidade das políticas da juventude, provoca os regimes de visibilidade e dizibilidade disponibilizados pelos jogos de verdade desse campo.

Assim, a intervenção fotográfica tensiona, provoca os modos de ver e a ética de ver (TITTONI, 2009; 2011) ao exercitar um outro olhar, o olhar fotográfico, que incide sobre as condições institucionais, políticas e sociais onde os sujeitos também são produzidos enquanto lugar de visibilidade. Analisa-se, dessa forma, os efeitos de visibilidade que a intervenção fotográfica pode ter em um dado regime de verdade.

A produção fotográfica, entendida, então, como um processo de intervenção nas práticas de governamentalidade sobre a juventude, pode ser um mecanismo de criação de novas possibilidades para os jovens relacionarem-se com as políticas públicas nas quais estão inseridos, e assim expressarem o que é ser jovem para eles. Dessa forma atuando enquanto um dispositivo no contexto de uma pesquisa-intervenção, a produção fotográfica objetiva tensionar as linhas de força, os jogos de visibilidade. Até aqui discutiu-se como o processo de intervenção fotográfica diz de uma produção que vai além das imagens, um processo que problematiza as condições de emergência dessas imagens, os modos como elas são produzidas nos jogos de verdade e as desacomodações que provocam (TITTONI, 2009; 2011). A partir dos analisadores que emergiram durante o processo de intervenção, o que é investigado nesta pesquisa é o modo como os jovens do coletivo ProJovem relacionam-se com a política em que estão inseridos – isto é, como é a juventude no espaço de uma política pública –, bem como a maneira com que a fotografia pode servir como um dispositivo para eles questionarem os jogos de verdade e tensionarem as práticas de governamentalidade ali institucionalizadas.

5. PRODUÇÃO FOTOGRÁFICA COMO POSSIBILIDADE DE RACHADURA NAS PRÁTICAS DE GOVERNAMENTALIDADE

Figura 10: As forças que racham



Foto de D.

"Embora em certo sentido a câmera de fato capture a realidade, e não apenas a interprete, as fotos são uma interpretação do mundo tanto quanto as pinturas e os desenhos". (Sontag, 2004, p.17)

Como relatado anteriormente, a intervenção no ProJovem, desde seu início, foi realizada a partir de um lugar dúbio, de pesquisadora e trabalhadora do território, que ressoou em todo o processo da pesquisa. Enquanto vivia o mestrado, fiquei no embate de ser (e sentir-me) mais uma trabalhadora da ponta do que uma pesquisadora — embate que se refletiu muito nas oficinas com os adolescentes. Ainda que o desejo de buscar os adolescentes para entender o campo das políticas públicas destinadas a eles tenha partido, justamente, das inquietações surgidas no trabalho de psicóloga da Assistência Social, é importante analisar como esta minha posição de técnica-pesquisadora incidiu sobre os jovens durante a intervenção e que efeitos engendrou na pesquisa. Então, será desenvolvida a seguir uma narrativa-relato da intervenção, onde serão destacados os analisadores observados no processo de pesquisa.

5.1. O PROCESSO DE INTERVENÇÃO: OFICINAS DE PRODUÇÃO FOTOGRÁFICA

Antes de iniciar a intervenção, era imprescindível apresentar a proposta diretamente para os adolescentes antes do início das atividades, pois só faria sentido se houvesse interesse dos participantes. Uma semana antes da data programada para o início da intervenção, fui ao ProJovem apenas para me apresentar e fazer o convite das oficinas fotográficas. Neste dia, estavam presentes cerca de trinta adolescentes que estavam ingressando no programa. Antes de iniciarmos a rodada de apresentação, o coordenador do programa de antemão introduziu-me como sendo coordenadora da Rede de Proteção do território e trabalhadora da Assistência Social, e que eu estaria ali fazendo uma pesquisa para o meu mestrado “da universidade”. Quando me apresentei, procurei comentar o que era um mestrado acadêmico, pois era possível que nem todos tivessem isso claro. Fiz o adendo que a vontade de pesquisar sobre as políticas para a juventude tinha partido da minha experiência de trabalho ali no território, por me questionar se os jovens se sentiam representados e se tinham interesse pelos programas ofertados. Por isso, quis saber pela própria juventude como ela se relacionava com as políticas na qual estavam inseridas, e o que poderia produzir a partir delas.

Expliquei que a proposta das oficinas de fotografia possibilitaria registrar as suas vivências e percepções dentro daquele programa. Frisei que a participação não era obrigatória e que quem não quisessem participar poderia continuar no cronograma de atividades do programa.

a) Primeiro encontro: oficina de sensibilização

A primeira oficina iniciou agitada, pois os jovens haviam jogado futebol na primeira metade de seu turno no ProJovem. Estavam presentes vinte jovens, e comigo havia ido um colega do grupo de pesquisa, intercambista de Moçambique. Meu colega apresentou-se e comentou que havia ido acompanhar a oficina para conhecer um pouco mais sobre as políticas públicas de Porto Alegre. Os adolescentes G. e E. perguntaram onde ficava Moçambique e porque ele teve que vir até o Brasil para estudar. Meu colega explicou que Moçambique é um país na África, e que viera conhecer como algumas políticas funcionam aqui para levar o que aprendeu ao seu país. Com isso, comentei sobre o que eu estava estudando, falando que também estava ali para aprender com eles

como as nossas políticas voltadas à juventude funcionam. Relatei que no meu trabalho no território eu tinha contato com diversos programas e projetos para jovens, e que eu queria saber se esses jovens sentiam-se representados por esses programas. A adolescente Fr., que não estava presente na semana anterior (quando me apresentei ao grupo), quis saber com o que eu trabalhava. Ao responder-lhe que eu era psicóloga, Fr. ficou surpresa e perguntou a minha idade. Ela e R. não acreditaram que eu tinha 27 anos — R. comentou que pensou que eu fosse uma adolescente de outro ProJovem. A partir disso, Fr. começou a perguntar a idade das educadoras, e uma delas sugeriu que todos nos apresentássemos novamente, falando nossas idades.

Após a apresentação, retomo com o grupo o que eu propus na semana anterior, por terem adolescentes novos que não conheciam a proposta da intervenção. Comentei novamente sobre como no meu trabalho eu tenho contato com programas em que jovens se inserem, e que isso me despertou a curiosidade de pesquisar sobre as políticas públicas para a juventude. Expliquei que faríamos, com quem quisesse participar, oficinas de produção fotográfica, por a fotografia poder ser um meio por onde eles pudessem expressar o que experienciavam e assimilavam daquele programa – o qual faz parte de uma política pública.

Ao introduzir a proposta da fotografia, questionei se eles tinham o hábito de fazer fotografias, e apenas Rh. e A. (em uma sala com vinte adolescentes) responderam que sim. Desdobrei a pergunta, indagando se eles não participavam de redes sociais, como o *Facebook* ou *Instagram*, onde se costuma postar imagens, e a reação deles foi como a de quem se da conta que o que se posta nessas formas de mídia também são fotografias. Este “dar-se conta” provocou algumas risadas no grupo, dando abertura para que fosse explicada a proposta daquela primeira oficina. Problematizei com o grupo sobre como existem maneiras de pensar a fotografia para além de meras cópias da realidade, ou de formas documentais como as fotos de família, viagens e *selfies*. Os jovens me ouviram atentos, como se prestassem atenção a uma aula, mas pouco se manifestaram. Propus, então, a exibição de um documentário sobre um fotógrafo brasileiro, Vik Muniz, narrando a sua trajetória.

O percurso do fotógrafo é trazido na primeira parte do documentário, mas não havia tempo para expor todo o filme, de modo que eu compartilhei com os adolescentes a história do fotógrafo para dar tempo de passar a segunda metade do documentário, na qual mostrava a técnica de produção de imagens de Vik. Então, contei para o grupo que

Vik Muniz, quando jovem, tentou apartar uma briga e foi tomado como uma das partes envolvidas, acabando por levar um tiro na perna. Com isso, foi indenizado e com o dinheiro comprou uma passagem para o exterior, radicando-se nos Estados Unidos, onde foi descobrindo o mundo da fotografia. Comentei que o fotógrafo foi ganhando reconhecimento por trabalhar com diferentes técnicas e materiais inusitados para criar imagens que expunham/denunciavam diferentes percepções de condições de vida no mundo, como a das crianças que trabalhavam na produção de açúcar na América Central e a produção de brinquedos feita por crianças na China.

Após a introdução sobre o trabalho do fotógrafo, assistimos a segunda parte do filme “Lixo Extraordinário” — o qual documenta o desenvolvimento e a execução de seu projeto junto aos catadores de material reciclável do lixão Gramacho, no Rio de Janeiro. A intenção de exibir essa parte do documentário era de apresentar aos jovens outras formas de criar e pensar a fotografia a partir da visualização da técnica com que o fotógrafo produzia suas imagens.

A exibição do documentário foi repleta de pedidos de silêncio e atenção dos educadores sobre os jovens enquanto o documentário era exibido. Os burburinhos, muitas vezes, eram comentários e explicações sobre o próprio vídeo que estavam vendo, pois algumas partes eram legendadas e nem todos os adolescentes conseguiam acompanhar — um desses adolescentes chegou a comentar em oficina posterior que “não sabia ler direito”. Em seguida ao filme, espalhei diversas produções e obras de diferentes fotógrafos no chão da sala, tais como: Sebastião Salgado (SALGADO, 2000) e seus retratos; as fotografias do cotidiano de Cartiê Bressão (GARCIA, 2013); o sertão etnografado por Wilton Martins (MARTINS, 2013); o trabalho em cima da “Passeata dos 100 mil” de Evandro Teixeira (TEIXEIRA, 2007); uma produção imagética comemorativa aos 140 anos do romance “Iracema” (CEARÁ, 2006); o “Diário de Frida Kahlo - um auto-retrato íntimo” (KAHLO, 2012); e uma coletânea das fotografias do próprio Vik Muniz (KAZ, 2009). Convoquei-os a sentarem-se ao redor dos livros para descobrirem outras formas de produzir imagens, e os jovens demonstraram um interesse particular na obra de Vik Muniz, procurando no livro as fotografias que haviam aparecido no documentário.

Ao folhear os retratos de Sebastião Salgado, W. questionou por que fotografar índios, e uma educadora respondeu que os índios fazem parte da nossa história. Quando M. viu a obra sobre o romance Iracema, começou a rir porque a índia estava nua nas

imagens, e mostrou para a namorada. A menina Fe. estava olhando o diário de Frida Kahlo quando me perguntou porque aquele livro não tinha tantas figuras como os outros, e comentei com eles como também é possível usar imagens para fazer um diário ou uma narrativa. Perguntei se alguém tinha ouvido falar na Frida Kahlo, para falar sobre seu diário, e uma menina respondeu “eu já, é aquela das sobrelhas, né?”. W. questionou o que foi “essa passeata”, ao olhar o trabalho de Evandro Martins sobre a Passeata dos 100 mil; uma educadora explicou (à adolescente A?) sobre o momento de corrupção que o país vivia, e como a passeata foi uma manifestação da população para pedir o *impeachment* do presidente Collor.

Em um dado momento, R. apontou para o relógio de uma educadora e perguntou se não estava na hora de ir embora. Antes de todos irem, os educadores combinaram com eles (e comigo) que na próxima semana eu iniciaria a oficina no primeiro turno de atividades, para não ficarem tão agitados em razão da atividade esportiva. Os educadores ainda me avisaram que estava agendado um passeio ao Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS que coincidiria com o dia de uma das oficinas, mas que poderia acompanhá-los se eu custeasse meu ingresso.

b) Segundo encontro: oficina de exercício fotográfico - parte 1

Na semana seguinte à oficina de sensibilização, realizou-se a primeira oficina de exercício fotográfico. Este encontro contou com reduzido número de adolescentes participantes (apenas oito), e também esteve presente meu colega intercambista, e uma outra colega de pesquisa que possuía experiência com produção de fotografia. Como nesta oficina se iniciaria a prática com as câmeras, meus colegas fizeram-se presentes para que houvesse mais pessoas auxiliando os adolescentes no exercício caso estivessem todos os trinta jovens inseridos no programa.

H. foi a primeira a chegar e cumprimentou a mim e a meus colegas com um beijo — como alguns adolescentes costumavam cumprimentar os educadores. Enquanto esperávamos o horário de início, uma educadora advertiu W. por ele estar ouvindo música no celular; dizendo que o combinado é que eles deixem o celular na outra sala. Preocupei-me com isso e questionei as educadoras, pois a ideia da atividade é que os jovens usassem o próprio celular para realizar o exercício, mas elas responderam que

não havia problema. Ainda assim, a educadora ratificou ao adolescente que não ouvisse música ali.

Ao apresentar cada exercício, buscou-se problematizar a intenção de cada um. Quando o primeiro exercício foi exposto, solicitando-se que fotografassem a maior e a menor coisa que encontrassem, mostramos uma produção de Vik Muniz que trabalhava com perspectiva — pequenos desenhos esculpidos em troncos de árvores e grandes desenhos feitos no alto de um morro fotografados numa mesma proporção. Buscou-se possibilitar com isso a discussão sobre como algo pode mudar de relevância a partir da percepção de proporção que se tem conforme o foco e enquadramento (BUTLER, 2015). Em relação ao segundo exercício, de reflexos e sombras, solicitou-se aos participantes que não tirassem fotos em espelhos, para que eles pudessem se colocar na cena sem estar no foco dela.

Apesar da tentativa de reflexão feita sobre os exercícios, os adolescentes não deram continuidade à discussão, mantendo-se em silêncio. Estavam mais interessados em experimentar as câmeras digitais que havíamos trazido, de modo que logo propus que iniciássemos a atividade. Dos oito adolescentes participantes, dois deles manifestaram não se sentir confortáveis em produzir fotografias, preferindo ficar sentados observando seus colegas realizarem a atividade; os outros adolescentes dispuseram-se a tentar a prática proposta. Dado que nem todos os participantes possuíam dispositivos com câmera, foram divididos em duplas de acordo com a quantidade de câmeras digitais e de quem tinha celular com câmera, para que todos pudessem praticar.

Começaram timidamente, observando a sala em que estávamos, procurando por objetos-referentes para serem fotografados. Convoquei-os a irem para fora da sala e percorrem o espaço do CRAS Ampliado atrás de cenas a serem fotografadas — o ProJovem ficava em uma das salas aos fundos do terreno em que se situa esse CRAS. Os adolescentes logo se animaram a aventurarem-se no espaço externo. A adolescente A. saiu correndo pelo espaço do CRAS Ampliado, aparecendo apenas no final da oficina para nos mostrar, uma por uma, as fotografias que havia produzido³¹. Parou na fotografia do reflexo do seu olho que havia feito dizendo que tinha gostado muito dela, e explicou que foi muito difícil manter o olho fechado quando saía o *flash* da câmera,

³¹Algumas dessas imagens podem ser vistas nas figuras 16, 17 e 18.

mas que queria que seu olho aparecesse para que ela “também aparecesse na imagem”. A adolescente continuou mostrando as imagens e questionei se ela não achava que estava aparecendo na fotografia que fez de sua sombra no chão, ao que ela respondeu que “não dava para saber que era ela pela sombra”.

Os meninos Ad. e G. aventuraram-se pelo alto mato do pátio e pelo meio das árvores, a procura de pequenos animais para serem fotografados. Mostraram a imagem de uma lagartixa que conseguiram fotografar (Figura 16) somente quando Ad. a pegou na mão, porque ela não parava de se mexer entre as folhas. Perguntei-lhes se havia algo na lagartixa que os tinha chamado a atenção, e G. comentou que queriam fotografar os animais que “não se via fácil”. R. ficou chateado por estar apertando o botão errado da câmera que eu havia emprestado e não ter conseguido registrar a formiga colorida que havia enquadrado (Figura 16). Logo em seguida, ele apareceu segurando outra formiga na palma de sua mão, a pôs no chão e tentou enquadrá-la na foto, reclamando que ela não parava quieta.

Após os exercícios, voltamos à sala para passar para o computador as fotografias que haviam sido produzidas³². Enquanto passávamos as fotos, H. comentou que teria muitas fotos pra tirar de sua casa, pois mora no meio do mato onde tem “cobra, macaco e até coruja” — isso antes de eu propor (novamente, já que tinha proposto nas semanas anteriores — sinal de que se lembrava, pensei) que eles usassem a experiência de hoje para tirarem fotos nas suas casas. Entreguei duas câmeras descartáveis a um casal, A. e R., que não possuíam celular com câmera, a fim de que pudessem dar continuidade ao exercício fotográfico fora do espaço do ProJovem. Além dos dois exercícios executados nessa oficina, foi pedido que eles utilizassem essa prática em momentos em que estivessem fora do espaço do ProJovem, em suas rotinas e trajetos. Retomei a proposta da semana anterior, em que expus a intenção de que eles utilizassem a fotografia para revelar o que é ser jovem para eles, contando através das imagens como viviam suas juventudes. Também os questionei se teriam interesse em montar uma exposição com as fotos tiradas, ao que responderam que sim.

Quando entreguei as câmeras descartáveis ao casal, explicando como funcionava para passar o filme fotográfico e acionar o *flash* da câmera, uma outra menina, H., pediu

³²Algumas dessas imagens podem ser vistas nas Figuras 18, 19 e 20.

uma para ela também, pois havia interessado-se pela possibilidade de não poder ver instantaneamente a imagem que estaria produzindo. Para que houvesse tempo de revelar o filme antes da oficina (que estava planejado para ser) de seleção e discussão das fotografias feitas, combinei com A. e R. que eu pegaria de volta as câmeras na semana seguinte, em que eu acompanharia o grupo na visita ao Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS.

c) Terceiro encontro: visita ao Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS

A visita ao Museu de Ciências e Tecnologia era uma saída organizada no cronograma de atividades do primeiro módulo do ProJovem Glória-Cruzeiro-Cristal. Ainda que não prevista no cronograma das oficinas da pesquisa-intervenção, a ida ao museu surgiu como uma possibilidade de um encontro diferente com os jovens, fora do espaço institucionalizado do programa. Ao entrarmos no museu, emprestei as câmeras digitais disponíveis novamente para A. e R, por terem manifestado interesse em fotografar ali. Eles estavam andando em grupo com outros adolescentes que haviam participado da oficina anterior. Assim que entreguei as câmeras aos adolescentes, eles espalharam-se pelo museu junto aos outros jovens, de modo que não consegui acompanhá-los em suas descobertas pelo lugar.

Percorrendo o museu na tentativa de acompanhar os jovens dispersos pelos pavilhões, fui questionando-me sobre o papel que estava executando naquele encontro. Não tinha a intenção de alinhar-me à função dos educadores, que ficaram observando e chamando a atenção pelos comportamentos dos jovens — a atenção era redobrada quando entravam em grupo nos banheiros.

Sentia-me como se nem estivesse ali. Mas nem sei o que poderia ser "estar ali". Seria eles ficarem me mostrando as fotos que tiravam, como na oficina anterior? Ou seria eu estar na cola dos seus passos, impedindo que namorassem no banheiro? Talvez eu mesma tenha preferido me afastar e pensar que esse encontro era, muito mais, o encontro dos jovens com o museu. A pesquisadora, ali, estava sendo apenas a testemunha desse encontro, em que eles foram conhecendo o museu da maneira que queriam — descobrindo cantos escuros para namorar e se explorar, ocupando aquele espaço pela primeira vez. (Diário de pesquisa, 20/04/17)

As fotografias que A. e R. produziram no museu foram poucas (Figura 15), e focaram em dinossauros e esqueletos do corpo humano. Enquanto eu via com A. as

imagens, ela brincou que o esqueleto era o próprio colega R. Quando olhei com os adolescentes as fotografias, uma imagem passou despercebida, confundida com as outras experiências fotográficas salvas na câmera, talvez por destoar das fotografias de esqueleto e dinossauro. A imagem era um registro da técnica-pesquisadora e do educador que também os observava (Figura 11). Entretanto, fui reencontrar essa fotografia apenas quando as oficinas haviam terminado, de modo que me ficou a curiosidade de por que teriam escolhido aquela cena para registrar. Teria sido uma resposta ao vigilante olhar dos “técnicos”, ou seria um enquadre nos educadores? Uma imagem que, não tendo sido problematizada com quem a produziu, reverberou mais problematizações na técnica-pesquisadora que a contemplou.

Figura 11: O Olhar sobre a pesquisadora



Foto de R.

d) Quarto encontro: oficina de exercício fotográfico - parte 2

Para a oficina desse encontro, havia revelado as fotografias da oficina anterior, para que dar continuidade à ideia de organizar uma exposição com as imagens. Entretanto, nesse dia havia muito mais adolescentes presentes, e a maioria deles não estavam na oficina de exercício fotográfico. Este encontro teve, novamente, a participação de minha colega de pesquisa.

Um dos adolescentes, K., estava presente ali após muito tempo sem aparecer no programa — uma educadora comentou-me, em certo momento da oficina, que ele estava inscrito no ProJovem desde o ano anterior, mas frequentava muito

esporadicamente. Logo que entrou na sala, K. perguntou o que eu e minha colega de pesquisa éramos, e não acreditou que éramos psicólogas, dizendo que não nos parecíamos como tal. Complementou que deveria ir em uma, porque é “muito elétrico” e disse que já havia passado por uma psicóloga quando esteve na FASE³³. Duas meninas perguntaram como que se faz para ser psicólogo, e quanto tempo tem que estudar— ficaram impressionados quando respondi que são cinco anos de curso. Ad. disse que por isso que prefere jogar futebol. K. disse que estava fazendo curso de *bartender* (os colegas riram porque ele não soube pronunciar).

Expliquei que quem não havia participado da oficina anterior não precisaria participar da atividade de escolha das imagens para a exposição. Uma educadora se lembrou de perguntar para H. onde estava a fotografia que a menina havia tirado em uma das atrações do Museu da PUCRS. H. disse que está com ela, mas só mostrou a imagem após a educadora insistir para que ela o fizesse, estimulando H. Dizenque que a fotografia estava muito boa e deveria ir para a exposição. A menina justificou que esqueceu de enviar-me as fotografias que havia produzido no museu — ela havia me enviado no *facebook* as imagens que havia produzido na oficina anterior com o seu celular. K. e B. continuaram falando sobre psicólogos, e a educadora interveio dizendo que “eles ouvem essa palavra *psicóloga* e já acham que vocês vão ficar chamando eles pra conversar, pra falar dos problemas”.

K. questiona que tipo de psicólogas eu e minha colega de pesquisa éramos, pergunta se usaríamos o que ele diz contra ele. Ele comenta que já havia ficado alguns dias na FASE e que não teve uma boa relação com a psicóloga de lá, porque usou o que ele disse para deixá-lo preso. K. disse que consegue ler a mente das pessoas quando fuma maconha – ele falou várias vezes que fuma maconha, como se estivesse testando o que faríamos com essa informação. Após eu e minha colega insistentemente explicarmos que não líamos mentes e que não estávamos ali como psicólogas, foi se sentindo mais à vontade e pediu uma das câmeras para tirar fotos — o que fez sem parar até o final da oficina. (Diário de pesquisa, 27/04/2017)

Separou-se os grupos, para que aqueles que não queriam fazer parte da oficina pudessem seguir com as atividades desenvolvidas no ProJovem. Entretanto, ao nos deslocarmos com o grupo para outra sala, todos os jovens acabaram sendo levados pelos educadores para também participarem da oficina, pois não havia outra atividade

³³Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul, órgão responsável pela execução das medidas sócio-educativas de internação.

organizada para eles naquele dia — conforme explicou uma das educadoras. A oficina, que deveria durar meio período do horário do programa, acabou durando toda a tarde daquele dia. Ao terem sido conduzidos a participar daquela atividade, alguns adolescentes que não estavam presentes no oficina anterior, L., V. e Bn., demandaram que também pudessem produzir as suas fotografias para serem selecionadas para a exposição.

Para poder contemplar os adolescentes que não estiveram presentes anteriormente, o encontro se transformou em uma outra oficina de exercício fotográfico. Uma das câmeras digitais disponibilizadas pelo grupo de pesquisa foi dividida entre os jovens L., V. e Bn. A outra câmera foi utilizada por K., que havia ficado bastante resistente com a presença das pesquisadoras no início do encontro. Foi explicada novamente a prática desenvolvida na oficina anterior, a fim de que entendessem a proposta. Ainda que eu tenha explicado a ideia de que não era para eles se colocarem em foco nas imagens, nessa oficina foram produzidas várias *selfies* e fotografias de colegas.

Os adolescentes Ad. e B., que tinham participado da oficina de exercícios anterior, ficaram na sala discutindo sobre um jogo de futebol, falando sobre como os jogadores de um time uruguaio eram racistas, enquanto eu mostrava para Fr. como se coloca filme na câmera analógica. Quando Ad. e B. pararam de conversar, perguntei a eles sobre como eles haviam ingressado no ProJovem. Ad. respondeu que sua mãe lhe inscreveu, mas que “já sabia como era”, isto é, sabia que talvez fosse encaminhado para o mercado de trabalho. Ele comentou novamente que quer ser jogador de futebol “mas que se não der futebol vai para o exército”. B. respondeu que seu pai serviu por um ano, e com isso discutiram sobre ser cansativo o exército, pois “tem que ficar no meio do mato, uma semana sem tomar banho, tem que comer bicho” e que se é “obrigado a achar comida”.

O adolescente K. voltou à sala quando B. estava falando que estudava no tempo livre. K., que é vizinho de B., disse que B. vai ao *snooker* de noite e a polícia pega ele. K. começou a dizer que a atuação da “Força Nacional é psicológico, eles te abordam e colocam na parede”, e encenou o movimento feito pelos soldados do exército. B. me questionou se eu já havia ido à FASE, ao que comentei que eu costumava ir ali por causa de um estágio em que trabalhei com a defesa jurídica de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. K., que havia ficado na sala fotografando, falou que B. “tem cara de quem vai pra FASE”. Dado que B. era a única pessoa negra na sala naquele

momento, tentei problematizar o comentário de K. perguntando se ele tinha dito aquilo por achar que a polícia costuma tachar o homem negro, mas B. Logo interpolou, afirmando que a polícia “estigmatiza o jeito que o cara se veste e onde mora”. K. relatou que já foi abordado várias vezes. Logo em seguida, K. me perguntou se eu realmente estudei 5 anos para ser psicóloga. Ad. disse que é cansativo estudar tanto, que prefere jogar futebol, ao que B. retrucou que jogar futebol também é cansativo. Resolvemos voltar para a rua para fotografar, e, no caminho, K. compartilhou comigo que jogava futebol na pracinha, mas sua namorada ficava com ciúmes, e reclamou que não entendia por que sua namorada tinha esse ciúmes.

Os adolescentes H. A., W., e R., que haviam participado da primeira oficina de prática, ficaram mais afastados neste encontro. Por não quererem repetir os mesmos exercícios que já haviam feito, montaram um novo exercício para eles. A partir de inscrições de grafitação feitas na areia do campo de futebol, tentavam reproduzir a técnica de Vik Muniz apresentada (Figuras 12 e 13)— na qual um desenho é feito no topo de um morro e fotografado à distância. Quem estava desenhando na areia era R., que, após ter escrito o nome de H., desenhou a primeira letra de seu nome e uma flor.

Figura 12: Série Earthworks



Foto de Vik Muniz, 2002

Figura 13: Reprodução de técnica



Foto de W.

34

³⁴ Vik Muniz, 2002, série Earthworks. Imagem retirada de <http://vikmuniz.net/wp-content/uploads/timeline/2002/series/earthworks/image/3.jpg>

e) *Quinto encontro: oficina de seleção de fotos para exposição*

Para a oficina de seleção das fotos contávamos, então, com quase uma centena de fotografias. No entanto, estavam presentes apenas oito dos jovens para participar desta etapa. A menina A. havia trazido na oficina anterior a câmera descartável com a qual havia ficado para que eu revelasse-as. Ela fotografou o caminho da escola para sua casa, cenas de seu recreio na escola, e também retratou a sua casa, sua família e seu namorado, R. A. comentou que foi o dia em que R. foi conhecer sua casa; entretanto, os dois não estavam sentados juntos e nem conversando no encontro desse dia — como estavam fazendo em todos os encontros anteriores. Ela pegou uma das fotografias e me mostrou a que estava o seu pai, relatando que ele pediu para que fosse fotografado.

Quando expus todas as imagens impressas e o papel que tínhamos para afixá-las, L. perguntou se todas iriam ser expostas, porque haviam imagens muito parecidas. Digo-lhe que aquele era o momento de eles selecionarem as fotografias que gostariam que fossem ao mural, e que também escolhessem onde gostariam de expô-lo. Os adolescentes concordaram entre si que as imagens deveriam ficar expostas ali no espaço do ProJovem, porque, segundo L., seria o espaço em comum de todos os adolescentes que participam do programa. A adolescente A. Se voluntariou para personalizar o mural em que se colocaria as fotografias, uma vez que, segundo me relatara, gostava de desenhar e sempre fazia os murais do ProJovem. Decidiu que faria sozinha o desenho, pois se incomodou com a maneira que a colega Fr. esta pintando o seu desenho.

Enquanto A. desenhava o nome “ProJovem” no mural, L. ficou fazendo *selfies* com o celular de W., e depois passou a ajudar A. na pintura do mural. O menino B. ficou sentado isolado. Mais tarde, uma educadora comentou que B. costumava se isolar muito por não saber ler nem escrever, fugindo sempre das atividades por ter medo que de alguma forma isso ficasse em evidência.

Os participantes, incluindo os educadores e a pesquisadora, auxiliaram no processo de escolha das imagens. Uma educadora sugeriu que se escolhesse pelo menos uma imagem de cada adolescente que havia participado dos exercícios fotográficos, mesmo não estando presentes neste encontro, mas não se conseguiu evitar que fotos repetidas fossem para o mural. A seleção das imagens foi de livre escolha, pois todos queriam que suas produções fossem para o mural. L. queria por todas as imagens que produziu; quando lhe questionei o motivo de ele escolher fotos suas repetidas, ele respondeu que era porque ele que havia feito as fotografias e por isso tinham que

aparecer. Ao ver as imagens escolhidas por L., a adolescente Br. questionou por que poderia ter uma em que L. aparecia (Figura 19), se eu havia dito que eles não poderiam se mostrar nas fotografias. Após eu responder que era para evitar que eles fossem identificados nas imagens, mas que não havia problema de estarem presentes nas imagens se seus rostos não fossem visíveis, Br. escolheu uma fotografia em que sua mão estava na imagem, e justificou que queria aparecer na exposição, porque senão ninguém saberia que ela participou – entretanto, acabou desistindo da ideia porque quis levar a fotografia para casa. A menina A., então, também se manifestou, dizendo que “meu olho tem que aparecer também então”, e posicionou a imagem de seu olho (Figura 18) acima das imagens em que L. e V. fotografaram um ao outro.

H. ficou surpresa por eu ter impresso as imagens que ela havia me enviado pela internet, e pediu para ficar com as fotografias ao invés de colocá-las na exposição. Entretanto, algumas fotografias de H. foram indicadas por uma educadora e por A. para serem expostas, por terem sido consideradas muito bonitas. R. pediu para colocar as imagens da letra de seu nome que desenhou na areia na oficina anterior (Figura 20). O adolescente ficou irritado quando A. disse que ele tinha sido o único fotografado para a exposição, indicando a imagem do esqueleto de corpo humano feita na visita ao museu (Figura 15). O processo de seleção das imagens e montagem da exposição levou todo o turno de atividades do programa e, ao todo, foram escolhidas vinte e oito imagens para a exposição.

f) Sexto encontro: finalização e montagem da exposição

O último encontro foi necessário apenas para finalizar a montagem da exposição, a qual necessitava de uma proteção, para enfim ser montada no local que haviam escolhido na oficina anterior. Importante apontar que, neste encontro, menos da metade dos adolescentes presentes haviam participado de algum dos encontros anteriores — alguns adolescentes estavam frequentando o espaço pela primeira vez.

As imagens que ficaram de fora da exposição foram entregues aos seus respectivos fotógrafos, como parte da restituição da pesquisa. A partir dessas fotos, comentei com os adolescentes presentes os exercícios fotográficos realizados e o processo de intervenção como pesquisa de mestrado, para que aqueles que não estiveram presentes anteriormente pudessem entender o que foi trabalhado. Entretanto,

não fizeram comentários, tendo mostrado interesse em visualizar as fotografias produzidas por seus colegas.

O local que os adolescentes haviam eleito para pendurar a exposição foi a entrada do CRAS Ampliado Glória, por ser um local em comum entre todos os participantes, e assim todos poderiam observar. Mas naquele espaço também circulavam outras pessoas, além dos integrantes do ProJovem, como os usuários do CRAS Glórias, as senhoras do SCFV de Idosos, e os inúmeros técnicos e representantes da rede que costumavam utilizar o auditório contíguo daquele espaço para reuniões da Rede de Proteção. Ao finalizar o encontro de encerramento, as educadoras solicitaram que o material da exposição permanecesse no programa, a fim de que pudesse ser exposto novamente na formatura do coletivo no final do ano.

5.2. DO QUE TRANSBORDA COMO INTERVENÇÃO — PENSANDO OS ANALISADORES

As imagens produzidas e selecionadas pelos adolescentes para serem expostas são trazidas nesta seção por se entender que elas também produziram analisadores a serem destacados. As fotografias aqui apresentadas não estão dispostas conforme foram organizadas na exposição³⁵, estando grupadas de acordo com os exercícios propostos nas oficinas. A Figura 14 apresenta as imagens produzidas pela câmera descartável da adolescente A.; a Figura 17 traz o que foi registrado na visita ao museu. As Figuras 16, 17 e 19 expõem as fotografias produzidas na primeira oficina de exercício fotográfico, e as Figuras 19, 20 e 21 apresentam as imagens correspondentes à segunda oficina de exercício fotográfico.

³⁵A organização da exposição pode ser visualizada na Figura 2, que ilustra o capítulo 1.

Figura 14: Fotografias exposição - Imagens da câmera descartável



Fotos de A.

Figura 15: Fotografias exposição - Registros da visita ao museu



Fotos de R.

Figura 16: Fotografias exposição – Natureza em foco



Fotos de A., R., D. e H

Figura 17 : Fotografias exposição – Exercício de sombras



Fotos de A. e H.

Figura 18: Fotografias exposição – Exercício de reflexo

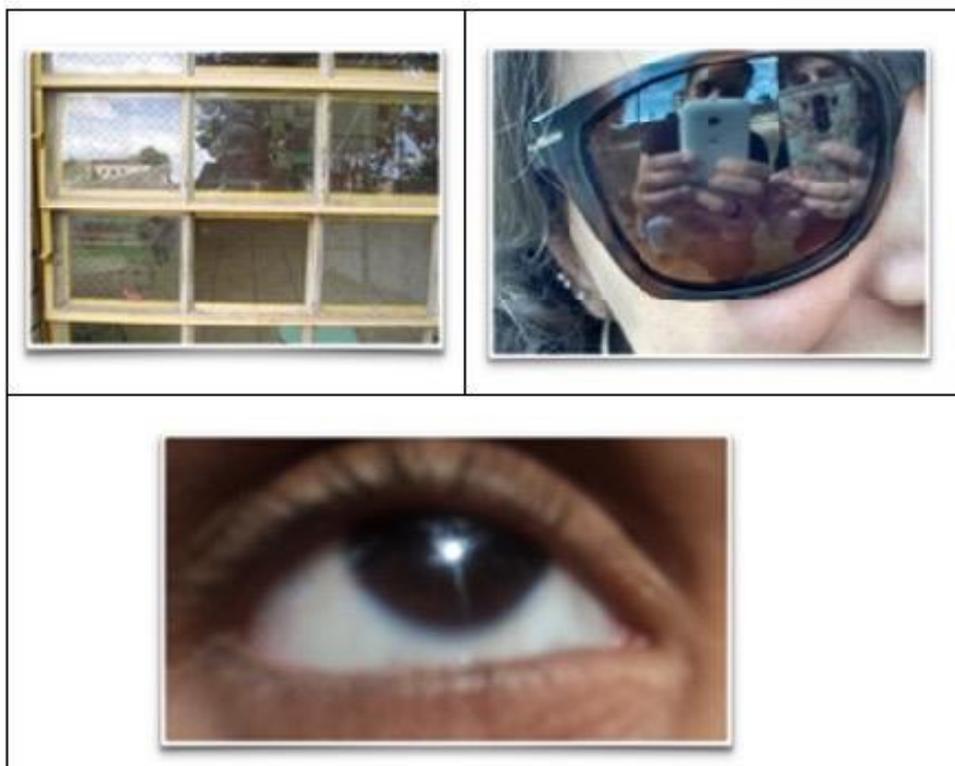


Figura 19: Fotografias exposição – Focando quem te foca



Fotos de L. e V.

Figura 20: Fotografias exposição – Inventando novos exercícios



Foto de R., H., e W.

Figura 21: Fotografias Exposição – Detalhes do espaço



Fotos de V., B, L.e K.

Ao se propor uma pesquisa-intervenção, deve-se desconstruir o imaginário de que o processo desenvolva-se de acordo com o esperado. O que é proposto — oficinas, disparadores para discussões e reflexões — exige uma prática reflexiva do pesquisador, uma análise de implicação que sustente as forças em disputa no campo pesquisado. Na rota de pesquisa aqui apresentada, o dispositivo da fotografia incidiu no campo das políticas da juventude, atuando como um mecanismo de ruptura com as linhas de força das práticas de governamentalidade. O que é problematizado são os analisadores, quando a produção fotográfica provoca as relações de poder e jogos de verdade da governamentalidade. Os analisadores fazem transparecer as experiências dos sujeitos implicados no processo, e colocam em análise tal dispositivo e seus efeitos. Desde K. perguntando-me se eu leria sua mente, ao olhar que capturou a pesquisadora em uma fotografia no Museu de Ciências e Tecnologia, o que está em questão, pensando-se a partir de uma pesquisa de psicologia, é o modo de ver dos próprios produtores-pesquisados, e o que é produzido conjuntamente a partir dos encontros com os outros de diferentes lugares sociais (ZANELLA, 2011), que provocam uma rachadura nas relações de força que atuam no dispositivo.

A jovem H., que nas primeiras oficinas estivera aberta e disposta a continuar a produção fotográfica no pátio de sua casa, é a mesma que só me mostrou as suas fotos com a insistência de uma educadora. A proposta que eu havia lançado era de que os adolescentes produzissem fotografias a fim de registrarem suas experiências, que pudessem fazer um relato de si através de imagens. Para Butler (2015b), um relato que se faz de si não pode ser entendido fora da cena interlocutória em que acontece. Abordando o conceito de confissão, a autora explica-o como uma força reguladora que produz o sujeito como alguém obrigado a dizer a verdade sobre seu desejo. A autora recorre à ideia de confissão da obra foucaultiana, em que o sujeito torna-se político, pois o si-mesmo tem que aparecer para se constituir e só pode se constituir dentro de uma dada cena de interpelação, dentro de uma relação constituída socialmente. Butler (2015b) argumenta que, na confissão, o sujeito deve renunciar a si mesmo, dissolvendo-se em sua interioridade e reconstituindo-a em sua exterioridade.

A autora ainda questiona a que preço o sujeito pode dizer a verdade sobre si mesmo. Para ela, o custo de dizer a verdade sobre si é a suspensão de uma relação crítica com o regime de verdade em que se vive. Retomando o pensamento de Foucault (2014), de que não somos feitos apenas de discursos, a autora argumenta que qualquer discurso, qualquer regime de inteligibilidade, constitui-nos a um preço. As formas de racionalidade são transmitidas pelo discurso, na forma de interpelação. Afirma, ainda, que a persuasão não é possível sem a entrega às palavras do outro, isto é, só é possível fazer um relato de si mesmo entregando-se à exigência do outro. De acordo com a autora, fazer um relato de si é um tipo de exposição de si:

Quando digo a verdade sobre mim, consulto não apenas meu ‘si mesmo’, mas o modo como o si mesmo é produzido e produtivo, a posição de onde procede a exigência de se dizer a verdade, os efeitos que dizer a verdade terá como consequência, bem como o preço que deve ser pago. (BUTLER, 2015, p.167)

Um sujeito só começa a contar uma história de si mesmo quando interpelado por um outro. E, diante desta interpelação, é sempre possível permanecer calado (Butler, 2015b), pois o silêncio coloca em questão a legitimidade da autoridade evocada pela pergunta e pelo interpelador — ou, ao menos, delimita uma autonomia de que não deve ser imposto por esse outro que pergunta. Recusar-se a narrar também é manter uma relação com a narrativa e com a cena de interpelação (BUTLER, 2015b).

Durante a intervenção no ProJovem, chama atenção o silêncio que ressoava

quando os jovens eram provocados pelo olhar e perguntas da técnica-pesquisadora. Olhar este que pode ser entendido como o outro da interpelação, um agente de controle, pois não deixou de ser um olhar atravessado pelas institucionalidades das políticas públicas. Afinal, meu lugar na intervenção não estava marcado apenas pela condição de pesquisadora, mas, também, pela condição de técnica do território, incutida de discursos de proteção e prevenção social. O jovem K. havia deixado bem claro os problemas que podem decorrer ao se expor a um técnico.

Por vezes me senti uma professora desinteressante, cobrando problematizações que eles claramente não estavam querendo expor, ainda mais na frente dos outros colegas. Por que, quando estavam tirando fotos ou mexendo com elas, me traziam detalhes de suas vidas, mas silenciavam quando lhes questionava sobre as imagens? (Diário de pesquisa, 18/05/17)

Entretanto, que relatos de suas vidas eu entendia que seriam importantes para a pesquisa? Ao longo do processo, fui percebendo que o que eu havia solicitado — que narrassem suas vidas através das fotografias — poderia ser entendido como uma forma de controle sobre eles. Isso porque, além de suas famílias já terem suas vidas questionadas e confessadas para a Assistência Social — no mínimo, para realizar o encaminhamento de ingresso ao Projovem —, os próprios adolescentes eram convocados a expor suas vidas aos educadores do programa. Entendo que durante o desenvolvimento da intervenção, o meu lugar de pesquisadora foi nublado pelo papel de técnica, mesclando-se com a função de educadora do programa. Não apenas por explícita e constantemente ter sido chamada por “sora³⁶” pelos adolescentes, mas a partir do que pôde ser evidenciado através dos analisadores levantados.

Com base no que foi narrado do processo da intervenção, foi possível demarcar os acontecimentos-analisadores que emergiram do dispositivo de produção fotográfica, que permitiram evidenciar as diferentes linhas de força e visibilidade em disputa na forma de se executar políticas para juventude. Destaca-se 1) os pedidos de silêncio dos educadores enquanto eu falava ou apresentava as atividades; 2) a fotografia tirada na visita ao museu denunciando meu lugar de vigilância junto aos educadores; 3) a obrigatoriedade dos adolescentes ausentes nas oficinas anteriores em participar da atividade proposta no quarto encontro; 4) a adolescente H. sendo persuadida a me

³⁶ Em referência à “professora”, que é a expressão que os jovens (não apenas os do Projovem) costumam se referir aos educadores.

mostrar as fotografias que havia tirado na visita ao museu e que não havia compartilhado nas oficinas; e 5) o silêncio dos adolescentes quando por mim interpelados acerca de suas imagens produzidas e o esvaziamento dos encontros.

Os analisadores citados apontam a impressão de que os jovens podiam exercer sua autonomia de escolhas e protagonismo no espaço de forma minimizada, isto é, não havia muito espaço para colocarem em cena seus desejos e interesses, uma vez que sua posição no programa (e na intervenção proposta) envolvia obedecer regras e participar de atividades com caráter de obrigatoriedade. Apontam, também, a função de controle exercido pelos educadores e por mim, ao me situar no meio desse campo de forças, que diz da governamentalidade das políticas públicas da juventude (FOUCAULT, 2008; 2008b; 2011b).

Importante reiterar que as políticas públicas são um campo em disputa (ABAD, 2002; SCHUCH, 2009), compostas por diversos discursos que se contrapõem inclusive em sua forma de executá-las. De modo que essas divergências também se fazem presentes no dispositivo de produção fotográfica no programa ProJovem; ou seja, mesmo que as estratégias de governamentalidade sejam linhas de força que atravessam o dispositivo, outras concepções sobre o trabalho com a juventude e outras resistências estão atuando ali também.

Ainda que a presença da técnica-pesquisadora no dispositivo fotográfico tenha posto em evidência os mecanismos de controle (governamentalidade) presentes no programa, entende-se que a fotografia atuou como um mecanismo de ruptura com as linhas de força, intervindo nos jogos de visibilidade que expunham mais do que apenas o dito e o visível dentro do dispositivo. Através da produção de imagens, os adolescentes encontraram uma possibilidade de resistência às práticas de governamentalidade. Por exemplo, o jovem K., mesmo receoso com as técnicas-pesquisadoras, não soltou mais a câmera a partir do momento em que aceitou participar da oficina. Assim como ele, os outros jovens expressaram-se muito mais nos momentos em que a fotografia estava materialmente atravessada, como nos exercícios fotográficos e na escolha das fotos e do local para a exposição. Percorrendo cantos daquele espaço que não costumavam cruzar, conversando sobre os animais dos pátios de suas casas enquanto tentavam usar como modelo os que estavam no espaço do Projovem, compartilhando suas rotinas de vida. Acontecimentos que fizeram emergir outros analisadores: 6) a maneira que os adolescentes se expressaram muito mais através das

fotografias do que quando interpelados por mim ou pelos educadores; 7) a demanda dos adolescentes que participaram a partir do quarto encontro de também poderem produzir suas próprias fotografias; 8) a exposição e a escolha do local onde ela ficaria e 9) a produção de imagens e o querer aparecer nas fotografias.

O entendimento de que o silêncio dos jovens frente às interpelações da pesquisa tenha sido uma resistência às forças presentes naquele contexto (BUTLER, 2015b), vai ao encontro à perspectiva de que as relações de poder só são possíveis onde existe liberdade e práticas de resistência (FOUCAULT, 2008; 2010b). Além disso, percebe-se como resistência a maneira como a produção fotográfica serviu para que os jovens pudessem se expressar e romper com as linhas de forças ali presentes. Os jovens demonstraram-se muito mais interessados durante as atividades que envolveram as produções de imagens do que durante as atividades reflexivas e de discussão sobre o que foi produzido, sendo aqueles momentos em que se abriram mais para conversas informais sobre suas vidas e interesses. Mostraram-se ávidos e curiosos no espaço do programa para realizar os exercícios (Figuras 16, 17 e 21), de forma a explorar diferentes e inusitados cantos do programa e a produzir imagens singulares de suas experiências. Também foram inventivos e propositivos para realizar novas produções quando sentiram que os exercícios propostos não os contemplavam mais (Figuras 13 e 20) – produzindo uma releitura da obra de Vik Muniz, fotógrafo que havia sido trabalhado em oficina.

O local de exposição das fotos ter sido a entrada do CRAS Ampliado também é importante pela representatividade que evoca. Por ser um local por onde passam muitos usuários da região, acolhendo públicos diversos (inclusive outros jovens que não participam do programa), a exposição coloca em cena a presença dos adolescentes do ProJovem – recolhidos no fundo do pátio da sede –, tensionando os jogos de visibilidade daquele espaço com suas imagens produzidas. As imagens dão materialidade a esses jogos de visibilidade e verdades sobre a juventude, ainda mais quando alguns dos jovens manifestam a vontade de aparecer nas fotografias que seriam selecionadas para a exposição. Cabe comentar que esta dissertação não teve o objetivo de interpretar as imagens produzidas, dado que os jovens não o fizeram nos momentos reflexivos das oficinas, de modo que poderiam ser apenas interpretações da técnica-pesquisadora e não dos jovens autores das imagens. Contudo, mesmo sem interpretá-las, é importante ressaltar a potência criativa e a delicadeza dessas imagens, que imprimem

a autonomia que os jovens tiveram para conduzirem-se e explorarem-se na produção das fotografias nos exercícios propostos. Em um contexto em que jovens marginalizados são alvos de discursos de “problema da ordem social”, suas produções emergem como uma resistência aos discursos incutidos a eles. A exposição de suas produções, de certo modo, representou o olhar daqueles jovens sobre aquilo que estava à sua volta, com o que estavam apreendendo e vivenciando.

Ressalta-se a maneira como se buscou oportunizar um espaço em que fosse possível eles se conduzirem — participar ou não das oficinas, produzir imagens para além dos exercícios propostos e fora do espaço da oficina —, tendo sido uma possibilidade de rachar a forma institucionalizada de trabalhar com a juventude. A partir disso, vislumbra-se a potência do protagonismo e da autoria desses jovens, tensionando as estratégias de controle e governamentalidade que fazem força no dispositivo.

Observa-se, por fim, que a questão do trabalho apareceu muito pouco na intervenção — ainda que esta não tenha abordado diretamente o assunto e o tempo de execução tenha sido limitado. Apenas dois adolescentes declararam que treinavam em times de futebol por desejarem ser jogadores profissionais

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO PROCESSO

Figura 22: Percursos que seguem



Foto de V.

As políticas públicas foram aqui analisadas enquanto um campo em disputa que conflui diferentes discursos e práticas. Observou-se a forma como a “questão da juventude” sempre esteve de alguma maneira ligada à necessidade de manutenção da ordem social, sendo os temas da criminalidade e do aumento dos processos de marginalização transversais a muitas políticas destinadas à juventude na contemporaneidade (BATISTA, 2013; SPOSITO, CARRANO, 2003;). Diante disso, os conceitos de biopolítica e governamentalidade (FOUCAULT, 2008; 2008; 2010b) foram base para discutir como as ações das políticas públicas funcionam como estratégias de regulação da população, gerindo condutas da juventude a fim de lhe programar e controlar. Políticas as quais produzem práticas de prevenção social que focam a integração dos jovens na sociedade através de programas/ações de educação e capacitação para os tornar mais produtivos e valiosos como capital humano (FOUCAULT, 2008b; GADELHA, 2009).

Por sua relevância como financiador de políticas públicas para o Brasil, ressaltou-se as propostas de diretrizes do Banco Mundial, que reforçam os discursos de prevenção de situações de risco da juventude a partir de práticas que os tornam capital humano. O relatório *Jovens em Situação de Risco no Brasil* (BANCO MUNDIAL, 2006b) é um reflexo ilustrativo do quanto as políticas de oportunidades de trabalho para jovens pobres relacionam-se com o discurso da criminalidade, apontando a falta de ocupação/atividade ou o subemprego como um caminho inevitável à delinquência e à criminalização (FREZZA, MARASCHIN, SANTOS, 2009). Diante disso, as opções de cursos de Trabalho Educativo de SCFV ofertadas em Porto Alegre, na qualidade de ações de políticas públicas, são exemplos para problematizar qual forma de mudança social realmente é possível através das políticas voltadas à capacitação dos jovens. É necessário questionar que tipos de trabalho efetivamente restam à juventude, pois, como apontado pela OIT (2009) e pelos estudos do IPEA (CASTRO, AQUINO, ANDRADE, 2009), a juventude no Brasil é uma grande parcela afetada pela escassez de trabalhos decentes — isto é, de qualidade, com direitos garantidos e possibilidade de crescimento profissional —, de forma que acaba adentrando em sub-empregos e empregos informais.

O mapeamento das políticas da juventude foi trazido para se fazer compreender como os discursos sobre a juventude atravessam a arena de forças presentes na formulação e implementação dessas políticas. O coletivo ProJovem Adolescente Glória-Cruzeiro-Cristal, campo de pesquisa desta dissertação, por estar inserido em uma política de proteção social da juventude, também é atravessado e produzido por essas formações discursivas. Estas relacionam-se com certos jogos de verdade, moldando o entendimento de como é a juventude, e institucionalizando a maneira de se trabalhar com ela. Isto é, a execução das políticas é permeada por formações discursivas ligadas ao controle e regulação da vida dos jovens — como a capacitação para o trabalho para prevenir a criminalidade — que a pré-determinam e a orientam. Ainda assim, o ProJovem Adolescente é formulado a partir de discursos que divergem dessa forma institucionalizada de se executar políticas para a juventude. Alinhando-se ao que é preconizado pelo CONJUVE (BRASIL, 2005), o programa procura focar em ações que visam potencializar a juventude, investindo na convivência familiar e comunitária e em ações de arte, cultura, esporte e lazer.

As ações das políticas precisam ultrapassar a estigmatizante estratégia de prevenção à criminalização, pois esta reforça a ideia de que a juventude marginalizada deveria aceitar qualquer oportunidade de emprego (GONZALES, 2009), bem como devem reconhecer e dar valor à potencialidade desses jovens, possibilitando caminhos de efetiva garantia de direitos e inclusão social. Com isso em vista, é fundamental construir e consolidar neste campo, como apontado pela OIT (2009), um alinhamento entre a formulação e execução (através dos equipamentos públicos) dessas políticas à demanda e interesse da juventude, de maneira que se possa fortalecer os espaços juvenis e efetivar o trabalho de proteção, construção de autonomia e acesso a garantias sociais para este grupo.

A intervenção de produção fotográfica junto ao ProJovem Adolescente Glória-Cruzeiro-Cristal mostrou-se um potente mecanismo para visibilizar os jogos de verdade que compõem as estratégias de governamentalidade no trabalho com a juventude. A potência do uso da fotografia na pesquisa-intervenção está não apenas na produção de imagens, mas também na possibilidade de se problematizar as condições de existência dessas imagens, trabalhando com o processo que as produz: a imagem enquanto ato (DUBOIS, 1993).

Os questionamentos que guiaram a pesquisa – sobre como os jovens poderiam se relacionar com as políticas públicas e o que era possível produzir através delas – foram tomando forma ao se desenvolver a intervenção no coletivo ProJovem. Os analisadores identificados forneceram material para pensar como a produção fotográfica nas oficinas possibilitou uma desacomodação, uma rachadura nos jogos de verdade que configuram linhas de visibilidade e dizibilidade no contexto daquele ProJovem. Os exercícios de produção de imagens, bem como a exposição fotográfica (que abarca os processos de escolhas das imagens e local de exibição) delinearam a forma como aqueles jovens, enquanto integrantes da equipe da pesquisa, estavam explorando-vivenciando aquele espaço em conjunto. Foi a partir das oficinas que eles expuseram a potência do que puderam produzir através daquele espaço, bem como se colocaram em evidência naquele regime de visibilidade.

A avaliação do processo de intervenção também envolveu abordar a análise de implicação da técnica-pesquisadora, ferramenta que colocou em cena na discussão as instituições e regimes de verdade que me atravessavam e ressoaram na pesquisa. Entendeu-se que o meu lugar na pesquisa não era neutro, pois os espaços em que me

situava — em um serviço da Assistência Social e na coordenação da Rede de Proteção à Infância e Adolescência — possuíam formações discursivas sobre proteção social, podendo atuar como práticas de governamentalidade; de modo que esse lugar de controle e regulação de onde eu partia incidia na realização das oficinas.

Ainda que a intervenção tenha sido desenvolvida em um limitado tempo de realização e através de uma determinada perspectiva metodológica, representando um recorte da complexidade das relações de poder no campo das políticas públicas, compreendeu-se que ela possibilitou um processo de provocação nas práticas das políticas para a juventude. Não foi possível identificar através da intervenção, contudo, se os adolescentes inseridos no ProJovem sentiam suas demandas e interesses contemplados de alguma forma – sendo um questionamento que permanece após a pesquisa.

Com isso em vista, somam-se novas dúvidas enquanto pesquisadora de políticas de juventude e técnica-operadora de políticas de proteção social: como viabilizar um rompimento nessas forças que institucionalizam a atuação da Rede de Proteção? E como alinhar o trabalho dessa rede aos desejos e interesse da juventude sem ser pela via da regulação e instrumentalização da mesma enquanto capital humano?

Importante elucidar que essas dúvidas afloram e se intensificam em função do momento político atual que vem engendrando rápidas e significativas mudanças no campo das políticas públicas. Durante o breve período de realização da pesquisa, mudou-se a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pela gestão da Assistência Social a nível nacional. A transformação desse ministério para Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário tende a acarretar alterações no orçamento destinado aos programas da Assistência Social, bem como nos enfoques e objetivos dessa política. Somado a isso, o investimento no campo das políticas públicas passa a ser limitado pela Emenda Constitucional do Teto dos Gastos (PEC 241 e 55/2016), a qual congela, por até vinte anos, as despesas do Governo Federal, com cifras corrigidas pela inflação. Outra preocupação, que agrava a discussão sobre as políticas de juventude enfocarem o mercado de trabalho, é a aprovação da Reforma Trabalhista (PLC 38/2017), por essa possibilitar que os vínculos empregatícios se tornem mais instáveis e incertos. Percebe-se como a juventude, já afetada pela escassez de trabalhos “decentes” (OIT, 2009), terá suas possibilidades ainda mais reduzidas.

Destaca-se, por fim, a instabilidade nas políticas municipais de Porto Alegre, onde se observa consideráveis mudanças de gestão. Na área da Assistência Social, por exemplo, os SCFV que faziam parte dos equipamentos próprios do município se encontram suspensos, de maneira que muitas crianças e adolescentes que estavam inseridos nesses serviços não conseguiram vagas em outro lugar. Os CRAS estão trabalhando com equipes técnicas abaixo do limite mínimo estipulado pela PNAS, prejudicando o trabalho de proteção social. Diante deste cenário, os questionamentos abertos em relação à atuação da Rede de Proteção se agravam por se depararem com uma rede fragilizada.

REFERÊNCIAS

- ABAD, Miguel. (2002) Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. Última Década, Viña del Mar, 2002, CIDPA, n16, p. 117-152, mar/ 2002.
- ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana; LIMA, Renato. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. São Paulo Perspec. vol.13 no.4 São Paulo Oct./Dec. 1999.
- AFONSO, Maria Lúcia. Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. In: AFONSO, Maria Lúcia (org.). Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- AGAMBEN, Giorgio. O que é o dispositivo? Fala proferida por Giorgio Agamben em conferência realizada no Brasil, em setembro de 2005. Tradução: Nilceia Valdati Florianópolis: Outra travessia, 2005.
- AMADOR, Fernanda; LAZZAROTTO, Gislei; SANTOS, Nair. Pesquisar-Agir, Pesquisar-Intervir, Pesquisar-Interferir. In: Rev. Polis e Psique, 2015; 5(2): p.228 – 248, 2015.
- ARANTES, Esther. Rostos de Crianças no Brasil. In: A arte de governar crianças - a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (orgs.) São Paulo: Cortez, 2011.
- ARCARO, Nicolau.; SOUZA, Regina. O Banco Mundial e o Investimento na Juventude Brasileira. Associação Brasileira de Psicologia Política. Rev. psicol. polít. vol.8 no.16 São Paulo: dez. 2008.
- BANCO MUNDIAL (2006). Relatório de Progresso da Estratégia de Assistência ao País para 2004-2007; República Federativa do Brasil. Relatório n. 36116-BR. Brasil: Banco Mundial.
- _____ (2006b). Jovens em Situação de Risco no Brasil. Relatório Técnico n. 32310-BR, v. II. Brasília: Banco Mundial.
- BAREMBRLITT, Gregório. Compêndio de Análise Institucional e Outras Correntes: Teoria e Prática. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattarri, 2002.
- BARROS, Maria Elizabeth. Imagens fotográficas rachando discursos (prefácio). In: TITTONI, Jaqueline; ZANELLA, Andrea (orgs.). Psicologia e Fotografia - alguns ensaios. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016.
- BARBOSA, Ana Patrícia. Políticas públicas e construção de identidades sociais: um estudo etnográfico acerca das experiências juvenis na região da Grande Cruzeiro, em Porto Alegre/ RS. In: Rev. ICSA Gestão e Desenvolvimento, Novo Hamburgo, a. XIII, v. 13, n. 1, p. 99-111, 2016.
- BATISTA, Vera. Difíceis ganhos fáceis: Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. O tribunal de drogas e o tigre de papel. 2013 (disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/12383-12384-1-PB.html>)

_____. A governamentalização da juventude: policizando o social. Rev. Epos vol.1 no.1 Rio de Janeiro jan. 2010

BRASIL. Serviço Nacional de Assistência a Menores. Lei 3.799 de 5 de novembro de 1941.

_____. Código de Menores. Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Conselho Nacional da Juventude. Lei nº 11.129, de 30 de junho 2005.

_____. Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Lei nº 11.692 de 10 de junho 2008.

BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.

_____. Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Diário Oficial da União, 2012.

_____. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Levantamento Anual dos/as Adolescentes em Conflito com a Lei – 2012. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

_____. Plano Juventude Viva - Guia de Implementação para Estados e Municípios. Secretaria Nacional de Juventude, Brasília: 2014.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. Relatar a si mesmo - Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015(b).

CAIXETA, Rubens; GUIMARÃES, César. Pela distinção entre ficção e documentário, provisoriamente. In: COMOLLI, Jean-Louis. Ver e poder - A inocência perdida: cinema, televisão, ficção, documentário. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CARVALHO, Salo. A Política Criminal de Drogas no Brasil. São Paulo, Saraiva, 2013.

CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni; ANDRADE, Carla (orgs.). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009.

CASTRO, Lucia Rabello. Pesquisa-intervenção na infância e juventude. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008.

CEARÁ, Governo. Iracemas: imagens de uma lenda/ Gabinete do Governador do Estado do Ceará. Fortaleza: Barbarela B Comunicações e marketing, 2006.

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia. Subvertendo o conceito de adolescência. Arquivos Brasileiros de Psicologia, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

COMOLLI, Jean-Louis. Ver e Poder - A inocência perdida: cinema, televisão, ficção, documentário. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CRIOLO; RUIZ, Tulipa. Cartão de Visita. In: Convoque seu Buda. São Paulo: Oloko Records, 2014.

CRUZ, Lilian.; GUARESCHI, Neuza. A constituição da Assistência Social como Política Pública: interrogações à psicologia. In: Políticas Públicas e a Assistência Social. CRUZ, Lilian; GUARESCHI, Neuza (orgs.). Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CRUZ, Lilian; HILLESHEIM, Betina. Vulnerabilidade Social. In: FERNANDES, Rosa; HELLMANN, Aline (orgs.). Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil. Porto Alegre : Ed. UFRGS, 2016.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990 , p. 155-161.

_____. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 2013.

DUBOUIS, Philippe. O ato fotográfico e outros ensaios. Campinas: Papirus, 1993.

FALEIROS, Vicente. Infância e Processo Político no Brasil. In: A arte de governar crianças - a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. RIZZINI, Irene.; PILOTTI, Francisco. (orgs.) São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, Aurélio. Dicionário Aurélio. Curitiba: Positivo, 2009.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. Rev. Fac. Educ. vol.24 n.1 São Paulo Jan./Jun. 1998.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

_____. O Nascimento da Biopolítica. Martins Fontes: São Paulo, 2008(b)

_____. Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France 1975-1976. Martins Fontes: São Paulo, 2010.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault – uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2010b.

_____. Vigiar e Punir: o nascimento das prisões. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. Do Governo dos Vivos - Curso no Collège de France 1979-1989. Aschiamé: Rio de Janeiro, 2011(b).

_____. A história da sexualidade I: a vontade de saber. São Paulo: Graal, 2011(c).

_____. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel; Delleuze, Gilles. Os intelectuais e o poder (Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze). In: Microfísica do Poder. São Paulo: Graal, 2008.

FRANCISCO, Deise. Oficina, oficinas, oficinas em saúde mental com tecnologias digitais. In: MARASCHIN, Cleci; FRANCISCO, Deise; DIEHL, Rafael (orgs.). Oficinas em rede: oficinas, tecnologias e saúde mental. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

FREZZA, Marcia.; MARASCHIN, Cleci.; SANTOS, Nair Silveira. Juventude como Problema de Políticas Públicas. In: Psicologia & Sociedade; 21 (3): P.313-323, 2009.

GADELHA, Sylvio. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. In: Rev. Educação & Liberdade. 34(2): p.171-186, maio/agosto 2009.

GARCIA, Pedro. Cartiê Bressão - Liberté, égalité et brasilité. Rio de Janeiro: Versal, 2013.

GONZALES, Roberto. Políticas de Emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni; ANDRADE, Carla (orgs.). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009.

GONZÁLES, Zuleika.; GUARESCHI, Neuza. Concepções sobre a categoria da Juventude. In: Políticas Públicas e a Assistência Social. Og. CRUZ, Lilian; GUARESCHI, Neuza. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GOULART, Marcos Vinícius; SANTOS, Nair. Protagonismo juvenil e capital humano: uma análise da participação política da juventude no Brasil. Ciências Sociais Unisinos, Vol. 50, N. 2, p. 127-136, São Leopoldo: mai/ago 2014.

HÜNING, Simone; GUARESCHI, Neuza; REIS, Carolina; AZAMBUJA; Marcos. Subjetividades, globalização e urbanização: novos objetos da Psicologia Social Brasileira nos Simpósios da ANPEPP. In: Rev. Psicol. cienc. prof. vol.34 no.2 , 2014.

KAHLO, Frida. O diário de Frida Kahlo - um auto-retrato íntimo. São Paulo: José Olympio, 2012.

KAZ, Leonel; LODDI, Nigge (org.). VIK. Rio de Janeiro: Aprazível Edições, 2009.

LOURAU, René. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

_____. Objeto e método da análise institucional. In: René Lourau: Analista Institucional em tempo Integral. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MARINGONI, Gilberto. A longa jornada dos direitos trabalhistas. Revista Desafios do

Desenvolvimento - IPEA. 2013 . Ano 10 . Edição 76.

MARTINS, Wilton. Fotoetnografia do Boqueirão de Irauçuba. Projeto apresentado na Pós-Graduação da FA7 como pré-requisito de conclusão do curso de Especialização em Design Gráfico, 2013.

MAURENTE, Vanessa. Ver, conhecer e pensar por caminhos fotográficos. In: TITTONI, Jaqueline (org.). Psicologia e Fotografia: experiências em intervenções fotográficas. Porto Alegre: Dom Quixote, 2009.

_____. Fotografia, pesquisa, intervenção. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação do Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

MIGLIORIN, César (org.). Ensaio do real. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2010.

MONCEAU, Gilles. Transformar as práticas para conhecê-las: pesquisa-ação e profissionalização docente. Rev. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 467-482, 2005 . (translated of the Lólio Lourenço de Oliveira)

Organização Internacional do Trabalho (OIT). Trabalho decente e juventude no Brasil. [Brasília]: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

PAULON, Simone. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. In: Rev. Psicologia & Sociedade, 17 (3), 18-25, set-dez: 2005.

PORTO ALEGRE. Lei Municipal 628 de 17 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000030621.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>

_____. Plano Municipal Plurianual de Assistência Social 2014 - 2017. Assessoria de Planejamento/ Área de Vigilância Socioassistencial, Porto Alegre, 2013.

PRUDENTE, Jéssica; TITTONI, Jaqueline. A pesquisa intervenção como exercício ético e a metodologia como paraskeuê. Fractal, Rev. Psicol. vol.26 no.1 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2014.

RIZZINI, Irene; PILLOTTI, Francisco (orgs). A arte de governar crianças - a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene. O século perdido - raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011(b).

ROCHA, Marisa; AGUIAR, Katia. Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. Psicologia, Ciência e Profissão, 2003, 23 (4), p.64-73.

SALGADO, Sebastião. Retratos de crianças do êxodo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHERER, Giovane. Juventude como estratégia de desenvolvimento: a política Nacional de Juventude na era neodesenvolvimentista. Anais do 4º Encontro Internacional de Política Social e 11º Encontro Nacional de Política Social. Vitória, junho 2016.

SCHUCH, Patrice. Práticas de justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. A Legibilidade como Gestão e Inscrição Política de Populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In: Claudia Fonseca; Helena Machado. (Org.) Ciência, Identificação e Tecnologias de Governo. 1 ed. Porto Alegre, v. 1, p. 121-145, 2015.

SILVA, Enid; ANDRADE, Carla. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni; ANDRADE, Carla (orgs.). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009.

SILVA, Roselaini; SILVA, Vini. Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

SONTAG, Susan. Sobre Fotografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo César. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: Revista Brasileira de Educação Set /Out /Nov /Dez 2003 N24 p.16-39.

SPOSITO, Marilia; SILVA, Hamilton; SOUZA, Nilson. Juventude e poder local- um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens. Revista Brasileira de Educação V.11 n.32 maio/ago., 2006.

TEIXEIRA, Evandro. 1968 destinos 2008: Passeata dos 100 Mil. Rio de Janeiro: Textual, 2007.

TITTONI, Jaqueline. Fotografia e Psicologia. In: TITTONI, Jaqueline (org.). Psicologia e Fotografia: experiências em intervenções fotográficas. Porto Alegre: Dom Quixote, 2009.

_____. O fotografar, as poéticas e os detalhes. In: ZANELLA, Andréa; TITTONI, Jaqueline (orgs.). Imagem no pesquisar: experimentações. Porto Alegre: Dom Quixote, 2011.

_____. Sobre a poética do detalhe e as intervenções sensíveis: fragmentos de vida na produção de imagens fotográficas. TITTONI, Jaqueline; ZANELLA, Andrea (orgs.). Psicologia e Fotografia - alguns ensaios. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016.

VIANNA, Priscila.; NEVES, Claudia. Dispositivos de repressão e varejo de tráfico de drogas. In: Rev. Estudos de Psicologia, 16(1), p.31-38, janeiro-abril, 2011.

WARDE, Mirian. Educação e estrutura social. São Paulo: Cortez, 1977.

ZANELLA, Andréa. Fotografia e Pesquisa em Psicologia: retratos de alguns (des)encontros. In: ZANELLA, Andréa; TITTONI, Jaqueline (orgs.). Imagem no pesquisar: experimentações. Porto Alegre: Dom Quixote, 2011.

ANEXO I



Prefeitura Municipal de Foz de Alegre
Fundação de Assistência Especializada



CONVENIOS VIGENTES - FASC/CGCONV 2017						
REGIÃO	Nº NO CGCONV	ENTIDADE	MODALIDADE	METAS	CNPJ	RECURSO
Norte	1	Ação Comunitária Paroquial (ACOMPAR)	TE - Embelezamento	12	92.925.726/0001-53	FMAS
Norte	1	Ação Comunitária Paroquial (ACOMPAR)	TE - Serigrafia	12	92.925.726/0001-53	FMAS
Centro	5	ACM - Execução na Cruzelro	TE - Auxiliar Administrativo	12	92.863.000/0001-33	FMAS
Centro	5	ACM - Execução na Leste	TE - Informática	24	92.863.000/0006-48	FMAS
Glória	7	Amparo Santa Cruz Ortonópolis	TE - Informática	12	92.808.617/0001-56	FMAS
Glória	7	Amparo Santa Cruz Ortonópolis	TE - Padaria	12	92.808.617/0001-56	FMAS
Restinga	8	Associação Amigos da Restinga	TE - Informática	24	15.337.524/0001-40	FMAS
Restinga	8	Associação Amigos da Restinga	TE - Oficinas Culturais	24	15.337.524/0001-40	FMAS
Extremo Sul	9	Associação Beneficente Amurt Amurtel	TE - Prevenção a Saúde	12	92.251.354/0001-27	FMAS
Partenon	15	Associação Comunitária do Campo da Tuca	TE - Informática	12	87.132.825/0001-48	FMAS
Partenon	15	Associação Comunitária do Campo da Tuca	TE - Reciclagem	12	87.132.825/0001-48	FMAS
Leste	18	Associação Comunitária Santa Rita de Cássia	TE - Informática	24	03.142.616/0001-95	FMAS
Partenon	19	Associação Cruzeiroiras de São Francisco	TE - Reciclagem	10	92.770.221/0001-67	FMAS
Humaitá/ Navegantes	23	Associação das Creches Beneficentes do Rio Grande do Sul (ACBERGS)	TE - Corte e Costura	36	90.264.268/0001-23	FMAS
Humaitá/ Navegantes	23	Associação das Creches Beneficentes do Rio Grande do Sul (ACBERGS)	TE - Informática	48	90.264.268/0001-23	FMAS
Cruzelro	26	Associação de Ensino e Assistência Social Santa Teresa de Jesus	TE - Informática	36	92.880.962/0001-09	FMAS
Elxo Baltazar	28	Associação de Moradores da Vila Esperança Cordelro - AMOVIECOR	TE - Artesanato	24	91.698.126/0001-37	FMAS
Elxo Baltazar	28	Associação de Moradores da Vila Esperança Cordelro - AMOVIECOR	TE - Informática	24	91.698.126/0001-37	FMAS
Cristal	29	Associação de Moradores da Vila Mato Grosso	TE - Corte e Costura	24	90.299.363/0001-62	FMAS
Cristal	29	Associação de Moradores da Vila Mato Grosso	TE - Oficinas Culturais	24	90.299.363/0001-62	FMAS
Cruzelro	31	Associação dos Moradores da Vila Parque Santa Anita - AMOVISA	TE - Informática	12	91.076.778/0001-30	FMAS
Cruzelro	31	Associação dos Moradores da Vila Parque Santa Anita - AMOVISA	TE - Oficinas Culturais	12	91.076.778/0001-30	FMAS
Cruzelro	35	Associação de Moradores da Vila Tronco Neves e Arredores (AMAVTRON)	TE - Informática	24	91.343.632/0001-03	FMAS
Cruzelro	35	Associação de Moradores da Vila Tronco Neves e Arredores (AMAVTRON)	TE - Padaria	24	91.343.632/0001-03	FMAS



Cruzeiro	35	Associação de Moradores da Vila Tronco Neves e Arredores (AMAVTRON)	TE - Corte e Costura	12	91.343.632/0001-03	FMAS
Cruzeiro	40	Associação de Mulheres Solidárias da Grande Cruzeiro - ASSMUSOL	TE - Artesanato	12	04.926.637/0001-64	FMAS
Cruzeiro	40	Associação de Mulheres Solidárias da Grande Cruzeiro - ASSMUSOL	TE - Corte e Costura	12	04.926.637/0001-64	FMAS
Centro	41	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) - João Alfredo de Azevedo	TE - Informática	10	92.828.110/0001-64	FMAS
Centro	41	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) - Escola Nazareth	TE - Padaria	20	92.828.110/0001-64	FMAS
Cruzeiro	51	Associação Educadora São Carlos (AESC)	TE - Informática	12	88.625.686/0024-43	FMAS
Leste	52	Associação Evangélica Luterana de Caridade (AELCA)	TE - Informática	12	92.931.898/0001-30	FMAS
Glória	53	Associação Instrução Educação e Caridade - Centro Social Antônio Gianelli	TE - Informática	24	92.965.581/0005-48	FMAS
Centro	55	Associação Inter-Comunitária de Atendimento Social (AICAS)	TE - Informática	12	97.260.749/0001-00	FMAS
Leste	60	Associação Missionária de Beneficência - Centro São José	TE - Informática	12	80.234.826/0009-01	FMAS
Leste	61	Associação Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	TE - Artesanato	12	94.958.881/0001-00	FMAS
Leste	61	Associação Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	TE - Corte e Costura	12	94.958.881/0001-00	FMAS
Leste	61	Associação Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	TE - Informática	12	94.958.881/0001-00	FMAS
Cristal	64	Casa de Nazaré	TE - Auxiliar Administrativo	24	91.698.548/0001-02	FMAS
Cristal	64	Casa de Nazaré	TE - Informática	24	91.698.548/0001-02	FMAS
Cristal	64	Casa de Nazaré	TE - Oficinas Culturais	12	91.698.548/0001-02	FMAS
Cristal	64	Casa de Nazaré	TE - Padaria	24	91.698.548/0001-02	FMAS
Norte	69	Centro Assistencial Paz (CAPAZ)	TE - Informática	12	07.564.074/0001-08	FMAS
Cruzeiro	71	Centro Comunitário da Vila Orfanotrófio I (CENCOR I)	TE - Alimentação	12	87.637.385/0001-80	FMAS
Cruzeiro	71	Centro Comunitário da Vila Orfanotrófio I (CENCOR I)	TE - Padaria	24	87.637.385/0001-80	FMAS
Leste	74	Centro Cultural James Kulisz (CEJAK)	TE - Informática	12	08.012.439/0001-46	FMAS
Noroeste	77	Centro de Reabilitação de Porto Alegre (CERÉPAL)	TE - Arte Terapêutica	20	92.902.303/0001-18	FMAS
Cruzeiro	78	Centro Esportivo, Cultural e Assistencial da Vila do Campinho - CECÁVIC	TE - Informática	60	10.229.978/0001-83	FMAS
Restinga	80	Centro Infante-Juvenil Montelro Lobato / Murialdinas de São José	TE - Informática	24	88.656.988/0010-83	FMAS
Restinga	80	Centro Infante-Juvenil Montelro Lobato /	TE - Padaria	12	88.656.988/0010-83	FMAS



		Murielinas de São José				
Norte	82	CEPA - Centro Infantil Eugênia Conte	TE - Padaria	12	92.843.945/0002-74	FMAS
Gloria	83	CEPA - Paróquia São Marcos / Oficina do Pão	TE - Informática	24	92.843.945/0015-99	FMAS
Gloria	83	CEPA - Paróquia São Marcos / Oficina do Pão	TE - Padaria	24	92.843.945/0015-99	FMAS
Nordeste	87	Clube de Mães Bárbara Maix	TE - Corte e Costura	24	97.263.248/0001-87	FMAS
Nordeste	87	Clube de Mães Bárbara Maix	TE - Informática	36	97.263.248/0001-87	FMAS
Nordeste	87	Clube de Mães Bárbara Maix	TE - Padaria	12	97.263.248/0001-87	FMAS
Nordeste	87	Clube de Mães Bárbara Maix	TE - Reciclagem	12	97.263.248/0001-87	FMAS
Norte	91	Clube de Mães Margarida Alves	TE - Padaria	12	93.661.874/0001-70	FMAS
Sul	99	Fraternidade Cristã Espírita	TE - Informática	12	92.882.190/0001-36	FMAS
Humaitá/ Navegantes	102	Fundação Fé e Alegria do Brasil	TE - Informática	12	46.250.411/0018-84	FMAS
Noroeste	107	Instituição de Educação, Cultura e Esporte Maria de Nazaré	TE - Oficinas Culturais	24	04.856.817/0001-17	FMAS
Lomba do Pinheiro	108	Instituto Cultural São Francisco de Assis - CPCA	TE - Culinária	12	97.837.363/0010-09	FMAS
Lomba do Pinheiro	108	Instituto Cultural São Francisco de Assis - CPCA	TE - Informática	12	97.837.363/0010-09	FMAS
Cruzeiro	111	Instituto de Integração Social	TE - Informática	48	03.654.078/0001-18	FMAS
Partenon	114	Instituto Leonardo Murialdo (ILEM)	TE - Padaria	12	88.637.780/0006-30	FMAS
Centro Sul	120	IPSDP - Centro de Educação Profissional São João Calábria	TE - Artesanato	12	92.726.819/0004-00	FMAS
Centro Sul	120	IPSDP - Centro de Educação Profissional São João Calábria	TE - Culinária	48	92.726.819/0004-00	FMAS
Centro Sul	120	IPSDP - Centro de Educação Profissional São João Calábria	TE - Informática	60	92.726.819/0004-00	FMAS
Restinga	121	IPSDP - Centro de Promoção da Infância e Juventude	TE - Informática	144	92.726.819/0006-63	FMAS
Cruzeiro	130	MITRA - Paróquia Menino Deus	TE - Padaria	24	92.858.000/0006-50	FMAS
Restinga	131	MITRA - Paróquia Nossa Senhora Aparecida - Centro Social Padre Pedro Leonardi	TE - Informática	48	92.858.000/0034-03	FMAS
Partenon	135	MITRA - Paróquia São José do Murialdo	TE - Reciclagem	12	92.858.000/0087-15	FMAS
Leste	137	Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente (MDCA)	TE - Informática	12	93.459.345/0001-99	FMAS
Extremo Sul	139	Núcleo Comunitário e Cultural Belém Novo (NCC)	TE - Informática	12	07.131.710/0001-08	FMAS
Elxo Baltazar	142	Obra Social Imaculado Coração de Maria (OSICOM)	TE - Informática	48	87.125.522/0001-06	FMAS
Partenon	144	Pequena Casa da Criança	TE - Informática	12	92.852.953/0001-04	FMAS
Partenon	144	Pequena Casa da Criança	TE - Oficinas Culturais	12	92.852.953/0001-04	FMAS
Restinga	145	Projeto Vida Nova da Restinga	TE - Informática	24	04.328.546/0001-27	FMAS
Norte	147	Sempre Mulher: Instituto de Pesquisa e Intervenção sobre Relações Raciais	TE - Embelezamento	12	05.470.219/0001-78	FMAS



Centro	151	Sociedade Educação e Caridade (SEC) - Instituto Providência	TE - Alimentação/gastro nomia	12	92.812.049/0002-49	FMAS
Centro	151	Sociedade Educação e Caridade (SEC) - Instituto Providência	TE - Customização	12	92.812.049/0002-49	FMAS
Centro	151	Sociedade Educação e Caridade (SEC) - Instituto Providência	TE - Informática	12	92.812.049/0002-48	FMAS
Glória	152	Sociedade Educação e Caridade (SEC) - Instituto São Benedito	TE - Culinária	12	92.812.049/0004-00	FMAS
Glória	152	Sociedade Educação e Caridade (SEC) - Instituto São Benedito	TE - Customização	12	92.812.049/0004-00	FMAS
Glória	152	Sociedade Educação e Caridade (SEC) - Instituto São Benedito	TE - Embelezamento	12	92.812.049/0004-00	FMAS
Glória	152	Sociedade Educação e Caridade (SEC) - Instituto São Benedito	TE - Informática	24	92.812.049/0004-00	FMAS
Glória	152	Sociedade Educação e Caridade (SEC) - Instituto São Benedito	TE - Oficinas Culturais	12	92.812.049/0004-00	FMAS
Centro	154	SOME - Polo Marista de Inovação Tecnológica	TE - Informática/Robótica	24	92.023.159/0026-06	FMAS
Noroeste	156	União de Cegos do Rio Grande do Sul (UCERGS)	TE PCD	20	90.299.116/0001-66	FMAS
Nordeste	157	USBEE - Artesanato Marista Santa Isabel (AMSI)	TE - Alimentação	12	92.706.308/0053-04	FMAS
Nordeste	157	USBEE - Artesanato Marista Santa Isabel (AMSI)	TE - Informática	24	92.706.308/0053-04	FMAS
Nordeste	157	USBEE - Artesanato Marista Santa Isabel (AMSI)	TE - Padaria	12	92.706.308/0053-04	FMAS
Nordeste	160	USBEE - Centro Social Marista	TE - Informática	12	92.706.308/0045-96	FMAS